



A Missão Diplomática Bilateral Permanente:

Considerações, Estatuto e Violações
(Artigo 22º da Convenção de Viena Sobre Relações Diplomáticas)

Ana Maria de Sousa Pacheco

Mestrado em Direito e Prática Jurídica
Especialidade de Direito Internacional e Relações Internacionais

2019



A Missão Diplomática Bilateral Permanente:

Considerações, Estatuto e Violações

(Artigo 22º da Convenção de Viena Sobre Relações Diplomáticas)

Ana Maria de Sousa Pacheco

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Direito e Prática Jurídica – Especialidade de Direito Internacional e Relações Internacionais

Orientação científica: Professor Doutor Jaime Rui Drummond Leitão do Valle

Fevereiro de 2019

A mim,
pela coragem
de abandonar todo um percurso profissional
e recomeçar, na íntegra, uma nova vida académica.

Aos meus pais,
por me apoiarem nesta aventura.

Resumo

A diplomacia, como instrumento pacífico de resolução de conflitos, tem origem ancestral. Já desde os primórdios que as comunidades recorriam a enviados especiais para resolverem os assuntos entre as tribos. Todavia, esta prática diplomática revestia-se de carácter itinerante e temporário. Só a partir do séc. XV, com o fim da Idade Média, quando as Cidades-estado italianas começaram a nomear embaixadores permanentes devido à necessidade de contactos frequentes entre si, é que a diplomacia passou a ser reconhecida como profissão e a instituição diplomática abandonou o seu carácter temporário e itinerante e passou a revestir-se de uma natureza mais permanente. Já no século XVII, com o Cardeal Richelieu, que defendia a importância da criação de uma rede de embaixadas permanentes, também a diplomacia viria a ganhar novo impulso. No caso português, as primeiras missões diplomáticas permanentes foram fixadas em Roma (1512), Paris (1522) e Madrid (1525). Porém, só com a Restauração da Independência, em 1640, é que a rede de embaixadas principiou a desenvolver, atingindo o seu auge com o final da ditadura Salazarista e com a instauração da democracia. Durante séculos, as relações diplomáticas regeram-se pelo costume internacional e, somente com a adopção da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, de 1961, é que as normas consuetudinárias foram codificadas. Mas a Convenção de 1961 poucas inovações trouxe, limitando-se a preceituar aquilo que o direito costumeiro já havia desenvolvido. O artigo 22º, dedicado à inviolabilidade dos locais da missão diplomática, trata-se, provavelmente, da mais importante norma codificada na supracitada Convenção, tendo sido já por várias vezes reivindicada pelos Estados signatários. É nesse sentido que esta dissertação pretende seguir, quando se propõe analisar casos de violação a locais de missões diplomáticas, quer portuguesas, quer estrangeiras.

Palavras-chave: diplomacia, missão diplomática bilateral permanente, direito diplomático, Convenção de Viena Sobre Relações Diplomáticas, artigo 22º, inviolabilidade, violação, Tribunal Internacional de Justiça.

Abstract

Diplomacy, as a peaceful instrument of conflict resolution, has ancient origins. Ever since the earliest times, communities turned to special envoys to resolve intertribal issues. However, such diplomatic practice was typically itinerant as well as temporary, and it was not until the late Middle Ages that it began to become a more enduring institution. By the 15th century, Italian city-states were starting to appoint permanent ambassadors through their need to maintain frequent contact among themselves, and thus diplomacy gained recognition as a profession. It gained fresh momentum in the 17th century, when Cardinal Richelieu advocated the importance of creating a network of permanent embassies. In the case of Portugal, the first permanent diplomatic missions were established in Rome (1512), Paris (1522) and Madrid (1525). However, it was only after the Restoration of Independence, in 1640, that the network of embassies began to develop, reaching its peak with the end of Salazar's dictatorship and the establishment of democracy. For centuries, diplomatic relations were governed by international custom, and it was only with the adoption of the Vienna Convention on Diplomatic Relations of 1961 that customary norms were codified. Yet the 1961 Convention brought few innovations, limiting itself to prescribing what customary law had already developed. Article 22, which is dedicated to the inviolability of the premises of a diplomatic mission, is arguably the most important standard codified in the Convention, and has been invoked by signatory states on several occasions. It is thus against this background that the present dissertation proposes to analyse cases of violations committed against embassies, both Portuguese and foreign.

Keywords: diplomacy, permanent bilateral diplomatic mission, diplomatic law, Vienna Convention on Diplomatic Relations, article 22, inviolability, violation, International Court of Justice.

Abreviaturas, Siglas e Acrónimos

AHD – Arquivo Histórico-Diplomático

al. – *alínea*

art.º – *artigo*

cfr. – *confrontar*

CIA – Central Intelligence Agency

CVRC – Convenção de Viena sobre Relações Consulares

CVRD – Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas

CVDT – Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados

DIP – Direito Internacional Público

EUA – Estados Unidos da América

ETIJ – Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça

MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros

MRTA – Movimento Revolucionário Túpac Amaru

n.º - *número*

ONU – Organização das Nações Unidas

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

p(p). – *página(s)*

SAS – Special Air Service

séc. – *século*

TIJ – Tribunal Internacional de Justiça

UE – União Europeia

v. – *vide*

vs. – *versus*

Índice

Introdução.....	1
------------------------	----------

1ª PARTE

A Diplomacia Clássica:

Conceito, Evolução e Criação das Missões Diplomáticas Permanentes

1. O conceito de diplomacia.....	3
2. Breve historial da evolução da diplomacia e a origem das embaixadas permanentes.....	6
2.1. Os primórdios da diplomacia.....	6
2.2. A diplomacia na Antiguidade.....	7
2.2.1. Povos orientais.....	7
2.2.2. A Grécia antiga.....	9
2.2.3. O Império Romano.....	10
2.3. A diplomacia na Idade Média.....	12
2.4. A diplomacia na Idade Moderna.....	16
2.4.1. A diplomacia no Renascimento e a criação das embaixadas permanentes.....	16
2.4.2. A diplomacia na época vestefaliana.....	19
2.5. A diplomacia na Idade Contemporânea.....	22
2.5.1. O Congresso de Viena.....	22
3. Breve síntese da evolução da rede diplomática portuguesa	24
3.1. Século XVI: as primeiras embaixadas permanentes (1512-1580).....	24
3.2. Do século XVII ao século XIX: da Restauração da Independência (1640) ao Congresso de Viena (1815).....	25
3.3. Século XX: a diplomacia no Estado Novo.....	32
3.4. Século XXI: a actual rede diplomática.....	34
3.5. Síntese.....	36

2ª PARTE

A Missão Diplomática Bilateral Permanente:

Características, Funções e Estatuto

4. A codificação do direito diplomático.....	39
5. Estabelecimento das missões diplomáticas e respectivas vicissitudes.....	41
5.1. O direito de legação.....	41
5.2. Localização e composição da missão diplomática.....	44
5.3. Encerramento (temporário ou definitivo) da missão diplomática.....	45
6. A missão diplomática: conceito, funções e estatuto.....	47
6.1. Conceito de missão diplomática.....	47
6.2. Funções da missão diplomática.....	49
6.2.1. Representação.....	50
6.2.2. Informação.....	51
6.2.3. Negociação.....	52
6.2.4. Promoção.....	53
6.2.5. Protecção.....	54
6.3. Imunidades e privilégios concedidos à missão diplomática.....	55
6.3.1. Inviolabilidade dos locais da missão.....	57
6.3.2. Inviolabilidade dos arquivos e documentos.....	62
6.3.3. Outras prerrogativas diplomáticas inerentes à missão.....	63

3ª PARTE

A Problemática da Investigação:

Casos de Violação do Artigo 22º da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas

7. Problema de investigação, hipóteses, objectivos e metodologia adoptada.....	66
--	----

7.1. O problema de investigação.....	66
7.2. As hipóteses colocadas ao problema de investigação.....	66
7.3. Os objectivos a alcançar.....	67
7.4. A metodologia adoptada.....	67
8. Casos de violação a locais de missões diplomáticas permanentes.....	70
8.1. Casos relacionados com Embaixadas portuguesas.....	71
8.1.1. Embaixada de Portugal em Leopoldville (actual Kinshasa), Congo (1966).....	71
8.1.2. Embaixada de Portugal em Haia, Holanda (1974).....	76
8.2. Casos perpetrados em território português.....	79
8.2.1. Embaixada de Espanha em Lisboa, Portugal (1975).....	79
8.2.2. Embaixada da Turquia em Lisboa, Portugal (1983).....	81
8.2.3. Embaixada dos EUA em Lisboa, Portugal (1986).....	83
8.3. Casos relativos a outros Estados.....	85
8.3.1. Embaixada dos EUA em Teerão, Irão (1979).....	85
8.3.2. Embaixada do Irão em Londres, Reino Unido (1980).....	91
8.3.3. Embaixada dos EUA em Beirute, Líbano (1983).....	93
8.3.4. Embaixada do Japão em Lima, Peru (1996).....	94
8.3.5. Embaixada dos EUA em Nairobi, Quénia (1998).....	97
8.3.6. Embaixada da China em Belgrado, Jugoslávia (1999).....	98
8.3.7. Embaixada da Índia em Cabul, Afeganistão (2008).....	101
8.3.8. Embaixada dos EUA em Sanaa, Iémen (2008).....	102
9. Conclusões sobre a investigação desenvolvida.....	104
9.1. Principais conclusões do estudo.....	104
Conclusão.....	108
Referências bibliográficas.....	111
Anexos	

Introdução

Pretende-se, com esta dissertação, realizada no âmbito do Mestrado em Direito e Prática Jurídica, com Especialidade de Direito Internacional e Relações Internacionais, abordar a temática da diplomacia aplicada ao contexto das missões diplomáticas bilaterais permanentes. Tratando-se de um mestrado que reúne duas áreas de estudo fará todo o sentido proceder-se à abordagem do tema sob uma perspectiva histórico-jurídica.

Esta dissertação está dividida em três partes. A primeira parte, de um cariz mais histórico, encerra três pontos. Um ponto dedicado ao processo evolutivo da diplomacia e à consequente criação das missões diplomáticas bilaterais permanentes – mais comumente designadas de embaixadas; um outro ponto destinado à evolução da rede diplomática portuguesa, ainda que de natureza sintetizada; e, numa primeira fase, um ponto dedicado ao conceito da diplomacia como instrumento de máxima importância para a política externa dos Estados.

No respeitante à segunda parte, e uma vez que o problema de investigação relacionar-se-á com casos de violação a locais de missões diplomáticas, não faria sentido se não se optasse por uma análise ao art.º 22º da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, de 1961, que remete, precisamente, para a inviolabilidade desses locais, não sem antes se fazer referência à codificação do direito diplomático através da supracitada Convenção. Aludir-se-á, também, ao estatuto da missão diplomática e das imunidades e privilégios consignados à mesma, e será ainda efectuada uma análise genérica das características e funções da missão diplomática.

A terceira (e última) parte, consoante mencionado, é dedicada à investigação na verdadeira acepção da palavra. Serão analisados vários casos relacionados com violações do art.º 22º da Convenção de Viena de 1961 perpetrados pelos Estados signatários, inclusivamente pelo Estado português. Para que a investigação prosseguisse de forma cúmplice com os resultados que se queriam alcançados, foi definido um problema de pesquisa, as respectivas hipóteses e objectivos, bem como a metodologia adoptada na realização da mesma.

1ª Parte

A Diplomacia Clássica:

Conceito, Evolução e Criação das Missões Diplomáticas Permanentes

1. O Conceito de Diplomacia

Etimologicamente, o vocábulo *diplomacia* derivou da palavra grega *diploma* que significava documento dobrado. Na antiguidade, este documento (*diploma*) tratava-se de uma autorização de viagem, uma espécie de passaporte, que permitia transitar nas vias imperiais.”¹ Era um documento emanado pelo príncipe e atribuía ao seu mensageiro determinados privilégios.² Mais tarde, o termo *diploma* seria aplicado a documentos solenes, sobretudo a acordos realizados entre soberanos.³

No entanto, apesar da prática diplomática ser antiquíssima, confundindo-se com a origem da própria humanidade, como se abordará no capítulo seguinte, o termo *diplomacia* só iria surgir no século XVIII, referindo-se a qualquer actividade relacionada com as negociações entre Estados: “a função já existia antes, a palavra surgiria somente nesse século”.⁴

Hoje em dia, o termo *diplomacia* continua a ser utilizado de forma, porventura, ainda mais ambígua, com múltiplos significados, tornando a sua definição pouco clara. A palavra não só é associada à actividade externa como se estende a outros âmbitos: é utilizada para designar diferentes áreas da acção diplomática (por exemplo, a diplomacia preventiva e humanitária); é aplicada aquando a caracterização de uma personalidade cortês (indivíduo portador de qualidades diplomáticas); ou é referida quando alguém ingressa nos quadros do Ministério dos Negócios Estrangeiros (ingresso na diplomacia).⁵

Não raras as vezes, também os conceitos de *diplomacia vs. política externa* são confundidos e tidos como unos. Se é verdade que estão interligados, também é verdade que são distintos. Enquanto a política externa engloba “toda a actividade do Estado no domínio exterior, com o objectivo de defender os seus interesses permanentes e

¹ NICOLSON, Harold, *Diplomacy*, Oxford University Press, London, 1942, p.26

² Denota-se já uma reminiscência, desde os tempos antigos, dos privilégios e imunidades diplomáticos

³ MONGIARDIM, Maria Regina, *Diplomacia*, Almedina, Coimbra, 2007, p.26

⁴ NEVES, José César Paulouro das, *Rituais de Entendimento – Teoria e Prática Diplomáticas, Apontamentos*, Instituto Diplomático, Lisboa, 2016, p.64

⁵ Idem, Ibidem

essenciais no relacionamento perante outros Estados”,⁶ a diplomacia confina-se, apenas, a um instrumento da política externa, ou seja, a um meio para atingir um fim: “não é um fim mas um meio; não é um objectivo, mas um método (...)”.⁷

A própria doutrina, em relação ao assunto, também se mostra pouco consensual. O conceito de diplomacia, de tão amplo e complexo que é, daria, por si só, para tema de um trabalho académico. Recorrer-se-á aos autores Ernest Satow,⁸ Harold Nicolson,⁹ Hans Morgenthau,¹⁰ Henry Kissinger,¹¹ e Calvet de Magalhães¹² para uma melhor percepção de como o conceito poderá divergir.

Para Satow “a diplomacia é a aplicação da inteligência e do tacto na condução das relações oficiais entre os governos de Estados independentes”.¹³ Segundo Nicolson, a “diplomacia é a gestão de relações entre Estados soberanos através de processos de negociação”.¹⁴ Na opinião de Morgenthau, a diplomacia só ocorre quando existe a união de três factores: “persuasão, conciliação e ameaça do emprego de força”.¹⁵ Para o autor, “o representante de uma grande potência (...) deve valer-se concomitantemente da persuasão, acenar com as vantagens de uma conciliação e incutir no outro lado a noção da força militar de seu país”.¹⁶ Por outro lado, Kissinger afirma que a diplomacia é uma arte, é “a arte dos Estados se relacionarem entre si por acordo e não pelo exercício da força”.¹⁷

Finalmente, Calvet da Magalhães, na sua obra *A Diplomacia Pura*, vai construindo o conceito de diplomacia de forma faseada, adicionando elementos. Quando finaliza o processo, define diplomacia como “a) um instrumento da política externa, b) para o

⁶ Idem, Ibidem, p.66

⁷ Idem, Ibidem, p.67

⁸ Diplomata e académico britânico (1843-1929)

⁹ Diplomata, político e escritor britânico (1886-1968)

¹⁰ Académico alemão e pioneiro na área de estudos da teoria das relações internacionais (1904-1980)

¹¹ Apesar de ter nascido na Alemanha, em 1923, foi nos EUA (após ter obtido nacionalidade norte americana, em 1943), que se destacou. Foi professor em Harvard, diplomata e desempenhou um papel importante na política externa dos EUA. Em 1973 venceu o Prémio Nobel da Paz devido ao seu envolvimento no acordo de cessar-fogo na guerra do Vietname. Actualmente, com 94 anos, é um dos maiores especialistas na área da diplomacia.

¹² Diplomata, académico e escritor português (1915-2004)

¹³ SATOW, Ernest, *A Guide to Diplomatic Practice*, Longmans, Green and Co., London, 1932, p.1

¹⁴ NICOLSON, *op. cit.*, p.80

¹⁵ MORGENTHAU, Hans J., *A Política Entre as Nações*, Editora UnB, São Paulo, 2003, p. 970

¹⁶ Idem, Ibidem

¹⁷ BERRIDGE, G.R. et al., *Diplomatic Theory from Machiavelli to Kissinger*, Palgrave, New York, 2001, p. 194

estabelecimento e desenvolvimento dos contactos pacíficos entre os governos de diferentes Estados, c) pelo emprego de intermediários, d) mutuamente reconhecidos pelas respectivas partes”¹⁸

É facilmente perceptível que, para os autores enumerados, a definição de diplomacia é pouco consensual. O conceito defendido por Morgenthau será, provavelmente, o mais controverso, uma vez que é o único que faz referência ao uso da força militar (ou a ameaça desta), para uma “diplomacia inteligente”. Convém lembrar, contudo, que é um dos autores mentores da visão realista¹⁹ das relações internacionais, ou seja, para o autor há uma espécie de competição entre os Estados e que os leva a um “estado potencial e permanentemente actualizável de guerra”.²⁰

Apesar das divergências no conceito, grosso modo, o carácter pacífico da diplomacia é um parecer comumente aceite. Também os elementos da *comunicação, informação e negociação*²¹ (impressos na prática diplomática desde a sua génese e incutidos, implicitamente, nas expressões utilizadas pelos autores como “*contactos*”, “*persuasão*”, “*intermediários*” “*acordo*”, “*condução*” “*inteligência*”, “*conciliação*”, “*estabelecimento*”, “*desenvolvimento*”, “*arte*” “*gestão*”), reúnem, genericamente, consenso como elementos chave da diplomacia nas relações entre Estados.

Assim, face ao exposto, e de uma forma muito sintetizada, poder-se-á dizer que, para os autores citados, a diplomacia é um instrumento da política externa (predominantemente, de carácter pacífico) ao qual os Estados recorrem para o desenvolvimento de relações com outros Estados, com vista à defesa dos respectivos interesses.

¹⁸ MAGALHÃES, José Calvet de, *A Diplomacia Pura*, Bertrand Editora, 2ª Edição, Venda Nova, 1996, p. 90

¹⁹ Afirma COUTINHO, Luís P. Pereira “que se trata de uma abordagem da realidade internacional centrada no que é e não no que deve ser (...) consubstancia uma anarquia” em *A realidade Internacional – Introdução à Teoria das Relações Internacionais*, AAFDL Editora, 2ª Edição, Lisboa, 2017, pp. 11 e 13

²⁰ Idem, Ibidem, p.13

²¹ Tratados no ponto 6.2.

2. Breve historial da evolução da diplomacia e a origem das embaixadas permanentes

“(...) desde tempos remotos, os povos de todas as nações têm reconhecido o estatuto dos agentes diplomáticos”

Convenção de Viena de 1961 (Preâmbulo)

.

2.1. Os primórdios da diplomacia

Para compreender a diplomacia de hoje, é fundamental conhecer a sua evolução. Uma ideia que deverá ficar, desde já, patente, é que se tratou de um processo evolutivo moroso. Tão antiquíssima é a prática da diplomacia que se dilui com a história da própria humanidade.

As comunidades, já nos seus primórdios, sentiam necessidade de tratar de assuntos de interesse comum e de resolver conflitos. Como comprova Numelin, “até os selvagens têm necessidade de manter relações pacíficas entre si”¹. Para tal, recorriam a enviados² de forma a resolverem os assuntos entre as tribos, muitas vezes associados a questões relacionadas com a agricultura (como a delimitação de terrenos de cultivo) ou com a demarcação de áreas de caça. Assim, “o recurso a intermediários para estabelecer contactos entre grupos humanos chega-nos de tempos imemoriais”.³

Todavia, nesses tempos remotos, os estranhos eram considerados perigosos, havendo “uma atitude hostil em relação a tribos ou povos estrangeiros”⁴. Nesse sentido, os enviados para chegarem a um acordo teriam de estar protegidos, de gozar de uma

¹ NUMELIN, Ragnar, *The Beginnings of Diplomacy: a Sociological Study of Intertribal and International Relations*. Oxford University Press, Londres, 1950, p.168

² Também designados, na literatura, de intermediários, mensageiros, emissários ou, segundo Calvet de Magalhães, “diplomatas primitivos”.

³ NEVES, José César Paulouro das, *op. cit.*, p.71

⁴ NUMELIN, Ragnar, *op. cit.*, p.168

protecção especial, “através de um estatuto de inviolabilidade”.⁵ Esta imunidade estava associada à crença de que detinham qualquer coisa de sagrado, “um poder sobrenatural que seria fatal violar”⁶ sendo que, se o emissário fosse aniquilado antes de dar a conhecer a sua mensagem, as negociações estariam, seriamente, comprometidas.⁷ Assim, os enviados circulavam livremente pelas regiões hostis e eram recebidos de forma cerimonial.⁸

2.2. A diplomacia na Antiguidade

2.2.1. Povos orientais

Subsistem, até hoje, referências relativas ao uso de intermediários, particularmente, entre os povos egípcios, babilónios, hebreus, assírios, chineses e hindus.⁹

Em 1887 a.C., em Amarna,¹⁰ foram encontrados documentos que comprovam a prática da permuta de enviados entre os faraós do Egipto e os soberanos dos povos vizinhos. São os casos das Cartas de Tell-el-Amarna¹¹ e um tratado realizado entre o faraó Ramsés II e Hatusi III, rei dos Hititas, em 1278 a.C.¹² No que diz respeito às Cartas de Amarna, confirma-se que estas abordavam uma pluralidade de assuntos, tais como questões dinásticas, questões relativas a matrimónios, trocas de prendas, alianças em assuntos estratégicos, comércio, problemas legais ou mecanismos da diplomacia.¹³

⁵ NEVES, José César Paulouro das, *op. cit.*, p.71

⁶ NUMELIN, Ragnar, *op. cit.*, p.168

⁷ NICOLSON, Harold, *op. cit.*, p.17

⁸ Já se vislumbrava uma espécie de ritual protocolar

⁹ MAGALHÃES, José Calvet de, *op.cit.*, p.33

¹⁰ Também designada de El Amarna ou Tell el-Amarna, capital do antigo Egipto durante o reinado de Amenhotep IV, mais conhecido por Akhenaten.

¹¹ Segundo COHEN, Raymond e WESTBROOK, Raymond, em *Amarna Diplomacy: The beginnings of International Relations*, The Johns Hopkins University Press, Baltimore, 2000, p.1, o legado era composto por 350 cartas, desde o século XIV a.C.

¹² MAGALHÃES, José Calvet de, *op.cit.*, p.33

¹³ COHEN, Raymond; WESTBROOK, Raymond, *op. cit.*, p.1

Também a civilização Assíria deixou uma extensa colecção de documentos em escrita cuneiforme¹⁴ que fazem “numerosas referências a enviados do rei assírio junto dos monarcas vizinhos”¹⁵, particularmente, da Babilónia e do Elam.¹⁶ Os clássicos da literatura chinesa também confirmam estas práticas protocolares nas relações entre a China e as outras nações. De ressaltar, contudo, que o designado Império do Meio era muito fechado, sendo o contacto com o exterior pouco estimulado.¹⁷ No que se refere à civilização hindu, nas Leis de Manu¹⁸, que remontam ao séc. III a.C., a menção ao uso de intermediários é significativa.

Porém, as referências mais expressivas relativamente ao uso de enviados em documentos da antiguidade são, provavelmente, aquelas que se encontram no Antigo Testamento, especialmente nos livros históricos.¹⁹ Apesar destes livros conterem, sobretudo, descrições alusivas à estratégia militar e ao recurso do uso da violência entre o povo hebreu com os outros povos, não deixam de fazer alusão a algumas situações em que o povo hebreu recorreu à utilização da “prática da negociação, através de mensageiros ou enviados”.²⁰

Seja nas Cartas de Amarna, nos documentos assírios cuneiformes, nas Leis de Manu, no Antigo Testamento ou mesmo nos parcos e dispersos vestígios históricos dos primórdios da diplomacia, as referências ao uso de enviados (ou intermediários, ou mensageiros, ou emissários) e à prática da negociação, como via diplomática da resolução de diferendos, são evidentes desde tempos imemoriais. Contudo, será a Grécia a fornecer os exemplos mais evidentes da prática do uso de intermediários entre as várias unidades políticas.

¹⁴ Reunidos na Biblioteca de Nínive (considerada a primeira biblioteca da História), também conhecida como Biblioteca de Assurbanipal (em homenagem ao último grande rei da Assíria – século VII a.C.). Localizada no actual Iraque, conta com um acervo de milhares de placas de argila.

¹⁵ MAGALHÃES, José Calvet de, *op.cit.*, p.33

¹⁶ Antiga civilização localizada no território que corresponde ao actual Irão.

¹⁷ MAGALHÃES, José Calvet de, *op.cit.*, p.33

¹⁸ As Leis de Manu são tidas como a legislação mais antiga da Índia e, ainda hoje, constituem um dos pilares para a sociedade hindu (como o sistema de castas).

¹⁹ MAGALHÃES, José Calvet de, *op.cit.*, p. 34

²⁰ Idem, *Ibidem*

2.2.2. A Grécia antiga

A Grécia antiga deixou uma extensa documentação que permite afirmar, hoje em dia, que se tratou de um dos períodos mais desenvolvidos da diplomacia antes da nossa era.²¹ É, sobretudo, em Homero, Tucídides e Demóstenes que se encontram as descrições mais esclarecedoras sobre a utilização de enviados, assim como narrações sobre a existência de um sistema diplomático estruturado.²²

Estes enviados eram designados de *presbeis*. Geralmente, esta palavra grega era empregue no plural porque as missões eram desempenhadas colectivamente. Estes *presbeis*, “que nas traduções modernas são chamados de embaixadores, eram pessoas de elevada posição, notáveis, e, por conseguinte, pessoas geralmente de idade madura.”²³ Assim, os *presbeis* (embaixadores) desempenhavam uma *presbeia* (uma missão / uma embaixada).

No séc. V a.C., a Grécia estava dividida em várias *polis* mas eram as Cidades-estado de Atenas e Esparta que lideravam e ambicionavam pelo poder hegemónico. Devido às suas frequentes disputas recorriam, frequentemente, ao envio de embaixadas na tentativa de resolução de conflitos. Porém, estas embaixadas eram breves e *ad hoc*, destinadas a uma missão particular. Em Atenas, as missões eram compostas, genericamente, de três a dez enviados/embaixadores; em Esparta somente por três elementos.²⁴

Previamente ao desempenho das missões, e uma vez que tinham o difícil papel de defender os argumentos da sua *polis* junto da outra Cidade-estado, os enviados, designados pelo povo, eram ouvidos pelo Senado de forma a testemunhar se estes eram eloquentes, se possuíam “boas qualidades oratórias”²⁵. Assim, só os mais prestigiados *oratores*²⁶ é que seriam nomeados para as missões.

²¹ WATSON, Adam, *Diplomacy: The Dialogue Between States*, Routledge, New York, 1982, p.4

²² NEVES, José César Paulouro das, *op. cit.*, p.76

²³ MAGALHÃES, José Calvet de, *op.cit.*, p.35

²⁴ NEVES, José César Paulouro das, *op. cit.*, p.78

²⁵ Idem, *Ibidem*

²⁶ Daí que, segundo Paulouro das Neves, os romanos, mais tarde, tenham adoptado a expressão de “*Oratores*” para designar os seus enviados.

Demóstenes (384-322 a.C.), que chegou a ser nomeado embaixador de Atenas, deu a conhecer, através dos seus escritos, a falta de harmonia e união nas embaixadas gregas, o que levava a constantes conflitos, colocando em causa, muitas vezes, a eficácia do trabalho diplomático. Também nos seus registos, Demóstenes transmite alguns assuntos discutidos na Assembleia ateniense, entre eles, a distinção que era feita entre os dois tipos de enviados de então: os arautos²⁷ e os embaixadores. Assim, na civilização helénica, “os arautos eram mensageiros de guerra, os embaixadores mensageiros para a paz (...) os arautos exerciam cargos permanentes e hereditários, os embaixadores cargos transitórios; os embaixadores podiam negociar, os arautos apenas transmitir as mensagens de que eram portadores”.²⁸

Outra distinção que poderá ser citada é que enquanto os embaixadores (ou *presbeis*) viajavam em grupo, os arautos (ou heraldos) viajavam sozinhos. Contudo, estes últimos, segundo a mitologia grega, “eram protegidos pelos deuses”.²⁹ Hermes era considerado o principal protector dos heraldos, Deus da persuasão mas, também, do engano, da astúcia,³⁰ da “má-fé e desonestidade, o que conferiu à diplomacia da época uma reputação negativa, de que ainda não se libertou”.³¹

2.2.3. O Império Romano

Segundo alguns autores, Roma, mais do que o legado para o desenvolvimento da instituição diplomática, foi mais preponderante para o desenvolvimento do Direito Internacional. Para Nicolson, por exemplo, “a contribuição romana para a diplomacia deverá procurar-se não na área de negociação mas sim na do direito internacional”.³² Na mesma linha, Mongiardim salienta que “Roma contribuiu, de forma inequívoca, para o desenvolvimento do Direito Internacional”, destacando “o seu avançado sistema

²⁷ Também designados de heraldos.

²⁸ NEVES, José César Paulouro das, *op. cit.*, p.79

²⁹ MONGIARDIM, Maria R., *op. cit.*, p.53

³⁰ NICOLSON, Harold, *op. cit.*, p.19

³¹ MONGIARDIM, Maria R., *op. cit.*, p.53

³² NICOLSON, Harold, *op. cit.*, p. 23

jurídico”³³ onde já se estabelecia a distinção entre o *jus civile* (lei aplicada entre os cidadãos romanos); o *jus gentium* – (lei aplicável entre os romanos e os estrangeiros) e o *jus naturale* (lei que era comum a todos os povos).³⁴

Durante séculos, os romanos, com a sua superioridade e poderio militar, com os seus métodos impiedosos na prossecução dos seus objectivos, em que instituíram a *pax romana*³⁵, “imbuída da convicção de que o seu destino era dominar o mundo, (...) de que todas as demais nações deviam ser subjugadas, se necessário pela força, ou até eliminadas, conforme sucedeu com Cartago”,³⁶ não deixaram, ainda assim, de recorrer à via diplomática. Segundo Paulouro das Neves, uma das inovações que Roma delegou à prática diplomática foi o colégio sacerdotal dos *fetiales*, uma instituição religiosa que cumpria funções protocolares³⁷ “para declaração de guerra ou de paz”.³⁸

Em Roma, dependendo do período, as embaixadas, designadas de *legatione*, eram nomeadas pelo rei (na época da monarquia romana); pelo Senado (na época republicana) ou pelo imperador (na época imperial). Seguindo o exemplo grego, as embaixadas eram *ad hoc* e de breve duração, outrossim, por norma, colectivas, e os embaixadores, denominados de *legatus*, eram também seleccionados entre os cidadãos mais notáveis e de reconhecidos dotes oratórios, daí “a designação de *orator* aplicada aos embaixadores, reminiscentes da tradição grega”.³⁹

Para além dos *legatus* havia os *nuntii* sendo que estes últimos eram, meramente, “simples mensageiros ou portadores de uma mensagem”.⁴⁰ De destacar que os romanos só recebiam “embaixadores dos países a que reconheciam o *jus legationis*, o que excluía os povos submetidos e as colónias”⁴¹.

³³ MONGIARDIM, Maria R., *op. cit.*, p.55

³⁴ Idem, *Ibidem*

³⁵ Em que decretava vassalagem e submissão aos povos que defrontava

³⁶ SILVA, G. Nascimento e, *A Missão Diplomática*, Rio de Janeiro, Cª Editora Americana, 1971, p. 78

³⁷ Mas não de carácter negocial

³⁸ NEVES, José César Paulouro das, *op. cit.*, p. 84

³⁹ MAGALHÃES, José Calvet de, *op. cit.*, p. 45

⁴⁰ Idem, *Ibidem*, p. 44

⁴¹ Idem, *Ibidem*

2.3. A diplomacia na Idade Média

A queda do Império Romano, no séc. V, não foi favorável para a tradição diplomática que até então se tinha desenvolvido. A desagregação do Império deixou um “vazio de poder”,⁴² intensificado pela frágil autoridade dos reis e príncipes. Cumulativamente, a inexistência de reinos efectivamente soberanos⁴³, a inexactidão de fronteiras e a fragilidade das comunicações também contribuíram para que a prática diplomática se tenha, praticamente, esvaído.

Com a desintegração do Império Romano, o vasto território que lhe era pertencente foi bipartido entre os novos reinos germânicos⁴⁴ (na parte ocidental) e o Império Bizantino⁴⁵ (na parte oriental), com capital em Constantinopla⁴⁶. Circulava a crença “que cabia a Bizâncio continuar o Império Romano, dominar o mundo civilizado (*oikoumene*)”⁴⁷ e, para tal, Igreja e Estado deveriam estar intimamente ligados numa teocracia.⁴⁸

Apesar de todas as vicissitudes e contrariedades, ainda durante a Alta Idade Média (do séc. V ao séc. XII) regista-se o recurso à prática diplomática romana que se tinha generalizado aos reinos bárbaros⁴⁹, principalmente a partir do século VIII, quando os reinos germânicos “começaram a emergir como monarquias distintas”⁵⁰ e a recorrerem

⁴² NEVES, José César Paulouro das, *op. cit.*, p. 90

⁴³ Tratando-se, antes, de sistemas feudais.

⁴⁴ Os invasores bárbaros, após várias vitórias militares contra o que fora o Império Romano, formaram vários reinos. Assim, no século VI, o território ocidental estava fragmentado e dividido, grosso modo, da seguinte forma: Reino dos Anglo-Saxões (na Britânia – actual Inglaterra); Reino dos Francos (na Gália – actual França); Reino dos Suevos (no norte da Hispânia – península ibérica); Reino dos Visigodos (no sul da Gália e na restante península ibérica); Reino dos Ostrogodos (na península itálica); Reino dos Vândalos (no norte de África).

⁴⁵ A civilização bizantina atingiu o seu auge no séc. XI e o seu termo em 1453, com a conquista otomana de Constantinopla (que por sua vez marcou o fim da Idade Média).

⁴⁶ Conhecida como a “Nova Roma”, Constantinopla, que significa “Cidade de Constantino”, deve o seu nome ao Imperador Constantino.

⁴⁷ NEVES, José César Paulouro das, *op. cit.*, p. 86

⁴⁸ Na civilização bizantina o Imperador era o escolhido de Deus.

⁴⁹ Também o cristianismo, com o Imperador Carlos Magno, rei dos francos, foi-se solidificando nos reinos germânicos. Designado de imperador da cristandade, conhecido acérrimo defensor do cristianismo, combateu contra a dinâmica expansionista do islão tendo em vista uma Europa mais unida pela religião.

⁵⁰ NEVES, José César Paulouro das, *op. cit.*, p. 90

a enviados⁵¹ para negociarem com o Imperador ou com o Papa, em Constantinopla ou em Roma, respectivamente. Porém, estes enviados eram “menos ilustrados, não tinham os mesmos dotes de eloquência oratória, registando-se uma menor qualidade intelectual na respectiva diplomacia”.⁵² A prática diplomática, nos reinos germânicos, teria uma maior incidência, somente, a partir do séc. XI.⁵³

Por outro lado, já desde o séc. VI que a Igreja efectuava missões de representação, através dos *nuntius* (núncios), ainda que bastante incipientes. Como garantem Hamilton e Langhorne, “os núncios foram (...) o agente diplomático mais usado na primeira fase da Idade Média”.⁵⁴ Mas, será sobretudo a partir do séc. X que a Santa Sé recorrerá, com frequência, a estes enviados para cuidar dos assuntos eclesiásticos ou para tentar resolver as divergências entre os príncipes católicos.⁵⁵

A Santa Sé imprimiu, inequivocamente, um forte cunho à diplomacia da Idade Média tendo procedido, inclusivamente, segundo Calvet de Magalhães “à criação de uma representação papal, quase permanente, em Constantinopla”⁵⁶ para tratar das complicadas relações com o Império de Bizâncio. Outros autores, porém, vão mais longe, como Mongiardim, ao afirmar que a Santa Sé foi mesmo “a primeira, com o Papa Leão I, o “Grande”, a acreditar um representante permanente”,⁵⁷ em Constantinopla.

Apesar das divergências que possam existir sobre o carácter temporal desta representação, se era, ou não, permanente, parece não haver quaisquer dúvidas sobre a existência de uma instituição de representação papal, em Constantinopla, assegurada por enviados designados de *apocrisiários*, “definidos como enviados ou encarregados de uma missão”,⁵⁸ a par com os já denominados *nuntius* (núncios). Simultaneamente, a Igreja utilizava outro tipo de enviados: os *legati*⁵⁹ (os legados).

⁵¹ Segundo Calvet de Magalhães em MAGALHÃES, José Calvet de, *op. cit.*, p. 49, “os enviados dos monarcas cristãos conservaram as designações romanas de *legatus* e *nuntius*”.

⁵² MONGIARDIM, Maria R., *op. cit.*, p. 57

⁵³ NEVES, José César Paulouro das, *op. cit.*, p. 90

⁵⁴ HAMILTON, Keith; LANGHORNE, Richard, *The Practice of Diplomacy: Its Evolution, Theory and Administration*, Routledge, New York, 2011, p. 34

⁵⁵ NEVES, José César Paulouro das, *op. cit.*, pp. 90 e 91

⁵⁶ MAGALHÃES, José Calvet de, *op. cit.*, p. 48

⁵⁷ MONGIARDIM, Maria R., *op. cit.*, p. 44

⁵⁸ MAGALHÃES, José Calvet de, *op. cit.*, p. 48

⁵⁹ Designação romana

A terminologia, contudo, durante os papados, era muito imprecisa, parecendo não existir qualquer diferença entre os mesmos. Como corrobora Calvet de Magalhães “se nos tempos romanos a distinção entre *legatus* e *nuntius* parece clara (o *legatus* é o enviado e negociador e o *nuntius* o simples mensageiro), na Idade Média é difícil distinguir entre um e o outro”.⁶⁰ Para Hamilton e Langhorne, “os núncios não tinham poder para negociar ou concluir um acordo”.⁶¹

Também a designação de *procurator* (procurador) emerge na Baixa Idade Média (a partir do séc. XII).⁶² Um procurador era um representante legal que tratava de “questões pessoais de quem o mandatava, em particular para celebrar contratos ou acertar casamentos reais”.⁶³ Assim, na opinião de Paulouro das Neves, opostamente aos núncios e legados, já não actuam, unicamente, como meros representantes diplomáticos mas “em seu próprio nome e responsabilidade (...) pois a sua natureza é essencialmente legal”.⁶⁴

Possuindo, ou não, as mesmas funções, no séc. XIII as designações de *nuntius*, *legatus* e *procurator* irão dar lugar, com excepção da Santa Sé, a uma única designação: a de *ambaxiator* ou *ambactiator*.⁶⁵ As línguas vernáculas adoptaram outras formas como a de *ambassadeur* ou *ambaxateur*, no caso francês, ou a de *embaixador*, no caso português.⁶⁶ Assim, nos séculos XIV e XV, a palavra *embaixador* passou a ser utilizada de modo frequente para designar os enviados dos soberanos, enquanto as designações de *nuntius* e *legatus* passaram a circunscreverem-se à Santa Sé.⁶⁷

Consoante cita Mattingly, “o Papado foi o primeiro poder ocidental a fazer uso sistemático da diplomacia”⁶⁸ e, apesar de todos os conflitos e cismas religiosos ocorridos, a Igreja teve uma influência determinante na Idade Média, fazendo do

⁶⁰ MAGALHÃES, José Calvet de, *op. cit.*, p. 50

⁶¹ HAMILTON, Keith; LANGHORNE, Richard, *op.cit.*, p. 33

⁶² NEVES, José César Paulouro das, *op. cit.*, p. 92

⁶³ Idem, *Ibidem*

⁶⁴ Idem, *Ibidem*

⁶⁵ Na designação latina

⁶⁶ MAGALHÃES, José Calvet de, *op. cit.*, p. 51 e 52

⁶⁷ Idem, *Ibidem*, p. 54

⁶⁸ MATTINGLY, Garret, *Renaissance Diplomacy*, Baltimore, Penguin Books, 1964, p. 20

ocidente uma cristandade unida sob a designação de “*res publica christiana*” e por uma língua comum: o latim.⁶⁹

No que respeita à margem oriental da cristandade, também a civilização bizantina recorreu à prática diplomática, “conferindo-lhe superioridade e preponderância”,⁷⁰ uma vez que os seus recursos militares não permitiam sustentar as consecutivas pressões dos povos de leste nas suas fronteiras. Porém, a diplomacia de bizâncio, “cujo cerimonial era notavelmente ornamentado”,⁷¹ ficaria, inequivocamente, associada a duvidosas práticas e comportamentos “pouco transparentes e nem sempre honestos”,⁷² infectando “o método diplomático durante séculos”.⁷³

Por outro lado, é em Bizâncio que o princípio da inviolabilidade é reforçado; que se reconhecem os privilégios dos embaixadores recebidos em Constantinopla ao estarem, por exemplo, isentos do pagamento de impostos pela mercadoria transportada; que os documentos de credenciais tomam uma configuração mais definida; ou que os embaixadores adquirem a prática de redigirem relatórios sobre as missões realizadas.⁷⁴

Em modo de conclusão, e face ao exposto, poder-se-á afirmar que a diplomacia na Idade Média desenvolveu-se, essencialmente, através do contributo dado pela Santa Sé e por Bizâncio, ocasionada pelas “rivalidades entre Papas e Imperadores”⁷⁵ que, “para protegerem os seus interesses, utilizaram sistematicamente a diplomacia”.⁷⁶

⁶⁹ NEVES, José César Paulouro das, *op. cit.*, p. 93 e 94

⁷⁰ MONGIARDIM, Maria R., *op. cit.*, p. 44

⁷¹ ROBERTS, Ivor, *Satow's Diplomatic Practice*, Oxford University Press, UK, 2012, p. 7

⁷² NEVES, José César Paulouro das, *op. cit.*, p. 87

⁷³ NICOLSON, Harold, *The Evolution of Diplomatic Method*, University of Leicester, Leicester, 1998, p. 27

⁷⁴ NEVES, José César Paulouro das, *op. cit.*, p. 88

⁷⁵ Idem, *Ibidem*, p. 95

⁷⁶ Idem, *Ibidem*

2.4. A diplomacia na Idade Moderna

2.4.1. A diplomacia no Renascimento e a criação das embaixadas permanentes

Apurou-se, até então, que a evolução da diplomacia tratou-se de um processo lento e, citando Nicolson, só a partir do séc. XV, “quando os Estados Italianos começaram a nomear Embaixadores permanentes, é que a diplomacia foi genericamente reconhecida como profissão”.⁷⁷

Com o fim da Idade Média, após a tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos, em 1453, começa a designada Idade Moderna, marcada pelos descobrimentos marítimos e pelo Renascimento. Foi uma época de profundas alterações, conduzindo à extinção do *Velho Mundo* e levando a uma reconfiguração da comunidade internacional. Por conseguinte, também “a instituição diplomática sofreu uma transformação profunda”,⁷⁸ abandonando o seu carácter itinerante e temporário e passando a um carácter, predominantemente, “fixo (residente) e permanente”.⁷⁹

Já desde meados do séc. XIV que as cidades italianas rivalizavam entre si na tentativa de expandir território com objectivos hegemónicos, “quase reedição do mal grego”.⁸⁰ Para alcançar tais propósitos, o recurso às armas era uma constante. Contudo, esta opção, para além de dispendiosa, era debilitadora, de forma que um outro instrumento, em alternativa à guerra, se impunha. Como evidencia Mattingly na sua obra sobre a diplomacia na Renascença, as unidades políticas italianas começavam a compreender que o diálogo poderia ser mais eficiente do que o conflito.⁸¹

No séc. XV, a Itália “era um país dividido em várias realidades políticas autónomas”.⁸² Como tal, estas Cidades-estado tinham a necessidade de manter contactos frequentes, o

⁷⁷ NICOLSON, Harold, *op. cit.*, p. 26

⁷⁸ MAGALHÃES, José Calvet de, *op. cit.*, p. 56

⁷⁹ MONGIARDIM, Maria R., *op. cit.*, p. 65

⁸⁰ NEVES, José César Paulouro das, *op. cit.*, p. 98

⁸¹ MATTINGLY, Garret, *op. cit.*, p. 50

⁸² NEVES, José César Paulouro das, *op. cit.*, p. 99

que “levou à criação do embaixador residente”.⁸³ Foi neste sentido que esta “intensa e continuada actividade diplomática dos Estados italianos no início da Idade Moderna fez surgir a necessidade de representações diplomáticas de carácter permanente”.⁸⁴

Nesta época, devido à relevância que concediam aos contactos diplomáticos, destacavam-se quatro Cidades-estado: Milão, Veneza, Florença e Roma.⁸⁵ Milão, de 1378 a 1402, sob o poder autocrático do Duque Giangaleazzo Visconti, atingira uma posição económica importante, “assente num rico erário”⁸⁶ podendo, deste modo, suportar uma actividade diplomática constante. Para tal, criou “uma incipiente chancelaria a qual, embora falha de coerência, mostra já algumas funções dos modernos Ministérios dos Negócios Estrangeiros”.⁸⁷

Mais tarde, Filippo Visconti, seu herdeiro, manteve na Corte de Segismundo (1368-1437) – Imperador do Sacro Império Romano – “um embaixador residente em regime de reciprocidade”,⁸⁸ o que leva os autores a pensarem tratar-se da primeira acreditação mútua. Segundo Paulouro das Neves, os embaixadores milaneses já reuniam alguns dos elementos constituintes da diplomacia actual ao serem portadores de credenciais, ao gozarem de privilégios e ao serem substituídos regularmente.

Milão optara por uma Embaixada permanente, sendo a diplomacia *ad hoc* (praticava até então), preterida por esta. Mas, este antigo método diplomático não foi abolido e os enviados especiais continuaram a ser utilizados, paralelamente, uma vez que na península itálica “as distâncias eram relativamente curtas”.⁸⁹

Como salienta o historiador Garrett Mattingly, não há provas conclusivas sobre quem foi o primeiro Embaixador residente na actual Itália.⁹⁰ Porém, Zacarias Bembo, Embaixador residente de Veneza em Roma (1435), é o mais apontado pelos autores e, só mais tarde, em 1446, é que se seguiu o Embaixador de Milão em Florença, Nicodemus dei Pontramoli.

⁸³ MAGALHÃES, José Calvet de, *op. cit.*, p. 57

⁸⁴ Idem, *Ibidem*

⁸⁵ NEVES, José César Paulouro das, *op. cit.*, p. 100

⁸⁶ Idem, *Ibidem*, p. 101

⁸⁷ Idem, *Ibidem*

⁸⁸ Idem, *Ibidem*, p. 102

⁸⁹ Idem, *Ibidem*, p. 103

⁹⁰ MATTINGLY, Garret, *op. cit.*, p. 68

Por volta de 1460, as mais influentes Cidades-estado italianas já trocavam entre si embaixadores residentes e a constituição das embaixadas foi-se alargando. No final do séc. XV, Florença, com o erário público, procedia à designação de outros colaboradores “no que se pode considerar o primeiro passo para a nomeação dos futuros Adidos”.⁹¹

A partir de Itália, este novo tipo de diplomacia de embaixadores residentes iria ser transmitido, embora não de forma simultânea, ao restante continente europeu. Para Calvet de Magalhães, a França foi a última das grandes potências europeias a adoptar o sistema de embaixadas permanentes,⁹² preferindo a negociação directa – “nas suas lutas de hegemonia contra a casa de Áustria”⁹³ – em detrimento da diplomacia⁹⁴.

Curiosamente, apesar de Roma, durante quase todo o séc. XV ter recebido embaixadores residentes e de ser, a partir de 1460, segundo Mattingly, a escola principal da diplomacia,⁹⁵ (para onde “eram enviados os mais prestigiados diplomatas estrangeiros ou aqueles que desejavam aprender a profissão”⁹⁶) não iria enviar núncios residentes, praticamente, até ao pontificado de Leão X (1513-1521).⁹⁷

A prática diplomática de Veneza merece um lugar de destaque, nomeadamente a partir do séc. XVI. Fundada no séc. VI, a cidade de Veneza⁹⁸, inicialmente povoada por pobres pescadores e marinheiros, iria transformar-se numa potência comercial e marítima⁹⁹ devido à sua situação geográfica, “instalada no cruzamento de rotas entre o oriente e o ocidente”.¹⁰⁰ Assim, nos séculos XV e XVI, juntamente com Roma, a República de Veneza, apesar do seu limitado território, vai ter uma “intensa actividade diplomática”¹⁰¹ devido à sua “intensa actividade marítima e comercial”¹⁰². Vai caber a Veneza o pioneirismo na preservação e sistematização dos arquivos diplomáticos.

⁹¹ NEVES, José César Paulouro das, *op. cit.*, p. 104

⁹² MAGALHÃES, José Calvet de, *op. cit.*, p. 60

⁹³ Idem, *Ibidem*

⁹⁴ Segundo Mattingly, na sua obra *Renaissance Diplomacy*, *op.cit.*, p. 148, “No momento em que o duelo entre os Valois e os Habsburgos, entre Francisco I e Carlos V, prendia a atenção da Europa, a maquinaria normal das relações diplomáticas cedia o passo à diplomacia pessoal dos soberanos”.

⁹⁵ MATTINGLY, Garret, *op. cit.*, p. 91

⁹⁶ NEVES, José César Paulouro das, *op. cit.*, p. 105

⁹⁷ MAGALHÃES, José Calvet de, *op. cit.*, p. 58

⁹⁸ Antes do séc. VI pertencera aos gregos; do séc. VI ao séc. XI Veneza foi província da Itália bizantina.

⁹⁹ Até as rotas comerciais terem sofrido uma deslocação com as navegações portuguesas e espanholas.

¹⁰⁰ NEVES, José César Paulouro das, *op. cit.*, p. 106

¹⁰¹ Idem, *Ibidem*

¹⁰² Idem, *Ibidem*, p. 107

Durante nove séculos (de 883 até 1797) são conservados “milhares de despachos ordinários (*‘dispacci’*, informações sucintas) e relatórios de fim de missão (*‘relazioni’*) (...) escritos pelos seus Embaixadores sobre as Cortes onde residiam”.¹⁰³

2.4.2. A diplomacia na época vestefaliana

No séc. XVI, as guerras religiosas que eclodiram na Europa – com destaque para a Guerra dos 30 Anos, ocasionada já durante o séc. XVII (1618-1648) – “vieram abalar o sistema de representação diplomática permanente que parecia já consagrado”.¹⁰⁴ Mas esta guerra não se tratou, unicamente, de uma guerra religiosa, “foi também um confronto entre as potências da época”¹⁰⁵ com o propósito de enfraquecer a hegemonia do Império Romano-Germânico e da Espanha, em busca de uma posição cimeira na realidade política europeia. Manifesto de tal intento foi Richelieu, então primeiro-ministro de Luís XIII que, apesar de cardeal da Igreja Católica, defendia que “os interesses do Estado”¹⁰⁶ superavam as solidariedades religiosas”.¹⁰⁷ Foi em nome da *Raison d’État* (Razão do Estado), que lutou contra católicos, levando a França a alcançar a posição de “nação dominante da época”.¹⁰⁸

Foram os Tratados de Vestefália (Osnabrück e Münster)¹⁰⁹, em 1648, que puseram termo às lutas devastadoras da Guerra dos 30 Anos, em que ficava evidente a liberdade religiosa e o fim das perseguições por diferentes confissões de fé. Por conseguinte, com a inevitável fragmentação do Sacro Império Romano-Germânico, surgem inúmeros

¹⁰³ Idem, Ibidem, p. 108

¹⁰⁴ MAGALHÃES, José Calvet de, *op. cit.*, p. 62

¹⁰⁵ MOITA, Luís, *op. cit.*, p. 20

¹⁰⁶ Segundo vários autores, terá sido Maquiavel o primeiro a utilizar o termo “Estado”, no sentido moderno da palavra. Na sua obra-prima, *O Príncipe* (1513-1516), um manual sobre a arte de bem governar, inspirado em César Bórgia e no seu estilo político inescrupuloso, logo na primeira linha faz referência ao mesmo: “Todos os estados, todos os domínios, que tiveram e têm império sobre os homens, foram e são ou repúblicas ou principados”.

MAQUIAVEL, Nicolau, *O Príncipe: um tratado clássico sobre a política ou a arte de bem governar*, Bertrand Editora, Lisboa, 2016, p. 11

¹⁰⁷ MOITA, Luís, *op. cit.*, p. 20

¹⁰⁸ Idem, Ibidem

¹⁰⁹ Os Tratados foram assinados em cidades diferentes: os católicos reunidos em Münster e os protestantes em Osnabrück.

novos Estados soberanos. Neste contexto, como refere Paulouro das Neves, “a época vestefaliana vai substituir a ideia medieval da unidade cristã (*res publica christiana*) pela consolidação de entidades políticas soberanas com administração centralizada”,¹¹⁰ em que grande parte da população já “não reconhece a suserania espiritual do Papa”,¹¹¹ criando, assim, uma Nova Ordem Internacional, em que se assinala o final de uma época (a cristandade medieval) e o início de outra (criação do Estado moderno), representando um “majestoso portal que leva do velho para o novo mundo”.¹¹²

Os Tratados de Vestefália, para além da liberdade religiosa proporcionaram “o respeito pela soberania absoluta dos Estados”¹¹³ e “a política de *balance of power*”¹¹⁴ (equilíbrio do poder) para uma Europa mais estável e anti-hegemónica, assente numa hierarquia horizontal e não numa hierarquia vertical (“do qual o Papa e o Imperador (...) eram as cabeças simbólicas”).¹¹⁵ Os Tratados são considerados como “verdadeiras certidões de nascimento dos modernos Estados”,¹¹⁶ ao fornecer “todos os ingredientes de uma equação consagrada: nacionalidade + organização política sob forma de Estado + soberania + território”¹¹⁷

Deste modo, a Paz de Vestefália deu origem ao moderno sistema de Estados-Nação, delimitados territorialmente, dotados de soberania e tendencialmente laicos, tendo sido um marco decisivo na história das relações internacionais. Como consequência, surgira a necessidade de conferir uma ordem a questões de foro internacional, tais como a guerra e a paz, resultando algumas publicações das quais se destaca “*De jure belli ac pacis*” (O direito da guerra e da paz), de Hugo Grotius¹¹⁸, jurista holandês, considerado o fundador do Direito Internacional.

Por outro lado, é neste complexo contexto político do séc. XVII que a diplomacia vai encetar uma nova fase com o designado *método francês*, preconizado por Richelieu. A doutrina “da *raison d'état* transformou-se no princípio fundamental da diplomacia

¹¹⁰ NEVES, José César Paulouro das, *op. cit.*, p. 110

¹¹¹ Idem, *Ibidem*

¹¹² GROSS, Leo, “The Peace of Westphalia, 1648-1948”, *The American Journal of International Law*, Vol.42, Nº 1 (Jan., 1948), Cambridge University Press, pp. 20-41, p. 28.

¹¹³ NEVES, José César Paulouro das, *op. cit.*, p. 114

¹¹⁴ Idem, *Ibidem*

¹¹⁵ Idem, *Ibidem*, p. 95

¹¹⁶ NEVES, José César Paulouro das, *op. cit.*, p. 113

¹¹⁷ MOITA, Luís, *op. cit.*, p. 18

¹¹⁸ Também autor de « *Mare Liberum* » onde defende o princípio da liberdade de navegação.

européia”.¹¹⁹ Para o Cardeal, a arte da negociação deveria ser um processo contínuo com vista à obtenção da criação de relações sólidas e não apenas um instrumento de recurso para a resolução de conflitos.¹²⁰ Richelieu era categórico quando afirmava no seu *Testamento Político* a importância do carácter permanente da negociação: “atrevo-me a dizer com veemência que se torna necessário para o bem dos Estados negociar continuamente, aberta ou secretamente, em todos os lugares”.¹²¹ Para tal propósito, e de modo a representar os interesses franceses, o estabelecimento de uma rede de Embaixadas permanentes tornava-se imperativo, de tal forma que a França, após Vestefália, fora detentora da maior rede de Embaixadas: “em 1685, a França tinha embaixadas permanentes em Roma, Veneza, Constantinopla, Viena, Haia, Londres, Madrid, Lisboa, Munique, Copenhaga e Berna”.¹²²

O método diplomático francês, consoante a doutrina o designou, construiu, nos séculos XVII e XVIII, “um estilo universal e dominante na condução da diplomacia (...) tal como a influência italiana fora decisiva para a sua evolução durante os séculos XV e XVI”.¹²³ Vários manuais sobre o assunto foram publicados, sendo a obra *De la manière de négocier avec les Souverains*, escrita em 1716, por François de Callières, ainda hoje considerada como um dos melhores manuais de prática diplomática. Logo nas primeiras páginas da sua obra, Callières remete o leitor para a importância do carácter permanente da negociação na diplomacia, reiterando Richelieu, ao afirmar que convém “explicar o quanto é útil, e mesmo necessário para os soberanos, e especialmente àqueles que governam os grandes Estados, de manter negociações contínuas (...) durante a paz e durante a guerra”.¹²⁴

¹¹⁹ KISSINGER, Henry, *Diplomacia*, Gradiva, 3ª Edição, Lisboa, 2007, p. 53

¹²⁰ NICOLSON, Harold, *op.cit.*, p. 51

¹²¹ BLIN, Arnaud, *La Paix de Westphalie*, Editions Complexe, Bruxelas, 2006, p. 68

¹²² NEVES, José César Paulouro das, *op. cit.*, p. 123

¹²³ Idem, *Ibidem*

¹²⁴ CALLIÈRES, François de, *De la manière de négocier avec les souverains*, Reproduction – Bibliothèque Nationale de France – Pour la Compagnie, Amsterdam, 1716, p. 7

2.5. A Diplomacia na Idade Contemporânea

2.5.1. O Congresso de Viena

O Congresso de Viena, de 1815, ocorrido devido à necessidade de regular a situação política europeia após a derrota da França napoleónica,¹²⁵ veio também resolver “o problema da precedência dos agentes diplomáticos”¹²⁶ que esteve “sempre ligado à precedência dos vários Estados europeus”.¹²⁷ Refira-se que durante a Idade Média, a ordem de precedências dos Estados, apesar de muito contestada, era estabelecida pelo Papa. Este regulamento, designado de *Ordo Regum Christianorum*, concebido pelo Papa Júlio II, em 1504, apresentava “a seguinte ordem de precedências.”¹²⁸

- *Imperator Caesar;*

- *Rex Romanorum;*

- *Rex Franciae;*

- *Rex Hispaniae;*

- *Rex Aragoniae;*

- *Rex Portugaliae;*

- *Rex Angliae;*

- A esta ordem seguiam-se os reis de Escócia, Navarra, Chipre, Boémia e Polónia;

- Duques, cardeais e patriarcas.

¹²⁵ Segundo Adam Zamoyski, em *Rites of Peace – The Fall of Napoleon & The Congress of Vienna*, Harper Perennial, London, 2008, p. xiii, “A reconstrução da Europa no Congresso de Viena é provavelmente o episódio mais influente na história moderna. O Congresso não só redesenhou o mapa inteiramente. Determinou quais as nações que teriam, ou não, existência política nos próximos cem anos”.

¹²⁶ MAGALHÃES, José Calvet de, *op. cit.*, p. 66

¹²⁷ Idem, *Ibidem*

¹²⁸ FREITAS, Pedro Caridade de, *História do Direito Internacional Público: Da Antiguidade à II Guerra Mundial*, Princípa Editora, Cascais, 2015, p. 149

No entanto, não raras as vezes esta hierarquia conduzia a várias querelas,¹²⁹ pois os soberanos recusavam-se a aceitar esta classificação. Com o Congresso de Viena, este sistema conheceu o seu termo ao ser substituído pelo método baseado na antiguidade dos agentes diplomáticos, ou seja, a ordem de precedência dos representantes diplomáticos passaria a ser regulada segundo a notificação oficial da data da sua chegada à sede da missão.¹³⁰ Outra das novidades que o Congresso de Viena trouxe à actividade diplomática, segundo Harold Nicolson, foi a divisão dos agentes diplomáticos em quatro categorias: “embaixadores e legados papais, ministros plenipotenciários, ministros residentes e encarregados de negócios”.¹³¹

No entanto, este Congresso que “inauguraria uma nova idade para a negociação diplomática”,¹³² acabaria por solucionar, somente, os problemas relativos às precedências e às classes dos agentes diplomáticos, deixando pendentes muitos outros aspectos que continuaram “a ser regulados apenas pelo costume”.¹³³

Já mais tarde, como refere Calvet de Magalhães, várias foram as tentativas “para codificar as normas aplicáveis à actividade diplomática”.¹³⁴ Os trabalhos efectuados pelos respectivos especialistas, tanto na Sociedade das Nações como na Sexta Conferência Internacional Americana, realizada em Havana, em 1928, revelaram-se pouco produtivos. Somente, em 1961, com uma Conferência das Nações Unidas realizada em Viena, é que actividade diplomática se via regulada, através da “Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas” e que será analisada na 2ª Parte desta dissertação.

¹²⁹ Citando Harold Nicolson, em *The Congress of Vienna*, Methuen, London, 1961, p. 218, “Desde o princípio a Espanha recusou-se a aceitar a classificação do Papa segundo a qual a Espanha recebia um lugar inferior ao da França. Indecorosos amúos e empurrões entre os embaixadores da França e da Espanha passaram a ser um elemento embaraçante no funcionamento de cada corte, e em 30 de Setembro de 1661, quando o coche do embaixador espanhol tentou ultrapassar o coche do embaixador de França num cortejo em Londres, resultou uma batalha de rua que levou à ruptura de relações diplomáticas entre Paris e Madrid e até à ameaça de guerra”.

¹³⁰ NICOLSON, Harold, *The Congress of Vienna*, Methuen, London, 1961, p. 219

¹³¹ Idem, *Ibidem*

¹³² NEVES, José César Paulouro das, *op. cit.*, p. 132

¹³³ MAGALHÃES, José Calvet de, *op. cit.*, p. 69

¹³⁴ Idem, *Ibidem*

3. Breve síntese da evolução da rede diplomática portuguesa

“Inicia-se, portanto, em 1640, o período diplomático do nosso país reduzido, mas ainda com a mesma configuração – uma nação essencialmente intercontinental. Daí por diante nunca mais poderíamos prescindir dessa arma e fômo-la afinando da melhor maneira que era possível.”

Eduardo Brazão¹

Considerando que as representações diplomáticas dos Estados estão, inerentemente, ligadas à história da sua diplomacia e política externa, funcionando como uma extensão das mesmas, não se poderia falar da evolução destas sem invocar o contexto em que se moldaram e desenvolveram. Apesar da história diplomática portuguesa se saber riquíssima, não será possível, no âmbito desta dissertação, analisar os seus períodos fazendo-se, somente, uma breve referência aos mesmos.

Assim, no que à evolução da rede diplomática portuguesa diz respeito, os períodos sujeitos a uma análise mais discriminada, devido à acessibilidade de informação, são os que se seguiram à Restauração da Independência – até ao início do século XIX (Congresso de Viena) – e o período referente à actualidade.

3.1. Século XVI: as primeiras embaixadas permanentes (1512-1580)

Conforme abordado no ponto 2.4.1., foi a partir de Itália que o sistema de embaixadas permanentes despontou, transmitindo-se, posteriormente, à restante Europa. Por cá, tratando-se de Portugal um Estado que “tende para exíguo”,² onde a diplomacia assume “o mais sólido instrumento”³, o primeiro embaixador português residente em Roma, João de Faria, foi nomeado em 1512, cargo que exerceu até 1514, sendo sucedido por

¹ BRAZÃO, Eduardo, *A Diplomacia Portuguesa nos séculos XVII e XVIII*, Vol. 1, Editorial Resistência, Sarl, Lisboa, 1979, p. 11

² MOREIRA, Adriano, *A Circunstância do Estado Exíguo*, Diário de Bordo, 2ª Edição, Loures, 2009, p. 284

³ Idem, *Ibidem*

Miguel da Silva, posteriormente eleito cardeal “contra a vontade expressa de D. João III”⁴, e que deu origem a um longo período de conflitos com Roma. A segunda embaixada permanente portuguesa foi fixada em Paris, em 1522, depois de a França ter enviado Honoré de Caix como embaixador residente para Lisboa. Três anos depois, em 1525, António de Azevedo Coutinho é enviado para Madrid para exercer as funções de embaixador português.

Assim, consoante o exposto, e justamente pela seguinte ordem cronológica, foi em Roma, Paris e Madrid que Portugal estabeleceu as suas primeiras embaixadas permanentes e que se mantiveram até 1580,⁵ altura em que Portugal, como se aludirá de seguida, vê perdida a sua independência.

3.2. Do século XVII ao século XIX: da Restauração da Independência (1640) ao Congresso de Viena (1815)

A morte do Rei D. Sebastião, na Batalha de Alcácer Quibir, em 1578⁶, conduziu a problemas de sucessão ao reino e Portugal viu-se cercado pela potência mais forte da época: a vizinha Espanha. Com medo de enfrentar uma guerra com Espanha, as restantes potências europeias não intervieram e Portugal, em 1580, perdeu a sua independência, ficando submetido a Espanha durante cerca de sessenta anos.

Mas esta União Ibérica era vista pelos portugueses como uma usurpação e, como salienta Oliveira Marques, “cinco séculos de governo próprio haviam evidentemente forjado uma nação, fortalecendo-a até ao ponto de rejeitar qualquer espécie de união

⁴ MAGALHÃES, José Calvet de, *op.cit.*, p. 60

⁵ Idem, *Ibidem*

⁶ Segundo Oliveira Marques, em *Breve História de Portugal*, Editorial Presença, 4ª Edição, Lisboa, 2001, p. 285, tratou-se da “batalha mais desastrosa da história portuguesa”. Para além da morte de D. Sebastião e da consequente aristocracia, a maior parte do exército português foi aniquilado e os restantes ficaram prisioneiros. Segundo o historiador, “calcula-se que a aventura custou ao todo mais de 1 000 000 de cruzados, cerca de metade das receitas anuais do Estado”.
MARQUES, Oliveira, A. H. de, *Breve História de Portugal*, Editorial Presença, 4ª Edição, Lisboa, 2001, p. 285

com o país vizinho”.⁷ Recorde-se que a comunidade portuguesa obteve reconhecimento internacional em 1143, com a Conferência de Zamora.⁸ Foi, precisamente, essa identidade nacional, essa riqueza histórica e cultural, (pois tratava-se de “uma das mais velhas nações do mundo e o mais antigo Estado-nação da Europa”)⁹ o motor para a Restauração da Independência (1640).

Com Restauração da Independência, surgia a suprema necessidade de estabelecer alianças com as principais cortes europeias, de negociar, principalmente, com os inimigos de Filipe IV. Neste sentido, D. João IV, com o intuito de anunciar e ver apoiada a independência reconquistada, para além de enviar várias missões especiais em 1641,¹⁰ “estabeleceu em seguida um sistema de missões permanentes nos países que viam com bons olhos a nossa autonomia”.¹¹ Assim, entre 1642 e 1657 – período correspondente ao reinado de D. João IV – as representações diplomáticas permanentes estabeleciam-se nas seguintes capitais:

Tabela 1: A rede diplomática portuguesa de 1642 a 1657

Local	Período	Embaixador residente
Londres (Inglaterra)	1642-46	Dr. António de Sousa Macedo
	1650-51	Dr. João de Guimarães
	1652-54	João Rodrigues de Sá e Meneses (3º Conde de Penaguião)
	1655-57	Francisco Ferreira Rebelo
Paris (França)	1642-46	D. Vasco Luiz da Gama (Marquês de Niza)
	1647	Dr. António Moniz de Carvalho (interino)
	1646-49	D. Vasco Luiz da Gama (Marquês de Niza)
	1649-50	Dr. Cristóvão Soares de Abreu
	1651-55	Francisco de Sousa Coutinho
Haia (Holanda)	1642-43	Dr. Francisco de Andrade Leitão
	1644-49	Francisco de Sousa Coutinho
	1650-51	Dr. António de Sousa Macedo
	1652-56	Dr. António Raposo
Estocolmo (Suécia)	1643-44	Dr. Rodrigo Botelho de Moraes
	1644-49	Dr. João de Guimarães
	1650-51	José Pinto Pereira
	1652-57	Dr. António da Silva e Sousa

⁷ Idem, Ibidem, p. 295

⁸ MARTINEZ, Soares, *História Diplomática de Portugal*, Almedina, 3ª Edição, Coimbra, 2010, p. 662

⁹ MONGIARDIM, Maria R., *op. cit.*, p. 470

¹⁰ Conforme Ana Leal de Faria em *Arquitectos da Paz – A Diplomacia Portuguesa de 1640 a 1815*, Tribuna, Lisboa, 2008, p.112, realizaram-se “seis missões diplomáticas que partiram rumo à Catalunha (Janeiro), França, Inglaterra e Holanda (Fevereiro), Suécia e Dinamarca (Março), Santa Sé (Abril) ”.

¹¹ MAGALHÃES, José Calvet de, *op.cit.*, p. 63

Roma (Santa Sé)	1643	Padre Pantaleão Rodrigues Pacheco
		Fernando Brandão
	1645	Padre João de Matos
	1646	Padre Nicolau Monteiro
		Frei Manuel Pacheco
		Padre Nuno da Cunha
	1648	Dr. Manuel Álvares Carrilho

Fonte: elaboração própria a partir de FARIA, Ana Leal de, *Arquitectos da Paz – A Diplomacia Portuguesa de 1640 a 1815*, Tribuna, Lisboa, 2008, pp. 184 e 185

Mas, durante esta época¹², as relações diplomáticas com as potências inimigas de Espanha, apesar de vitais, viriam a revelar-se, por vezes, goradas. De todas as missões estabelecidas por D. João IV, a missão diplomática em Haia, na Holanda, foi de particular dificuldade. Apesar do Tratado de 12 de Junho, de 1641, ter sido ratificado pelos dois Estados, onde ficara averbado a cessação de hostilidades entre ambos, a situação entre eles alterava-se “conforme se tratasse da Europa ou de além-mar”¹³ ou, como cita Bocage, “na Europa tínhamos um interesse commum, combater a Hespanha; no ultramar tínhamos interesses contrarios”.¹⁴ As negociações entre Portugal e Holanda prendiam-se, essencialmente, com a querela das conquistas realizadas antes da ratificação do referido Tratado, nomeadamente em relação ao Brasil.

Refira-se aqui o caso do primeiro embaixador português residente em Haia, Francisco de Andrade Leitão, que se deparou, no seguimento de um motim popular, com a sua residência assaltada, pilhada e, mais tarde, incendiada,¹⁵ para se verificar que violações a locais de missão diplomática sempre ocorreram apesar de, à época, as imunidades conferidas a estes locais não se encontrassem, ainda, positivadas em tratados.

¹² Recorde-se que este período abarcou as lutas devastadoras da Guerra dos Trinta Anos e que só conheceu o seu termo em 1648, com a Paz de Vestefália (Tratados de Osnabrück e Münster), conforme aludido no ponto 2.4.2. Segundo Luís Soares de Oliveira, em *História Diplomática*, PF-Lisboa, Lisboa, 1994, p. 65, aquando as negociações dos referidos Tratados, Portugal, que tinha visto recentemente a sua independência restaurada, devido à pressão diplomática espanhola não participou como Estado. Em vez disso, os delegados portugueses, enviados por D. João IV, foram integrados nas delegações espanhola e francesa. Conforme citado por Ana Leal de Faria, em *Arquitectos da Paz – A Diplomacia Portuguesa de 1640 a 1815*, Tribuna, Lisboa, 2008, p. 120, tratavam-se dos ministros plenipotenciários Francisco de Andrade Leitão e Luís Pereira de Castro (na cidade onde se encontravam as potências católicas - Münster) e Rodrigo Botelho de Moraes (na cidade das potências protestantes - Osnabrück), entretanto falecido e substituído por Cristóvão Soares de Abreu.

¹³ FARIA, Ana Leal de, *Arquitectos da Paz – A Diplomacia Portuguesa de 1640 a 1815*, Tribuna, Lisboa, 2008, p. 120

¹⁴ BOCAGE, Carlos Roma do, *Relações Exteriores de Portugal em Seguida á Restauração (1640-1649)*, Volume I, Academia das Ciencias de Lisboa, 1916 p. 98

¹⁵ FARIA, Ana Leal de, *op. cit.*, p. 120

Entre 1658 e 1667 (v. tabela 2), Portugal voltou a centrar-se, com vista a novas negociações, nas representações permanentes em Inglaterra, França e Holanda. Por outro lado, as negociações junto da Santa Sé resumiram-se a “apenas uma tentativa”.¹⁶ De relembrar a hostilidade que existia em Roma para com os portugueses, devido ao poder que Espanha exercia, e em que “foram necessárias quase três décadas de esforços para que as relações diplomáticas com a Santa Sé se restabelecessem”,¹⁷ o que só aconteceu depois da assinatura da paz com Espanha, em 1668. De referir que durante esta época a rede diplomática portuguesa viu-se reduzida, tendo a missão na longínqua Suécia sido suspensa, uma vez que, como refere Ana Leal de Faria, “as concretizações ficaram muito aquém das expectativas”.¹⁸

Tabela 2: A rede diplomática portuguesa de 1658 a 1815

Período	Missões permanentes
1658-1667	Londres (Inglaterra) Paris (França) Haia (Holanda) Roma (Santa Sé) Estocolmo (Suécia) 1659-1791
1668-1704	Londres (Inglaterra) Paris (França) Haia (Holanda) Madrid (Espanha) Roma (Santa Sé) Turim (Sabóia) Heidelberg (Palatinado) Viena (Áustria)
1704-1714	Londres (Inglaterra) Paris (França) 1705-1713 Haia (Holanda) Utreque (Holanda) Barcelona (Catalunha) Roma (Santa Sé) Madrid (Espanha) 1706-1715 Viena (Áustria)
1715-1724	Londres (Inglaterra) Paris (França) Haia (Holanda) Madrid (Espanha) Roma (Santa Sé)
1724-1736	Londres (Inglaterra) Paris (França) 1724-1736 Haia (Holanda) Madrid (Espanha) 1727-1735 Madrid (Espanha) 1735-1736 Roma (Santa Sé) 1733-1740 Roma (Santa Sé) 1728-1732 Viena (Áustria)
1736-1750	Londres (Inglaterra) Paris (França) Haia (Holanda) Madrid (Espanha) Roma (Santa Sé) Viena (Áustria)
1750-1755	Londres (Inglaterra) Paris (França) Haia (Holanda) Madrid (Espanha) Roma (Santa Sé) Viena (Áustria)
1756-1763	Londres (Inglaterra) Paris (França) Haia (Holanda) Madrid (Espanha) Roma (Santa Sé) Viena (Áustria) Reino de Nápoles Turim (Sardenha)
1764-1789	Londres (Inglaterra) Paris (França) Haia (Holanda) Madrid (Espanha) Roma (Santa Sé) Viena (Áustria) Reino de Nápoles Turim (Sardenha) Copenhaga (Dinamarca) Sampetersburgo (Rússia)
1790-1815	Londres (Inglaterra) Paris (França) Haia (Holanda) Madrid (Espanha) Roma (Santa Sé) Viena (Áustria) Reino de Nápoles Turim (Sardenha) Copenhaga (Dinamarca) Sampetersburgo (Rússia) Estocolmo (Suécia) Berlim (Prússia) Filadélfia/Washington (EUA)

Fonte: elaboração própria a partir de FÁRIA, Ana Leal de, *Arquitectos da Paz – A Diplomacia Portuguesa de 1640 a 1815*, Tribuna, Lisboa, 2008, pp. 186 a 209

¹⁶ Idem, Ibidem, p. 127

¹⁷ Idem, Ibidem, p. 112

¹⁸ Idem, Ibidem, p. 127

Porém, nos anos seguintes (entre 1668 e 1704), as missões diplomáticas permanentes de Portugal na Europa viriam a duplicar. Este facto deveu-se, sobretudo, à assinatura da paz com Espanha e ao reconhecimento da monarquia portuguesa por parte da Santa Sé, o que devolveu “a legitimidade jurídica e política a Portugal”.¹⁹ Esta conjuntura fomentou o estabelecimento de novas embaixadas a Madrid (de 1668 a 1670) e a Roma (de 1669 a 1671), e que foram entregues ao Conde de Miranda – que tinha participado na assinatura da paz luso-castelhana – e ao 3º Conde do Prado (futuro Marquês das Minas), respectivamente.²⁰

Entre 1704 e 1714, período em que se enquadra a Guerra da Sucessão de Espanha (1701-1714), originada pela morte de Carlos II da Casa de Habsburgo que, “sempre débil, não teve filhos de qualquer dos seus dois casamentos”²¹, Portugal interrompeu relações diplomáticas com Espanha e França devido ao receio de uma possível união franco-espanhola, consoante as razões inframencionadas.

Em testamento, Carlos II de Espanha tinha indicado para seu sucessor o duque de Anjou, seu sobrinho e neto de Luís XIV de França que, entretanto reconhecido por várias potências como Filipe V de Espanha, sucedeu ao trono espanhol, dando início à dinastia de Bourbon. Porém, como refere Soares Martinez, “a solução desagradou a vários Estados”,²² uma vez que as potências europeias receavam uma união dinástica entre estes dois Estados tão poderosos. É neste sentido, que D. Pedro, rei de Portugal, adere à “Grande Aliança”, “unindo-se às potências marítimas que procuravam evitar a todo o custo a união franco-espanhola”.²³

De 1715 a 1724, e já terminada a Guerra da Sucessão de Espanha, da qual resultaram os Tratados de Utreque que garantiam que os tronos francês e espanhol permaneceriam separados, permitindo, assim, o equilíbrio de poder entre as potências europeias, Portugal restabeleceu as relações diplomáticas com a França e a Espanha. O acordo de armistício com as duas potências foi assinado em 27 de Novembro de 1712.

¹⁹ Idem, *Ibidem*, p. 130

²⁰ Idem, *Ibidem*

²¹ MARTINEZ, Soares, *História Diplomática de Portugal*, Almedina, 3ª Edição, Coimbra, 2010, p. 217

²² Idem, *ibidem*, p. 218

²³ FARIA, Ana Leal de, *op. cit.*, p. 134

Entre 1725 e 1736, as relações de Portugal com a Santa Sé e com a Espanha foram, temporariamente, interrompidas. Já as relações diplomáticas com a França estiveram suspensas durante todo o período mencionado. Segundo Soares Martinez, as “desinteligências entre a Corte de Lisboa e a Cúria romana”,²⁴ no tempo de D. João V, foram provocadas pela simples circunstância de a Cúria não ter elevado, oportunamente, o arcebispo Vicente Bichi, núncio em Lisboa, a cardeal. Isto, porque o rei português, em benefício dos interesses nacionais, reduziu “os poderes das jurisdições eclesiásticas”²⁵ e sujeitou o clero ao pagamento de *décimas*. Ora, estas divergências levaram à interrupção de relações entre as duas cortes, entretanto retomadas, “graças à diplomacia portuguesa”,²⁶ quando Roma acabou por ceder elevando Vicente Bichi ao cardinalato.

O que originou o corte temporário de relações diplomáticas com Espanha foi “um grave incidente diplomático em Madrid”.²⁷ Em 1735, a casa do embaixador Pedro Álvares Cabral foi “invadida por soldados que prenderam 19 dos seus lacaios, acusados de darem guarida a um foragido da justiça”.²⁸ Na sequência deste incidente, D. João V optou pela retaliação, sendo a embaixada de Espanha em Lisboa também invadida por um grupo de soldados “que aprisionaram tantos criados quantos os que tinham sido presos em Madrid”.²⁹ Naturalmente, ambos os embaixadores abandonaram as respectivas cortes em que estavam acreditados. O princípio da reciprocidade, abordado num outro capítulo, a verificar-se nesta situação.

Conforme Ana Leal de Faria refere na sua obra, e onde que se poderá verificar na tabela 2, entre 1736 e 1755 (praticamente durante duas décadas) a rede diplomática portuguesa manteve missões permanentes junto das já habituais cortes, apesar do “complexo e imbrincado (...) jogo diplomático entre os anos 1749 e 1755”,³⁰ em que se destacou a Guerra da Sucessão da Áustria (1740-1748) mas à qual Portugal manteve a neutralidade. Não invalidou, contudo, que o rei português fosse indicado para servir como mediador no conflito devido “ao prestígio de que gozava D. João V no plano

²⁴ MARTINEZ, Soares, *op. cit.*, p. 233

²⁵ Idem, *Ibidem*

²⁶ Idem, *Ibidem*, p. 234

²⁷ FARIA, Ana Leal de, *op. cit.*, p. 143

²⁸ Idem, *Ibidem*

²⁹ Idem, *Ibidem*

³⁰ Idem, *Ibidem*, p. 146

internacional”.³¹ Mas, com a sua morte, em 1750, as negociações atrasaram, pelo que no Congresso de Aquisgrão (1748), que pôs termo à Guerra da Sucessão da Áustria, e para onde se deslocou o embaixador português em Paris, D. Luís da Cunha,³² “só indirectamente a acção diplomática portuguesa pesou nos negócios da Europa.”³³

No período de 1756 a 1763, que abarcou o período da Guerra dos Sete Anos,³⁴ a rede diplomática pouco alterou, apesar do breve (e pouco assinalável) corte de relações diplomáticas com a França e a Espanha. No período anteriormente analisado (1736-1755), Portugal possuía embaixadas nas principais potências europeias (em Inglaterra, França, Holanda, Espanha, Santa Sé e Áustria); entre 1756 e 1763, com a política pombalina, Portugal alargava a sua rede ao estabelecer mais duas novas missões no Reino de Nápoles (1756) e na Sardenha (Turim, 1761).³⁵

Já em 1768, Portugal, de forma a garantir “uma relativa autonomia no plano internacional”³⁶, continuou a apostar na política externa. Neste sentido, retomou relações com a Dinamarca,³⁷ ao estabelecer uma missão em Estocolmo, e iniciou, em 1776, relações com a Rússia, resultando, em 1787, já no reinado de D. Maria I, na celebração de “um tratado de amizade, confederação e comércio”.³⁸

Durante o período da Revolução Francesa até ao Congresso de Viena, Portugal vai iniciar (ou restabelecer) três novas missões. A partir de 1789 iniciam-se relações com a Prússia; dois anos depois, Portugal reata as relações diplomáticas com a Suécia³⁹ e, em 1794, após Independência e respectivo reconhecimento, Portugal principia ligações

³¹ MARTINEZ, Soares, *op. cit.*, p. 249

³² D. Luís da Cunha foi um dos mais célebres diplomatas portugueses. Segundo Isabel Banond, em *Diplomacia e Diplomatas: ‘Mentores’ Joaninos do Josefismo*, Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, vol. L-nº 1 e 2, Coimbra Editora, 2009, pp. 106-108, era tido pelos seus congéneres como “uma espécie de oráculo” a quem estes recorriam para pedir conselhos. Era reconhecido pela sua tolerância religiosa pois, apesar de “católico convicto, lutou contra as perseguições” aos protestantes.

³³ FARIA, Ana Leal de, *op. cit.*, p. 144

³⁴ Originada por disputas, sobretudo entre a França e a Inglaterra, relativas à supremacia colonial. É o Tratado de Paris, assinado em 1763, que põe termo ao conflito, em que a Inglaterra sai vitoriosa. Como refere Ana Leal de Faria, em *Arquitectos da Paz – A Diplomacia Portuguesa de 1640 a 1815*, Tribuna, Lisboa, 2008, p. 148, “o mar passou a ser dominado pela Inglaterra e a França perdeu a maior parte das suas colónias”.

³⁵ Idem, *Ibidem*, p. 200

³⁶ Idem, *Ibidem*, p. 149

³⁷ Recorde-se que D. João IV, em 1641, na sequência da Restauração da Independência, tinha enviado Francisco de Sousa Coutinho a Copenhaga

³⁸ FARIA, Ana Leal de, *op. cit.*, p. 150

³⁹ Recorde-se que Portugal não detinha uma representação permanente em Estocolmo desde 1659.

diplomáticas com os Estados Unidos. Por esta altura, Portugal contava com 14 postos diplomáticos.

3.3. Século XX: a diplomacia no Estado Novo

Em Portugal, durante 1930 e 1931, como salienta Oliveira Marques, o designado “*Estado Novo*, assim como a *União Nacional*, foram (...) definidos”.⁴⁰ Porém, e continuando com as palavras do historiador, “não foi difícil, nem à Ditadura, nem ao *Estado Novo*, o estabelecimento de boas relações com as potências estrangeiras”⁴¹ isto, porque, por essa altura, a Europa assistia a uma explosão de regimes de direita, como a Alemanha nazi, a Itália fascista ou a Espanha franquista,⁴² que favoreceram a criação de laços de Portugal com outras potências.

De 1936 até 1947, período em que Salazar assumiu o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros, o prestígio de Portugal além-fronteiras era “objecto de incessante propaganda na imprensa”.⁴³ Outrossim, a capacidade do ditador na manutenção da paz e na conservação do império colonial contribuía, incontestavelmente, para a sua continuidade no poder.⁴⁴

Salazar acreditava ser o guia da Nação, “acreditava que havia coisas que só ele podia fazer”⁴⁵ e, como tal, confiava em poucas pessoas, acumulando vários cargos.⁴⁶ Na sua actividade diplomática, como alude Bernardo Futscher Pereira, “o núcleo central de colaboradores (...) era reduzido”.⁴⁷ Segundo o mesmo autor, os principais resumiam-se a três nomes: Teixeira de Sampaio (secretário-geral do Ministério dos Negócio

⁴⁰ MARQUES, Oliveira, A. H. de, *op. cit.*, p. 627

⁴¹ Idem, *Ibidem*, p. 628

⁴² Idem, *Ibidem*, p. 629

⁴³ PEREIRA, Bernardo Futscher, *A Diplomacia de Salazar (1932-1949)*, Publicações D. Quixote, Alfragide, 2012, p. 11

⁴⁴ Idem, *Ibidem*

⁴⁵ MARQUES, Oliveira, A. H. de, *op. cit.*, p. 630

⁴⁶ Segundo Oliveira Marques, em *Breve História de Portugal*, Editorial Presença, 4ª Edição, Lisboa, 2001, p. 630, “Além da chefia do Governo e da pasta das Finanças, Salazar tomou para si a da Guerra (desde 1936) e a dos Negócios Estrangeiros (desde 1936), conservando a primeira até aos começos e as outras duas até ao final da guerra”.

⁴⁷ PEREIRA, Bernardo Futscher, *op. cit.*, p. 11

Estrangeiros), Armindo Monteiro (embaixador em Londres) e Pedro Teotónio Pereira (embaixador em Espanha). Também Teixeira de Sampaio socorria-se de um “pequeno naipe de funcionários – os seus favoritos – reunidos na cifra, centro nevralgico das operações do MNE, pois na altura todas as comunicações tinham de ser decodificadas à mão”.⁴⁸ Armindo Monteiro, apesar de possuir um temperamento oposto ao de Salazar – o primeiro, com capacidade analítica e extrovertido; o segundo, com espírito de síntese e introvertido – reunia por parte do ditador “um invulgar respeito intelectual”,⁴⁹ e Salazar reconhecia e aceitava “com frequência, as sugestões do seu brilhante mas incómodo colaborador”.⁵⁰

No entanto, com o final da II Guerra Mundial e com a vitória dos Aliados, as “manifestações pró-democráticas e pró-socialistas”⁵¹ desencadearam em Portugal e, com elas (principalmente por parte dos opositores), a vontade de fortes mudanças de regime. Também a questão colonial isolava Portugal dos outros Estados, nomeadamente no seio da ONU, acusado de “espírito anticolonialista dominante”.⁵² Fora neste contexto que ocorrera a Revolução de 25 de Abril de 1974.

Com o fim da ditadura e com a instauração da democracia – e a consequente descolonização que pôs termo ao ciclo do Império –, entre 1974 e 1976 “Portugal abre-se ao mundo. A amplitude deste movimento fica bem patente na passagem das 68 missões diplomáticas junto de governos estrangeiros em 1974 para 114 em 1979”.⁵³ Outro marco assinalável que surgiu com esta mudança foi a permissão ao género feminino, pelo então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. Mário Soares, do ingresso na carreira diplomática, até então vedada às mesmas. Na sua obra, Maria Regina Mongiardim refere que “a primeira mulher portuguesa, diplomata de carreira, a ser nomeada embaixadora de Portugal no estrangeiro (Namíbia) foi a ministra Maria do Carmo Allegro de Magalhães, em 1998”.⁵⁴

⁴⁸ Idem, *Ibidem*, p. 33

⁴⁹ Idem, *Ibidem*, p. 48

⁵⁰ Idem, *Ibidem*

⁵¹ Idem, *Ibidem*

⁵² MONGIARDIM, Maria Regina, *op. cit.*, p. 497

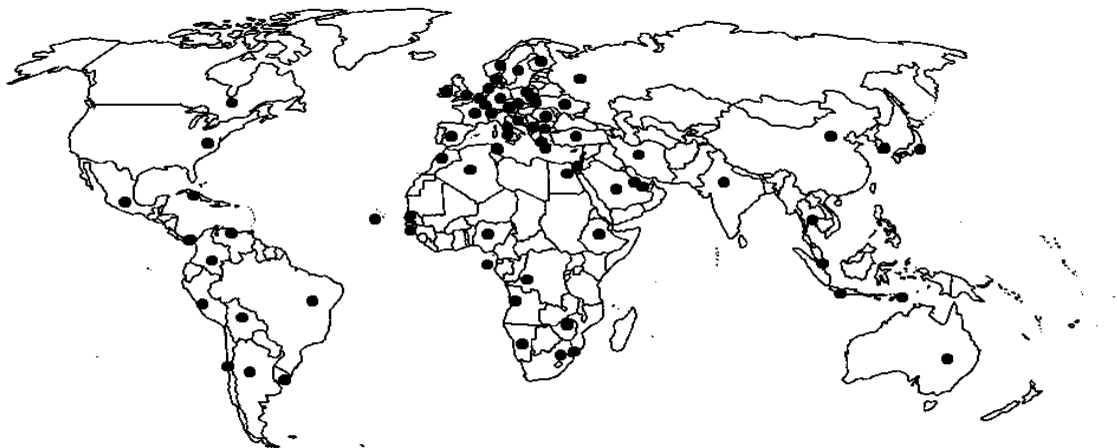
⁵³ TELO, António José, “As Relações externas da transição para a democracia”, *Janus 99-2000 – Anuário de relações exteriores, Público & UAL*, Lisboa, 1999, p. 88

⁵⁴ MONGIARDIM, Maria Regina, *op. cit.*, p. 185

3.4. Século XXI: a actual rede diplomática

Com a intenção de conservar e de reforçar laços com os outros Estados, Portugal tem na sua rede diplomática – que abrange os cinco continentes – uma forma de efectivar este propósito. Actualmente, Portugal conta com 73⁵⁵ postos diplomáticos⁵⁶. Sem surpresa, devido a razões históricas e de proximidade, é na Europa onde se encontra a maioria das suas representações diplomáticas, distribuídas por 29 Estados, facilmente perceptível através da mancha que o mapa abaixo apresenta. Em África estão estabelecidas 17 embaixadas, a Ásia contabiliza 14 postos diplomáticos, as Américas somam 12 e a Oceânia conta, apenas, com uma representação diplomática portuguesa.

Mapa 1: Mapa da actual rede portuguesa de embaixadas



Fonte: elaboração própria a partir da página <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/area-de-governo/negocios-estrangeiros/informacao-adicional/-representacoes-diplomaticas-portuguesas-.aspx>

⁵⁵ No site do MNE (<https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/rede-diplomatica/a-rede-diplomatica-em-numeros>), o separador intitulado de “A Rede Diplomática Em Números” contabiliza 76 embaixadas. Todavia, a bom rigor, e se se visualizar o “Mapa da Rede Diplomática”, do mesmo endereço electrónico, concluir-se-á que Portugal tem estabelecidas não 76 embaixadas, consoante aludido, mas sim 73, facto que também poderá ser comprovado em <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/area-de-governo/negocios-estrangeiros/informacao-adicional/-representacoes-diplomaticas-portuguesas-.aspx>.

⁵⁶ Não contabilizando, obviamente, com os consulados nem com as missões permanentes junto das organizações internacionais.

Europa (29 representações)

1-Alemanha (República Federal da) | em Berlim; **2-Áustria** (República da) | em Viena; **3-Bélgica** (Reino da) | em Bruxelas; **4-Bulgária** (República da) | em Sófia; **5-Checa** (República) | em Praga; **6-Chipre** (República do) | em Nicósia; **7-Croácia** (República da) | em Zagreb; **8-Dinamarca** (Reino da) | em Copenhaga; **9-Eslováquia** (República da) | em Bratislava; **10-Espanha** (Reino de) | em Madrid; **11-Finlândia** (República da) | em Helsínquia; **12-França** | em Paris; **13-Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte** | em Londres; **14-Grécia** (República Helénica) | em Atenas; **15-Hungria** (República da) | em Budapeste; **16-Irlanda** | em Dublin; **17-Itália** (República da) | em Roma; **18-Luxemburgo** (Grão-Ducado do) | em Luxemburgo; **19-Noruega** (Reino da) | em Oslo; **20-Países Baixos** (Reino dos) | em Haia; **21-Polónia** (República da) | em Varsóvia; **22-Roménia** (República da) | em Bucareste; **23-Rússia** (Federação da) | em Moscovo; **24-Santa Sé** | no Vaticano; **25-Sérvia** (República da) | em Belgrado; **26-Suécia** (Reino da) | em Estocolmo; **27-Suíça** (Confederação Helvética) | em Berna; **28-Turquia** (República da) | em Ankara; **29-Ucrânia** | em Kiev.

África (17 representações)

1-África do Sul (República da) | em Pretória; **2-Angola** (República de) | em Luanda; **3-Argélia** (República Argelina Democrática e Popular) | em Argel; **4-Cabo Verde** (República de) | em Cidade da Praia; **5-Congo** (República Democrática do) | em Kinshasa; **6-Egipto** (República Árabe do) | em Cairo; **7-Etiópia** (República Democrática Federal da) | em Adis Abeba; **8-Guiné-Bissau** (República da) | em Bissau; **9-Líbia**⁵⁷ | em Trípoli; **10-Marrocos** (Reino de) | em Rabat; **11-Moçambique** (República de) | em Maputo; **12-Namíbia** (República da) | em Windhoek; **13-Nigéria** (República Federal da) | em Abuja; **14-São Tomé e Príncipe** (República Democrática de) | em S. Tomé; **15-Senegal** (República do) | em Dakar; **16-Tunísia** (República da) | em Tunes; **17-Zimbabue** (República do) | em Harare.

Ásia (14 representações)

1-Arábia Saudita (Reino da) | em Riade; **2-China** (República Popular da) | em Pequim; **3-Coreia** (República da) | em Seul; **4-Emirados Árabes Unidos** | em Abu Dhabi; **5-Índia** (República da) | em Nova Delhi; **6-Indonésia** (República da) | em Jacarta; **7-Irão** (República Islâmica do) | em Teerão; **8-Israel** | em Telavive; **9-Japão** | em Tóquio; **10-Paquistão** (República Islâmica do) | em Islamabad; **11-Qatar** | em Doha; **12-Singapura** (República de) | em Singapura; **13-Tailândia** (Reino da) | em Banguecoque; **14-Timor-Leste** (República Democrática de) | em Díli.

América (12 representações)

1-Argentina (República da) | em Buenos Aires; **2-Brasil** (República Federativa do) | em Brasília; **3-Canadá** | em Ottawa; **4-Chile** (República do) | em Santiago do Chile; **5-Colômbia** (República da) | em Bogotá; **6-Cuba** (República de) | em Havana; **7-Estados Unidos da América** | em Washington DC; **8-México** (Estados Unidos Mexicanos) | em Cidade do México; **9-Panamá** (República do) | em Panamá; **10-Peru** (República do) | em Lima; **11-Uruguai** (República Oriental da) | em Montevideu; **12-Venezuela** (República Bolivariana da) | em Caracas.

⁵⁷ Encontra-se, temporariamente, suspensa

Oceânia (1 representação)

1-Austrália | em Camberra

3.5. Síntese

Fazendo um compêndio do desenvolvido até então, no respeitante à evolução da rede diplomática portuguesa, verificou-se, grosso modo,⁵⁸ que houve um alargamento desta ao longo dos tempos.⁵⁹ Nos séculos XVI e XVII, os postos diplomáticos portugueses eram escassos, circunscrevendo-se, a meia dúzia de Estados. Numa primeira fase, até à perda da sua independência, Portugal tinha embaixadas permanentes em Roma, Paris e Madrid. Com a Restauração da Independência, as representações diplomáticas foram alargando, paulatinamente.

Do início ao final do séc. XVIII (de 1704 a 1789), o número de missões diplomáticas foi oscilando entre as 5 e 10 representações.⁶⁰ Já na última década do século (após a Revolução Francesa) até ao início do séc. XIX, Portugal vira a sua rede diplomática a ser ampliada para 14 representações, incluindo a sua primeira embaixada fora do continente europeu, estabelecida nos EUA.

Já no séc. XX, durante a diplomacia do Estado Novo, Portugal detinha, segundo José Telo, consoante aludido, 68 missões diplomáticas permanentes. Com o fim da ditadura, e a consequente abertura de Portugal à comunidade internacional, a rede portuguesa de embaixadas aumentara para 114 postos diplomáticos.

Actualmente, Portugal conta com 73 missões diplomáticas permanentes espalhadas pelos cinco continentes.

⁵⁸ Exceptuando o período pós-ditadura que, devido à abertura de Portugal à comunidade internacional, se manifestou numa explosão de representações diplomáticas, sendo, entretanto, ajustadas à necessidade do país.

⁵⁹ (v. Tabela 3)

⁶⁰ (v. Tabela 2)

Tabela 3: Principais momentos da evolução da rede diplomática portuguesa

Período	Nº de postos diplomáticos
Séc. XVI (1512/80) Das primeiras missões diplomáticas permanentes à perda da independência	3
Séc. XVII (1642/57) Após a Restauração da Independência	5
Séculos XVIII e XIX (1790/1815) Da Revolução Francesa ao Congresso de Viena	14
Séc. XX (1974-1976) Do fim da ditadura à instauração da democracia	68 ---» 114
Séc. XXI (2018)	73

Fonte: elaboração própria a partir de FARIA, Ana Leal de, *Arquitectos da Paz – A Diplomacia Portuguesa de 1640 a 1815*, Tribuna, Lisboa, 2008, pp. 186 a 209; TELO, António José, “As Relações externas da transição para a democracia”, *Janus 99-2000 – Anuário de relações exteriores, Público & UAL*, Lisboa, 1999, p. 88; e das páginas: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/area-de-governo/negocios-estrangeiros/informacao-adicional/-representacoes-diplomaticas-portuguesas-.aspx>; e <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/rede-diplomatica/mapa-da-rede-diplomatica>

2ª Parte

A Missão Diplomática Bilateral Permanente:

Características, Funções e Estatuto

4. A codificação do direito diplomático

Até à adopção da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas (doravante CVRD), de 1961,¹ a acção diplomática regia-se pelo costume internacional, como aliás asseguram alguns autores nas suas obras. Será o caso de Jaime Valle quando afirma que a acção diplomática “baseou-se, inicialmente e durante longo tempo, apenas no costume internacional”,² ou de Margarida Martins que refere que “o costume era a fonte (...) mais importante em matéria de relações diplomáticas”.³

Assim, durante séculos, as relações diplomáticas foram reguladas por “normas consuetudinárias universalmente aceites”.⁴ Se, por um lado, estas normas tinham a vantagem de ser mais flexíveis, adaptando-se à realidade, por outro, o costume tinha o inconveniente de ser mais impreciso, sendo que “é sempre mais seguro dispor de um texto”.⁵ Neste sentido, e após o esforço notável da Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas, na tentativa de codificação do direito consuetudinário diplomático, dar-se-ia origem, em 1961, à já designada Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas.

Contudo, já antes tinham sido dados significativos progressos com o propósito de codificar o direito diplomático. Em 1815, o Regulamento do Congresso de Viena tinha posto termo às querelas relativas às precedências e hierarquia dos diplomatas⁶ e, em 1928, a Convenção de Havana, ainda que de âmbito regional,⁷ debruçava-se sobre os agentes diplomáticos e sobre as regras de concessão de asilo diplomático.⁸

A Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, tal como o seu nome indica, tem como finalidade a regulação das relações entre os Estados através de missões diplomáticas bilaterais. Foi ratificada, praticamente, por todos os Estados membros da

¹ Encontra-se em anexo 1

² VALLE, Jaime, *op. cit.*, p. 18

³ MARTINS, Margarida Salema D'Oliveira, *op. cit.*, p. 35

⁴ NEVES, José César Paulouro das, *op. cit.*, p. 225

⁵ MARTINS, Margarida Salema D'Oliveira, *op. cit.*, p. 36

⁶ Consoante abordado no ponto 2.5.1.

⁷ A Convenção aplica-se, somente, a alguns Estados americanos

⁸ NEVES, José César Paulouro das, *op. cit.*, p. 225

ONU,⁹ tendo Portugal aderido à respectiva Convenção em 1968, apesar de não ser parte dos Protocolos Opcionais. Segundo Jaime Valle, este “elevado número de sujeitos internacionais vinculados à Convenção, que se aproxima da quase totalidade dos Estados soberanos actualmente existentes, é prova clara, não apenas do seu sucesso, mas também do seu carácter quase integralmente codificatório, assente em normas costumeiras internacionais gerais pacificamente reconhecidas como tais pela comunidade internacional”.¹⁰

Para Paulouro das Neves, a CVRD “não só sintetiza um secular trabalho doutrinal, da jurisprudência, e de um amplo direito diplomático consuetudinário, dando-lhes coerência e clareza, como inova em vários temas”.¹¹ Esta inovação, na opinião do autor, prende-se com o reconhecimento da missão diplomática como órgão díspar do seu pessoal; com a regulação da acreditação múltipla¹² (apesar de ser já prática antiga) ou com a “consagração jurídica a práticas reconhecidas mas por vezes não aceites”.¹³

Actualmente, para além da CVRD, há ainda outras Convenções relevantes nesta matéria, apesar de não se imiscuírem no âmbito desta dissertação: a Convenção de Viena sobre as Relações Consulares (1963) e as Convenções de Viena sobre Missões Especiais (1969) e sobre a Representação dos Estados nas suas Relações com as Organizações Internacionais de Natureza Universal (1975).

⁹ Segundo Jaime Valle, em *Direito Diplomático e Consular I*, AAFDL Editora, Lisboa, 2017, p. 19, a CVRD conta, presentemente, com 190 partes

¹⁰ VALLE, Jaime, *op. cit.*, p. 19

¹¹ NEVES, José César Paulouro das, *op. cit.*, pp. 225 e 226

¹² Abordada no capítulo seguinte

¹³ NEVES, José César Paulouro das, *op. cit.*, p. 226

5. Estabelecimento das missões diplomáticas e respectivas vicissitudes

5.1. O direito de legação

Como se tem vindo a aclarar, os Estados, como membros de uma comunidade internacional, partilham interesses comuns que se manifestam no estabelecimento de relações diplomáticas. Mas as relações diplomáticas entre estes não pressupõem, forçosamente, o estabelecimento de missões diplomáticas, sendo realidades distintas, isto é, os Estados podem criar e manter relações diplomáticas sem que para tal tenham de estabelecer e trocar missões diplomáticas.¹ Assim, e citando Jaime Valle, “o estabelecimento (...) de relações diplomáticas (...) não implica necessariamente a instalação (...) de missões diplomáticas permanentes”.²

Esta distinção encontra-se clarificada na Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, quando no art.º 2º é estabelecido o preceito de que «o estabelecimento de relações diplomáticas entre Estados e o envio de missões diplomáticas permanentes efectuem-se por consentimento mútuo». Faz-se, pois, neste princípio geral, como corrobora Calvet de Magalhães, “uma clara distinção entre o estabelecimento de relações diplomáticas e o estabelecimento de missões diplomáticas”.³ Concluído o esclarecimento, prosseguir-se-á com o propósito inicial: uma abordagem ao direito de legação.

A doutrina clássica inferia que todo o Estado soberano detinha o direito de enviar e receber agentes diplomáticos, designando tal procedimento de direito de legação – *jus legationis*, podendo este direito dividir-se em direito de legação activo, (“que corresponde à faculdade de acreditar agentes diplomáticos no exterior”) e direito de legação passivo (“direito de receber enviados diplomáticos de outros Estados”).⁴

¹ MAGALHÃES, José Calvet de, *Manual Diplomático – Direito Diplomático, Prática Diplomática*, Editorial Bizâncio, 5ª Edição, Lisboa, 2005, p.21

² VALLE, Jaime, *op. cit.*, p. 22

³ MAGALHÃES, José Calvet de, *op. cit.*, p.21

⁴ FREITAS, Pedro Caridade de, *História do Direito Internacional Público: Da Antiguidade à II Guerra Mundial*, Princípia Editora, Cascais, 2015, p. 146

Actualmente, o *jus legationis* não corresponde a uma obrigação jurídica mas antes, como alude Paulouro das Neves, a “uma mera faculdade de um sujeito de direito internacional que consiste na decisão discricionária do estabelecimento de relações diplomáticas e em enviar ou receber representantes, mediante entendimento prévio bilateral, sem qualquer dever de reciprocidade”.⁵ Assim, para o mesmo autor, o direito de legação assenta num “acto político puramente discricionário”,⁶ cuja CVRD não lhe faz qualquer referência.

Dito de outra forma, o direito de legação é uma capacidade inerente dos Estados, de carácter opcional e arbitrária, podendo estes fazer uso, ou não, dessa mesma capacidade. Para o estabelecimento das missões diplomáticas, porém, terá de existir «consentimento mútuo»⁷, ou seja, um entendimento, uma autorização prévia de ambos os Estados. Por outro lado, o critério da reciprocidade não terá de ser, forçosamente, aplicado, apesar de as relações entre Estados se basearem neste princípio, implícito no art.º 47º da CVRD. Como certifica Jaime Valle, “é possível que apenas um dos Estados proceda ao envio de missão diplomática permanente”.⁸

Pode dar-se o caso, consoante já aclarado, de dois Estados, ou apenas um (apesar de tais casos serem raros) estabelecerem relações diplomáticas e não trocarem missões diplomáticas permanentes entre si. Ora, quando tal acontece “os interesses do Estado que não se acha representado no outro podem ficar a cargo de um terceiro Estado, desde que para isso haja acordo daquele outro Estado”⁹, consoante determina o art.º 46º da CVRD. Como assegura Nascimento e Silva,¹⁰ o exercício de relações diplomáticas pode ser efectuado por intermédio de uma missão diplomática “de nação amiga”, quando o Estado que não se encontra representado entrega “a defesa de seus interesses às

⁵ NEVES, José César Paulouro das, *op. cit.*, p.191

⁶ Idem, *Ibidem*, p. 192

⁷ Como refere o já citado art.º 2º da CVRD

⁸ VALLE, Jaime, *op. cit.*, p. 22

⁹ MAGALHÃES, José Calvet de, *op. cit.*, p.22

¹⁰ Foi embaixador, professor universitário e director do Instituto Rio Branco (Ministério das Relações Exteriores do Brasil). Dedicou-se ao estudo do direito internacional tendo participado nas principais conferências de codificação do direito internacional, como as Conferências de Viena de 1961 (Relações Diplomáticas), de 1963 (Relações Consulares) e de 1969 (Direito dos Tratados).

Embaixadas ou Legações de terceiros Estados”.¹¹ Esta situação acontece, normalmente, com Estados de pequenas dimensões territoriais.¹²

Relativamente aos chefes de missão, torna-se necessário o esclarecimento de duas situações. A primeira refere-se ao acreditamento múltiplo, isto é, um chefe de missão, residente num determinado Estado, poderá ser, concomitantemente, chefe de missão num outro Estado, ou seja, o Estado acreditante poderá autorizar um chefe de missão que resida num Estado a exercer funções – também como chefe de missão – num outro Estado, desde que para tal haja o consentimento dos Estados envolvidos.¹³ Trata-se de uma situação recorrente e prevista no art.º 5º da CVRD. A segunda situação prende-se com a licitude de que “um mesmo chefe de missão poderá representar dois ou mais Estados junto de um mesmo Estado”¹⁴ mediante o óbvio consentimento daquele. Apesar de casos muito raros¹⁵, está previsto no art.º 6º da referida Convenção.

Tem-se vindo a defender que apenas os Estados são titulares do direito de legação, o que não é verdade. Considera-se titular do direito de legação “um sujeito de direito internacional (Estados independentes ou Organizações)”¹⁶ que possua “uma personalidade internacional reconhecida, mesmo que reduzida (como ocorre com a Santa Sé)”.¹⁷ Porém, este reconhecimento,¹⁸ que se coloca no período precedente ao estabelecimento de relações diplomáticas formais,¹⁹ segundo o Instituto de Direito Internacional, tem um efeito, meramente, declarativo e, para Quoc Dinh, citado por Paulouro das Neves, “a recusa de reconhecimento não impede um Estado de existir”.²⁰

¹¹ SILVA, G. E. do Nascimento e, *A Missão Diplomática*, Companhia Editora Americana, Rio de Janeiro, 1971, p. 74

¹² Idem, *Ibidem*

¹³ MAGALHÃES, José Calvet de, *op. cit.*, p.22

¹⁴ Idem, *Ibidem*

¹⁵ Podem ocorrer, segundo Calvet de Magalhães, em *Manual Diplomático – Direito Diplomático, Prática Diplomática*, Editorial Bizâncio, 5ª Edição, Lisboa, 2005, p. 22, “em relação a Estados que tenham entre si vínculos políticos muito estreitos”.

¹⁶ NEVES, José César Paulouro das, *op. cit.*, p.193

¹⁷ Idem, *Ibidem*

¹⁸ Viu-se que a Paz de Vestefália, abordada no ponto 2.4.2., conferiu os elementos constitutivos necessários para o reconhecimento de um Estado independente e soberano: território + população + governo (organização política).

¹⁹ NEVES, José César Paulouro das, *op. cit.*, p.193

²⁰ Idem, *Ibidem*, pp. 193 e 194

Exemplo disso são os casos de Israel e de Taiwan, não reconhecidos por diversos Estados. O reconhecimento é, assim, um “acto unilateral e discricionário”.²¹

5.2. Localização e composição da missão diplomática

Apesar de quase sempre localizada na capital do Estado acreditador (aquele que recebe a missão), “parece não existir regra jurídico-internacional que a isso obrigue”.²² A própria CVRD nada prevê sobre a localização da missão diplomática. Há, contudo, situações em que a missão está sediada noutras cidades: é o que sucede na Holanda, uma vez que as principais instituições não se localizam em Amesterdão mas, antes, em Haia, levando a que as missões diplomáticas se instalem nesta última; também no caso da Santa Sé, atendendo à exiguidade da Cidade do Vaticano, algumas missões estão instaladas em Roma, situação admitida no Tratado de Latrão entre a Santa Sé e a Itália; em Israel, por “razões políticas, ligadas a controvérsias atinentes ao estatuto internacional da capital”, determinadas missões encontram-se em Telavive e outras em Jerusalém.²³

Se a CVRD nada declara a respeito da localização da missão, obriga, em contrapartida, como assegura Jaime Valle, “à sua centralização”,²⁴ ou seja, “sem o consentimento expresso e prévio do Estado acreditador” não é admitido “instalar escritórios que façam parte da missão em localidades distintas daquela em que a missão tem a sua sede” (art.º 12º da CVRD). Ainda nesta linha, prevê a CVRD, no art.º 21º, que o Estado acreditador deverá facilitar ao Estado acreditante (aquele que envia a missão), de acordo, naturalmente, com as suas leis, a aquisição no seu território dos locais necessários ao funcionamento da missão.

No que à dimensão e composição do pessoal diz respeito, até à implementação da CVRD, em 1961, predominava a regra consuetudinária que permitia a cada Estado decidir quantas pessoas deviam integrar a sua missão, revelando-se, nalguns casos, um

²¹ Idem, *Ibidem*, p. 194

²² VALLE, Jaime, *op. cit.*, p. 39

²³ Idem, *Ibidem*

²⁴ Idem, *Ibidem*

número excessivo. Mesmo após a CVRD que prevê, no seu art.º 11º, “que o efectivo da missão seja mantido dentro dos limites que considere razoáveis e normais”, casos sucederam de continuado exagero, como exemplifica Nascimento e Silva quando menciona que a Embaixada dos EUA no Rio de Janeiro, em 1967, chegou a contar com 924 agentes diplomáticos e mais de 1300 funcionários nas mais variadas funções.²⁵

Recorde-se que a CVRD foi acordada no tempo da Guerra Fria em que a espionagem era frequente. Foi neste contexto que a CVRD procurou, através do seu art.º 11, ‘limitar’ o número de membros da missão, cabendo ao Estado acreditador a decisão de tais circunstâncias, apesar do assunto se resolver, geralmente, por acordo prévio.

5.3. Encerramento (temporário ou definitivo) da missão diplomática

Importa desde já elucidar que a retirada de missões, podendo esta ser definitiva ou temporária, não implica, necessariamente, a ruptura de relações diplomáticas entre os Estados intervenientes. No concernente ao encerramento temporário, várias são as razões que podem estar na origem desta tomada de decisão por parte do Estado acreditante tais como “situações de crise nas relações entre o Estado acreditante e o Estado acreditador”,²⁶ ou, por exemplo, quando ocorrem graves e prolongadas perturbações de ordem pública que “impossibilitem o funcionamento da missão nas necessárias condições de segurança”.²⁷

A opção de encerrar e retirar, definitivamente, uma missão diplomática, poderá ter razões múltiplas mas, na maioria dos casos, deve-se a “razões de ordem administrativa ou financeira”.²⁸ Como opina Ralph Feltham “nenhum Estado mantém uma missão diplomática em todas as capitais do mundo; deve ser selectivo e equilibrar o seu interesse nacional com o custo envolvido”.²⁹ De qualquer forma, caso a situação venha a efectivar-se, consoante já referido, um Estado que não mantenha uma missão

²⁵ SILVA, G. E. do Nascimento e, *op. cit.*, p. 137

²⁶ VALLE, Jaime, *op. cit.*, p. 41

²⁷ Idem, *Ibidem*

²⁸ Idem, *Ibidem*

²⁹ FELTHAM Ralph George, *Diplomatic Handbook*, Longman, 5th edition, NewYork, 1988 pp.7 e 8

diplomática permanente noutro Estado poderá sempre “encarregar um terceiro Estado de representar os seus interesses nesse Estado”,³⁰ como prevê, de resto, o art.º 46º, ou, então, recorrer à acreditação múltipla, prevista pelo art.º 5º.

A ruptura de relações diplomáticas e a retirada de missões diplomáticas são, conforme aludido, duas realidades distintas. No entanto, a CVRD, no art.º 45º, trata as duas situações em conjunto. De salientar que a ruptura de relações diplomáticas – ao contrário do estabelecimento destas, em que se exige por parte dos dois Estados um acordo – pode ser uma acção tomada unilateralmente.³¹ Quando se está perante um caso de retirada das missões diplomáticas, conforme estatui o art.º 45º da CVRD, aplicam-se as seguintes normas:

- a) O Estado acreditador/receptor “está obrigado a respeitar e a proteger, mesmo em caso de conflito armado, os locais de missão, bem como os seus bens e arquivos”;
- b) O Estado acreditante/emissor “poderá confiar a guarda dos locais da missão, bem como dos seus bens e arquivos, a um terceiro Estado aceite pelo Estado acreditador”.

³⁰ MAGALHÃES, José Calvet de, *op. cit.*, p. 24

³¹ Idem, *Ibidem*, pp. 24 e 25

6. A missão diplomática: conceito, funções e estatuto

6.1. Conceito de missão diplomática

Consoante já abordado nesta dissertação¹, a intensa e contínua acção diplomática levada a cabo pelas Cidades italianas no início da Idade Moderna levou ao surgimento de representações diplomáticas de carácter permanente. A missão diplomática é, assim, herdeira destas antigas Embaixadas.

Dependendo dos autores, a definição de missão diplomática poderá assumir diferentes acepções. Na opinião de Wladimir de Brito, a missão diplomática compreende dois sentidos: subjectivo e orgânico. No que ao primeiro diz respeito, a missão diplomática é entendida como o conjunto de pessoas (agentes diplomáticos e restante pessoal) que se dedica à actividade diplomática. No concernente ao sentido orgânico, é explicada como sendo um serviço do Estado além-fronteiras cujo objectivo é prosseguir a actividade diplomática.²

Dinh concorda com esta última interpretação quando descreve missão diplomática como “serviço público do Estado acreditante, instalado permanentemente no território do Estado acreditador”.³ Também nesta mesma linha, Philippe Cahier define missão diplomática como “órgão de um sujeito de direito internacional, instituído de maneira permanente junto a um outro sujeito de direito internacional e encarregado de garantir as relações diplomáticas desse sujeito”.⁴

Tanto Cahier como Maresca destacam que o conceito de missão diplomática é composto por características que devem ser diferenciadas entre a actividade diplomática e o pessoal, a saber:⁵

¹ V. ponto 2.4.1.

² BRITO, Wladimir, *Direito Diplomático*, IDI-MNE, Lisboa, 2007, p. 37

³ DINH, Nguyen Quoc, *Direito Internacional Público*, Fundação Gulbenkian, Lisboa, 2003, p. 759

⁴ CAHIER, Philippe, *Le Droit Diplomatique Contemporain*, 2 édition, Librairie Droz, Paris, 1964, p. 55

⁵ Em MARESCA, Adolfo, *La Missione Diplomatica*, Milão, pp. 8 e 9 e CAHIER, Philippe, *op. cit.*, p. 56

1. O estabelecimento de uma missão diplomática decorre de um consentimento entre dois Estados e nada tem que ver com a nomeação do respectivo titular;
2. A preservação da missão diplomática não é afectada pelas mudanças de pessoal;
3. A missão diplomática goza de privilégios e imunidades próprias, distintas das dos seus membros;
4. O término de funções do chefe da missão não afecta a existência da missão diplomática, embora o oposto aconteça, ou seja, a extinção da missão provoca, automaticamente, a cessação das funções de todos os seus membros, inclusive do chefe de missão.

Também Vilariño Pintos alude para esta distinção, ou seja, refere que a existência da missão diplomática “é independente (...) existe e subsiste ao seu componente pessoal”.⁶

Fazendo uma síntese das definições dadas pelos vários autores, poder-se-á constatar que a missão diplomática é, assim, um serviço público do Estado acreditante, instituído no Estado acreditador, com o objectivo de promover relações diplomáticas entre si, sendo, porém, um órgão autónomo do pessoal que lhe está adstrito.

Ao falar-se de missão diplomática “visa-se geralmente a Embaixada bilateral”.⁷ Todavia, esta encontra-se também nas Organizações Internacionais, assumindo várias designações, tais como: Missão Permanente, ou Representação Permanente, ou Delegação Permanente ou, unicamente, Delegação; encontra-se também “na diplomacia da Santa Sé, com o nome de Nunciatura”⁸ ou, ainda, no seio da Comunidade Britânica – *Commonwealth* – assumindo a denominação de Alto Comissariado. Também a designação de Alta Representação é utilizada, por vezes, na comunidade francófona.⁹

⁶ PINTOS, Eduardo Vilariños, *Curso de Derecho Diplomático y Consular*, Tecnos, Madrid, 2003, pp. 169 e 170

⁷ NEVES, José César Paulouro das, *op. cit.*, p. 229

⁸ Idem, *Ibidem*

⁹ VALLE, Jaime, *op. cit.*, p. 30

6.2. Funções da missão diplomática

Em épocas passadas, como refere Calvet de Magalhães, as relações diplomáticas entre os Estados assentavam em escassos assuntos. Não admira que as funções desempenhadas pelos agentes diplomáticos se limitassem, apenas, a representar e a informar os seus próprios Estados. Contrariamente, hoje em dia as relações entre os Estados gozam de uma natureza mais diversificada e complexa o que se repercute no agente diplomático a quem é exigido uma maior preparação.¹⁰

O direito internacional, através da CVRD (art.º 3º), reconhece as principais funções da missão diplomática: a) representação; b) protecção; c) negociação; d) informação; e) promoção.

- a) Representar o Estado acreditante junto do Estado acreditador;
- b) Proteger os interesses do Estado acreditante, bem como os respectivos nacionais, no Estado acreditador;
- c) Negociar com o Governo do Estado acreditador;
- d) Informar, por meios lícitos, o Governo do Estado acreditante sobre as condições e a evolução dos acontecimentos no Estado acreditador;
- e) Promover relações amigáveis e desenvolver relações económicas, culturais e científicas entre os dois Estados.

Trata-se de um elenco, na opinião de Jaime Valle, “não hierarquizado, ou seja, a posição em que surgem referidas as funções não se relaciona com o seu grau de importância ou relevância”,¹¹ sendo também aberto e não exaustivo, em que são indicadas, apenas, as principais funções, “como decorre da utilização do advérbio ‘nomeadamente’”,¹² “prevendo, por conseguinte, a existência de outros.”¹³

¹⁰ MAGALHÃES, José Calvet de, *op. cit.*, p. 30

¹¹ VALLE, Jaime, *op. cit.*, p. 31

¹² Idem, *Ibidem*

¹³ MAGALHÃES, José Calvet de, *op. cit.*, p. 31

6.2.1. Representação

Consoante se apurou, a primeira função relativa à missão diplomática é a função de representação, cabendo ao Chefe de Missão – como “Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário”¹⁴ – representar o seu Estado, sendo o responsável pelas relações políticas bilaterais e respectivas “comunicações oficiais entre o seu governo e o do país acreditador”.¹⁵

Se, outrora, consoante aludido, o Chefe de Missão representava o seu soberano, presentemente, a representação diplomática é exercida em nome do Estado “e não de elementos constitutivos deste”.¹⁶

Segundo Hans Morgenthau, citado por Paulouro das Neves, a função de representação reúne 3 características principais: simbólica, política e jurídica. É simbólica ao substituir o Estado; é política “ao defender e executar a política externa do seu país”; e é jurídica ao proferir “declarações juridicamente vinculativas” ou ao assumir, em nome do seu Estado, “direitos e obrigações conforme o direito internacional”.¹⁷

Além do Chefe de Missão, embora com um grau de importância inferior, também o restante pessoal diplomático tem uma capacidade de representação simbólica e política, não podendo, porém, adotar, salvo ordem em contrário, nenhuma obrigação jurídica em nome do Estado. Na tarefa de substituir o Estado, os agentes diplomáticos são ainda solicitados para inúmeras cerimónias oficiais, tais como: funerais de Estado, tomada de posse de Presidentes e Governos, “aberturas solenes de Parlamentos, paradas militares, dias nacionais entre outras cerimónias protocolares.”¹⁸

¹⁴ Também como Encarregado de Negócios “com cartas” ou, no caso de ausência do Embaixador do país, como Encarregado de Negócios *ad interim*

¹⁵ NEVES, José César Paulouro das, *op. cit.*, p. 232

¹⁶ Idem, *Ibidem*, p. 233

¹⁷ Idem, *Ibidem*

¹⁸ Idem, *Ibidem*

6.2.2. Informação

Quando as Cidades-estado italianas criaram as embaixadas permanentes¹⁹ fizeram-no com a clara consciência de estarem informadas sobre o ocorrido nas restantes Cidades rivais, de forma a antever os seus movimentos e pretensões. Ora, se antes a função de informação adquiria grande importância²⁰, presentemente, apesar da evolução das comunicações, a informação assume, para a defesa dos interesses dos Estados e, até mesmo, para a “própria formulação da sua política externa”,²¹ uma relevância ainda maior.

Se, por um lado, esta modernização no domínio das comunicações veio facilitar o acesso a mais fontes de informação – e simultaneamente mais rápidas, – por outro, as Embaixadas enfrentam a difícil tarefa de proceder à triagem da mesma, avaliando, ao mesmo tempo, a credibilidade das suas fontes. A informação, conforme estipula o art.º 3º da CVRD, deverá ser sempre obtida por meios lícitos excluindo, dessa forma, a espionagem, método ilegal usado, sobretudo, entre as duas guerras mundiais e no período da Guerra Fria.²²

Para Paulouro das Neves, a Embaixada deverá adoptar um método rigoroso quando se depara com a tarefa de informar o seu Governo. Esta informação deverá contar com quatro pontos,²³ que se prendem com:

- a) O desenvolvimento de questões respeitantes aos dois Estados quer de carácter político e militar, quer de índole económico, cultural ou científico;
- b) Os aspectos relevantes concernentes à “vida quotidiana” do Estado acreditador;
- c) A sua posição na política internacional;
- d) O *feedback* de situações ocorridas no Estado acreditador.

¹⁹ Conforme relatado no ponto 2.4.1.

²⁰ Sendo, simultaneamente, conforme evidencia Paulouro das Neves, motivo de curiosidade o que levava, não raras as vezes, a que as correspondências diplomáticas fossem violadas com o intuito de “procurar saber o que Embaixadores e Enviados comunicavam aos seus soberanos, dando assim lugar quer aos célebres ‘cabinets noirs’ (...) quer ao aperfeiçoamento da criptografia” in *Rituais de Entendimento*, p. 240

²¹ NEVES, José César Paulouro das, *op. cit.*, p. 238

²² Idem, *Ibidem*, pp. 240-242

²³ Idem, *Ibidem*, p. 240

Assim, um dos maiores desafios que se colocam às Embaixadas de hoje, no que à função de informação diz respeito, é a selecção e o escrutínio da inúmera informação disponível, de forma a garantir às instâncias superiores uma precisa e real transmissão dos factos, de forma a evitar falsas asserções.

6.2.3. Negociação

A negociação, além de ser uma das funções da missão diplomática, é a característica mais conhecida da diplomacia sendo, de resto, durante muito tempo, definida como *arte de negociar*.²⁴ Logo nas primeiras páginas desta dissertação, quando se procedeu à definição do conceito de diplomacia, Harold Nicolson fez, precisamente, esta alusão ao referir que a “diplomacia é a gestão de relações entre Estados soberanos através de processos de negociação”.²⁵

Por outro lado, para Jaime Valle a negociação tem vindo a perder alguma da importância que adquirira no passado isto porque, segundo o autor, o surgimento da diplomacia multilateral “facilitou o desenvolvimento da diplomacia directa, redireccionando parte substancial da negociação internacional para o âmbito das organizações internacionais”.²⁶

Os princípios e métodos que uma negociação diplomática deve cumprir mostram-se tão amplos e complexos que mereceriam um tratamento mais dilatado. Contudo, na sua obra *Manual Diplomático*, Calvet de Magalhães faz uma síntese bem conseguida das etapas constituintes de uma negociação diplomática,²⁷ que passam pela:

1. “Definição do objectivo da negociação”;
2. “Preparação da negociação”;
3. “Condução da negociação”.

²⁴ Idem, Ibidem, pp. 242 e 243

²⁵ NICOLSON, *op. cit.*, p.80

²⁶ VALLE, Jaime, *op. cit.*, p. 36

²⁷ MAGALHÃES, José Calvet de, *op. cit.*, pp. 40-45

A primeira fase a ter em conta consiste na definição – precisa – do objectivo da negociação, tendo em vista, evidentemente, um resultado favorável aos interesses do Estado em causa. Apenas com o objectivo bem clarificado é que os negociadores se encontram preparados para conduzir a negociação. Definido o objectivo, o negociador prossegue à sua preparação, que compreende a recolha de elementos de informação, seguindo-se da sua sistematização, análise e respectivo estudo, com o propósito de “traçar a estratégia da negociação”²⁸. Esta fase constitui, também ela, um passo “fundamental ou decisivo para o (...) êxito.”²⁹ A última etapa passa pela condução efectiva da negociação. É preciso ter em atenção a “táctica da negociação”³⁰ escolhida e utilizada para a condução da negociação, uma vez que esta assume diferentes formas de actuação.³¹ Só dessa forma, aliada a outros princípios e qualidades, como o cumprimento do princípio da boa-fé, a infindável paciência, a responsabilidade, a determinação aliada à humildade e a capacidade de “definir linhas de flexibilidade em conformidade com concessões obtidas”, é que o negociador alcançará as suas pretensões.³²

6.2.4. Promoção

Na opinião de Calvet de Magalhães, as principais funções da missão diplomática limitam-se àquelas supra narradas, isto é, à função da representação, da informação e da negociação, designando-as de “elementos essenciais da actividade diplomática”³³. Quanto às restantes, como é o caso da promoção e protecção, classifica-as de “complementares”.³⁴ Contudo, para o autor, enquanto a representação e a negociação

²⁸ Idem, Ibidem, p. 41

²⁹ Idem, Ibidem

³⁰ Idem, Ibidem, p. 42

³¹ Idem, Ibidem

³² NEVES, José César Paulouro das, *op. cit.*, p. 245

³³ MAGALHÃES, José Calvet de, *op. cit.*, p. 47

³⁴ Idem, Ibidem

“podem ser vistas como elementos puramente passivos e rotineiros da actividade diplomática (...) a promoção constitui o elemento impulsionador ou dinâmico”.³⁵

Ao falar-se de promoção, sendo esta função antes designada de *propaganda*, até o termo ter adquirido um sentido pejorativo, alude-se, mormente, para a promoção das relações económicas e culturais. No entanto, apesar da primazia dada a estas, também a promoção das relações científicas está contemplada no art.º 3º da CVRD e que não se esgota nos domínios enunciados, sendo estes tão-somente exemplificativos.

6.2.5. Protecção

Ocupando um lugar complementar nas funções da missão diplomática poder-se-á dizer que a protecção consiste na defesa “de certos interesses específicos do Estado acreditante e (...) na protecção genérica dos interesses dos cidadãos³⁶ do Estado acreditante junto do Estado receptor”,³⁷ sejam cidadãos residentes ou em trânsito³⁸, incluindo emergências várias que possam surgir, desde repatriação, roubos, catástrofes, doenças, perturbações de ordem pública, guerra, etc.

É fulcral fazer aqui, contudo, uma referência: quando o Estado “protege diplomaticamente um seu nacional (ou empresa) faz valer o seu direito e não o da pessoa física ou jurídica prejudicada, pelo que não existe aqui uma situação de representação directa da pessoa reclamante”.³⁹ Subsiste, sim, o poder discricionário do Estado acreditante que, detendo total liberdade de decisão e sem obrigação de consultar a parte requerente, determina, consoante o caso, “se justifica e é oportuno intervir”.⁴⁰

Neste sentido, há que fazer a distinção entre protecção diplomática e protecção consular, isto porque, enquanto a primeira possui um carácter discricionário, consoante aludido, a

³⁵ MAGALHÃES, José Calvet de, *op. cit.*, p. 48

³⁶ Ou das empresas

³⁷ MAGALHÃES, José Calvet de, *op. cit.*, p. 49

³⁸ Desde o Tratado de Maastricht que qualquer cidadão da UE, ao encontrar-se num país onde não exista representação diplomática nacional, tem a possibilidade de gozar da protecção da missão de um dos Estados-membros.

³⁹ NEVES, José César Paulouro das, *op. cit.*, p. 247

⁴⁰ VALLE, Jaime, *op. cit.*, p. 34

protecção consular (que se insere na extensão externa de serviço público) tem “um dever de assistência (...) aos seus nacionais”⁴¹ sendo que o titular não é o Estado mas “a pessoa física ou jurídica a que os Serviços Consulares devem prestar assistência”.⁴²

6.3. Imunidades e privilégios concedidos à missão diplomática

Para que as missões diplomáticas possam desempenhar, com sucesso, as suas funções, os Estados receptores devem assegurar “um tratamento privilegiado, (...) condições de independência, liberdade e segurança”,⁴³ procedimento comumente designado de estatuto diplomático, sendo este composto por imunidades e privilégios.

É uma prática que se foi consolidando, paulatinamente, durante todo o percurso da evolução do direito diplomático, inicialmente por meio consuetudinário e, posteriormente, codificada pela Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, de 1961. Este “lento (...) caminho de consolidação das prerrogativas diplomáticas”⁴⁴ em muito deve a Grotius que, no início do séc. XVII, procurara defender a teoria da extraterritorialidade, partindo da ideia que o embaixador não era obrigado a cumprir as leis civis do país onde se encontrava, em que a embaixada era vista “como parte do território do país que representa”,⁴⁵ “como se o agente residisse no seu próprio território nacional”.⁴⁶ Apesar da contribuição dada no âmbito das prerrogativas diplomáticas, a teoria da extraterritorialidade foi “há longo tempo abandonada”,⁴⁷ devendo, hoje em dia, submeter-se às “obrigações decorrentes do Direito Internacional”.⁴⁸

Como indicado, as prerrogativas diplomáticas, podendo estas distinguir-se entre imunidades e privilégios, são essenciais para o exercício de funções, quer da missão

⁴¹ Idem, Ibidem

⁴² NEVES, José César Paulouro das, *op. cit.*, p. 247

⁴³ Idem, Ibidem, p. 249

⁴⁴ Idem, Ibidem, p. 250

⁴⁵ Idem, Ibidem, p. 253

⁴⁶ MARTINS, Margarida Salema D'Oliveira, *op. cit.*, p. 60

⁴⁷ VALLE, Jaime, *op. cit.*, p. 42

⁴⁸ Idem, Ibidem

diplomática, quer do pessoal que lhe está adstrito.⁴⁹ De referir que a imunidade, conforme se aludirá, pode ser de alcance absoluto (a todo o tempo e em qualquer lugar) ou de âmbito relativo (dependendo das circunstâncias) e, ao contrário dos privilégios, estas são fundamentadas no direito internacional, ou seja, “subtraem a missão diplomática – e os membros que a compõem – do cumprimento de obrigações e das normas das jurisdições civil, penal e administrativa do Estado receptor”.⁵⁰ Todavia, como certifica Calvet de Magalhães, convém “frisar que as prerrogativas concedidas (...) não são benesses atribuídas gratuitamente pelos Estados receptores (...) são antes tratamentos especiais necessários para o exercício das funções especiais que lhes incumbe”.⁵¹

De resto, a própria CVRD no seu Preâmbulo reconhece “que a finalidade de tais privilégios e imunidades não é beneficiar indivíduos, mas sim a de garantir o eficaz desempenho das funções das missões diplomáticas”. É no seu art.º 25º que ela institui que o Estado receptor “dará todas as facilidades para o desempenho das funções da missão”.

Esta atribuição de privilégios e imunidades obedece, naturalmente, a “limites impostos pela ordem jurídica internacional e pelos termos do relacionamento bilateral”.⁵² O art.º 41º da CVRD ocupa-se do assunto quando obriga a “respeitar as leis e os regulamentos do Estado acreditador” assim como “o dever da não ingerência nos assuntos internos do referido Estado”.⁵³ O mesmo artigo faz ainda referência, no nº 3, aos locais de missão quando prevê que estes “não devem ser utilizados de maneira incompatível com as funções da missão”.

⁴⁹ Apesar da Convenção de Viena de 1961 assaz incidir no assunto das imunidades e privilégios do agente diplomático, esta matéria não será aqui explorada uma vez que o tema central desta dissertação foca-se na missão e não, especificamente, no seu pessoal.

⁵⁰ NEVES, José César Paulouro das, *op. cit.*, p. 251

⁵¹ MAGALHÃES, José Calvet de, *op. cit.*, p. 84

⁵² VALLE, Jaime, *op. cit.*, p. 37

⁵³ Porém, para Jaime Valle, em *Direito Diplomático e Consular I*, p. 37, o art.º 41, nº1, “é fonte de inúmeras situações de desacordo e conflito entre Estados acreditantes e Estados acreditadores”, uma vez que “a linha que separa, por exemplo, o exercício da função de observação e informação da missão diplomática da interferência nos assuntos internos do Estado acreditador não é nítida”. Para o autor, os processos eleitorais são um bom exemplo disso, “em que a observação, aos olhos do Estado acreditador, se configura, por vezes, como participação”.

Consoante se referirá, no ponto seguinte, os locais da missão diplomática gozam de inviolabilidade. Não obstante, actividades que não se regulem pelos seus objectivos não devem ser desenvolvidas. Exemplo disso é o asilo diplomático, em que a missão diplomática dá guarida a um ou mais cidadãos, perseguidos por razões políticas, recusando a entrega destes ao Estado acreditador.⁵⁴ Como refere Jaime Valle, “o direito de asilo diplomático (...) só ocorre no âmbito da América Latina”. Deste modo, exceptuando os Estados vinculados pelos tratados que o prevêem, “não há direito de asilo diplomático”, ainda que o Estado acreditador não possa invadir os locais de missão sem a aprovação do seu chefe.⁵⁵

6.3.1. Inviolabilidade dos locais da missão

Artigo 22º da CVRD

1. “Os locais da missão são invioláveis. Os agentes do Estado acreditador não poderão neles penetrar sem o consentimento do chefe de missão.
2. O Estado acreditador tem a obrigação especial de adoptar todas as medidas apropriadas para proteger os locais contra qualquer intrusão ou dano e evitar perturbações que afectem a tranquilidade da missão ou ofensas à sua dignidade.
3. Os locais da missão, o seu mobiliário e demais bens neles situados, assim como os meios de transporte da missão, não poderão ser objecto de busca, requisição, embargo ou medida de execução.”

A inviolabilidade é a prerrogativa mais importante do estatuto dos locais da missão diplomática que, conforme Paulouro das Neves, “o costume internacional consolidou no séc. XVIII, pondo assim termo às diferentes práticas que até aí se registavam nas várias capitais e a numerosos incidentes”.⁵⁶ O autor dá como exemplo o incidente ocorrido na

⁵⁴ VALLE, Jaime, *op. cit.*, p. 38

⁵⁵ Idem, *Ibidem*

⁵⁶ NEVES, José César Paulouro das, *op. cit.*, p. 261

embaixada portuguesa em Haia, em 1642, quando a residência do embaixador foi invadida e saqueada, episódio, aliás, anteriormente referenciado.⁵⁷

O princípio da inviolabilidade viria a ganhar força com a CVRD que, através do seu art.º 22º, garante, nos mais rigorosos termos, a protecção dos locais da missão. Por locais de missão (art.º 1º, (i)) entende-se chancelaria, residência, edifícios e terrenos utilizados para as finalidades daquela. Em caso de ruptura de relações diplomáticas, ou em caso de retirada da missão (definitiva ou temporária), o art.º 45º institui que essa prerrogativa não finda, estando o Estado acreditador “obrigado a respeitar e a proteger, mesmo em caso de conflito armado, os locais da missão, bem como os seus bens e arquivos”.

O art.º 22º, nº 1, é claro ao proibir as forças de segurança do Estado acreditador de entrar nos locais da missão sem a aprovação expressa do seu chefe, independentemente da razão alegada, incluindo situações de extrema urgência como são os casos de incêndio, atentado ou mesmo de catástrofe natural. Os Estados acreditantes mostram sempre grande relutância em consentir a entrada dos agentes do Estado acreditador nos locais da missão, optando por “controlar as situações de perigo pelos seus próprios meios, por receio que informação sensível possa ser obtida pelo Estado acreditador nessas situações”.⁵⁸

Assim, conforme supracitado, o art.º 22º da CVRD codifica a inviolabilidade dos locais da missão diplomática de forma precisa e inflexível, não admitindo qualquer excepção de entrada nestes locais sem a permissão expressa do chefe da missão. Porém, será importante aqui confrontar a CVRD com a sua congénere: a Convenção de Viena sobre Relações Consulares (CVRC). Pois, ao contrário do que estabelece o art.º 22º da CVRD, em que não prevê qualquer excepção que permita a entrada dos agentes do Estado acreditador nos locais da missão diplomática sem o prévio consentimento do seu chefe, a CVRC, por outro lado, através do seu art.º 31º, “estabelece uma presunção de consentimento”,⁵⁹ ou seja, contempla a possibilidade de as autoridades do Estado

⁵⁷ V. ponto 3.2.

⁵⁸ VALLE, Jaime, *op. cit.*, p. 44.

O autor dá como exemplo o caso do incêndio na Embaixada dos EUA em Moscovo, ocorrido em 1977, “em que os bombeiros moscovitas que acorreram ao local incluíam agentes da polícia secreta soviética, o KGB”.

⁵⁹ Idem, *Ibidem*, p. 42

acreditador penetrarem nas instalações consulares “em caso de incêndio ou de outro sinistro que exija medidas de protecção imediatas” (art.º 31º, nº 2).

Esta possibilidade de anuência em casos de excepcional urgência – prevista na CVRC – foi debatida na Conferência de Viena com o propósito de tentar validar a sua inclusão na CVRD, mas foi recusada.⁶⁰ No entanto, como refere Jaime Valle, “a doutrina tem manifestado (...) alguma abertura à intervenção do Estado acreditador sem o consentimento expresso do chefe da missão”,⁶¹ em situações em que a vida ou a integridade física estejam em risco. Também Vilariño Pintos, citado por Jaime Valle, defende que “se devido a uma situação de excepcional urgência e gravidade, não provocada intencionalmente pelo Estado acreditador, é necessária a adopção imediata de medidas de protecção que implicam a entrada nos locais da missão para evitar um perigo público ou danos graves naqueles, e não se pode obter, em tempo útil, o consentimento do chefe da missão, o Estado acreditante, ainda que possa fazer um protesto pro-forma para manter o princípio do *status*, deverá compreender a necessidade de tal actuação, por causa da obrigação de colaboração com o Estado acreditador e inclusive em interesse próprio, e renunciar à possível reparação ou ser flexível na sua exigência”.⁶²

Nesta mesma linha, tanto Michael Richtsteig como Eileen Denza, ambos mencionados por Jaime Valle, acabam também por reconhecer algumas excepções à interdição de entrada nos locais da missão diplomática, sublinhando, porém, que tal interdição só é justificada pela necessidade de protecção da vida humana. Para Michael Richtsteig “podem ocorrer situações em que o chefe da missão ou o seu representante não estão contactáveis, mas em que há um perigo imediato para a vida ou para a integridade física”,⁶³ dando como exemplo os casos de incêndio, de atentados bombistas ou de sequestro. No entanto, o autor faz questão de salientar que “mesmo (...) em situações de emergência evidente, urgente e objectivamente identificável, o consentimento (...) não deve ser dispensado”.⁶⁴

⁶⁰ Idem, Ibidem

⁶¹ Idem, Ibidem, p. 43

⁶² Idem, Ibidem

⁶³ Idem, Ibidem

⁶⁴ Idem, Ibidem

Para além da doutrina, também a prática estadual contempla vários exemplos de situações⁶⁵ cujos agentes do Estado acreditador, quer as forças de segurança, quer as forças de socorro, penetraram nos locais de missão diplomática sem o prévio consentimento do seu chefe.

Até então, tem-se vindo a aludir para a inviolabilidade dos locais da missão diplomática e o direito do Estado acreditante a esta importante prerrogativa diplomática. No entanto, os locais da missão, consoante supramencionado⁶⁶, são território do Estado acreditador pelo que, conforme estatui o art.º 41º da CVRD, “não devem ser utilizados de maneira incompatível com as funções da missão”, isto é, apesar da imunidade de que gozam os locais da missão diplomática, o Estado acreditante deverá respeitar as leis do Estado acreditador e não utilizar estes para fins que não sejam os estipulados.⁶⁷

Quanto ao n.º 2 do art.º 22º da CVRD, enumerado no início deste ponto, o mesmo garante, aos locais da missão representada, protecção por parte do Estado acreditador,⁶⁸ devendo este último “adoptar todas as medidas apropriadas” para garantir uma eficaz protecção “contra qualquer intrusão ou dano e evitar perturbações que afectem a tranquilidade da missão ou ofensas à sua dignidade”. Ora, se, por um lado, como afirma Jaime Valle, a efectivação da obrigação de protecção em situações de intrusão ou dano “não apresenta dificuldades de maior”,⁶⁹ por outro, a obrigação de protecção de forma a “evitar perturbações que afectem a tranquilidade da missão ou ofensas à sua dignidade” já se apresenta em termos mais amplos, mais ambíguos, uma vez que o Estado acreditador poderá ficar no impasse entre tratar-se de uma obrigação internacional de protecção ou, antes, tratar-se do “exercício dos direitos fundamentais que atribui na sua ordem interna, designadamente a liberdade de expressão e a liberdade de

⁶⁵ Algumas delas serão analisadas no capítulo 8

⁶⁶ V. ponto 6.3.

⁶⁷ Exceptuando uma situação: o *droit de chapelle*. Conforme Jaime Valle em *Direito Diplomático e Consular I*, AAFDL Editora, Lisboa, 2017, p. 44, embora não esteja previsto na CVRD, o costume internacional geral continua a abarcar esta situação. Trata-se da possibilidade de desenvolver “actividades de culto religioso nos locais da missão diplomática mesmo que o Estado acreditador não admita a prática daquela religião no seu território”.

⁶⁸ Apesar de ser prática comum o Estado acreditante recorrer às suas próprias forças e meios de segurança para proteger os locais das suas missões diplomáticas. Conforme Jaime Valle, em *Direito Diplomático e Consular I*, p. 45, trata-se de uma prática lícita desde que o Estado acreditante “respeite as leis e os regulamentos do Estado acreditador, ou obtenha o seu acordo”. O autor salienta, porém, que essa opção não “afasta ou diminui o âmbito do dever de protecção do Estado acreditador”.

⁶⁹ VALLE, Jaime, *op. cit.*, p. 45

manifestação”.⁷⁰ De qualquer forma, como salienta Eileen Denza, citada por Jaime Valle, os casos de manifestações demasiado prolongadas e ruidosas, que dificultem o acesso aos locais da missão representada ou, até mesmo, a indevida utilização de símbolos nacionais do Estado acreditante, como incendiar a bandeira ou a imagem do seu Chefe do Estado, deverão ser considerados como ofensas e perturbações que afectam a tranquilidade da missão e, como tal, situações não admitidas.

Esta obrigação de protecção do Estado acreditador é, na opinião de Jaime Valle, “uma obrigação de resultado”⁷¹, ou seja, o Estado acreditador “incorre em responsabilidade internacional”⁷² no caso de se verificarem intrusões ou danos nos locais da missão representada, mesmo no caso de este ter empregue todos os recursos disponíveis de forma a evitar tais ocorrências. Somente através de um comunicado oficial aos Estados acreditantes, assumindo a falta de condições para garantir tal protecção, é que o Estado acreditador se poderá isentar de tal responsabilidade.⁷³

No caso respeitante às indemnizações por danos causados à missão afectada, Paulouro das Neves afirma que “a prática habitual (...) revela que o Estado receptor assume essa obrigação”,⁷⁴ dando como exemplo o incêndio e saque ocorridos na Embaixada de Espanha em Lisboa, no ano de 1975,⁷⁵ em que Portugal assumiu esse dever. Para este autor, as invasões a locais de missão diplomática devem-se, sobretudo, a manifestações originadas por “cidadãos do país representado para protestos políticos,”⁷⁶ facto que ocorre não raras as vezes.⁷⁷ Também nesta situação, só com a autorização do chefe de missão é que as autoridades poderão intervir.⁷⁸

Finalmente, o art.º 22º da CVRD, no seu n.º3, remete não só para a inviolabilidade dos locais da missão propriamente ditos (incluindo o mobiliário e os restantes bens que neles se encontrem) como também para a inviolabilidade dos seus meios de transporte.

⁷⁰ Idem, Ibidem

⁷¹ Idem, Ibidem

⁷² Idem, Ibidem

⁷³ Idem, Ibidem

⁷⁴ NEVES, José César Paulouro das, *op. cit.*, p. 264

⁷⁵ Caso analisado em 8.2.1.

⁷⁶ NEVES, José César Paulouro das, *op. cit.*, p. 264

⁷⁷ E que se terá a ocasião de comprovar no capítulo 8

⁷⁸ Paulouro das Neves dá como exemplo o caso da invasão à Embaixada de Espanha na Guatemala, em 1980, realizada por camponeses locais e onde as forças de segurança intervieram contra a vontade do embaixador. Deste episódio “resultaram mortes, o incêndio do edifício, o corte de relações diplomáticas, e um enérgico protesto do Corpo Diplomático” em *Rituais de Entendimento*, p. 264

O n.º 3 prevê, assim, que em ambos os casos, ou seja, tanto os locais da missão como os meios de transporte da missão “não poderão ser objecto de busca, requisição, embargo ou medida de execução”.⁷⁹

6.3.2. Inviolabilidade dos arquivos e documentos

No parágrafo anterior verificou-se que o princípio da inviolabilidade outorgado aos locais da missão diplomática também se estendia ao seu mobiliário e demais bens neles instalados (art.º 22º, nº 3). Mas, enquanto os locais da missão gozam desta imunidade apenas enquanto ocupados, “os arquivos e documentos da missão são invioláveis em qualquer momento e onde quer que se encontrem”, conforme estatui o art.º 24º da CVRD, tratando-se aqui de uma imunidade absoluta, gozando de uma inviolabilidade própria, que é garantida, permanentemente, e assegurada em qualquer lugar, mesmo quando estes não se encontram nos locais de missão ou mesmo “em caso de conflitos armados ou de ruptura de relações”.⁸⁰

Consoante indicado, o art.º 24º cuida da inviolabilidade dos arquivos e documentos da missão. Contudo, a Convenção de Viena de 1961 não define o que deverá ser entendido por arquivo, sendo essa omissão posteriormente tratada na Convenção de Viena sobre Relações Consulares, de 1963, e “que pode aplicar-se aqui ‘*mutatis mutandis*’.”⁸¹ São considerados *arquivos* “todos os papéis, documentos, correspondência, livros, filmes, fitas magnéticas e registos (...), bem como as cifras e os códigos, os ficheiros e os móveis destinados a protegê-los e a conservá-los” (art.º 1º, k, da CVRC).

⁷⁹ Como exemplifica Jaime Valle em *Direito Diplomático e Consular I*, pp. 47 e 48, os meios de transporte da missão estão imunes às paragens realizadas pelas autoridades, buscas, inspecções, multas, reboque, requisição, penhora e arresto. No entanto, a prática internacional tem vindo a estabelecer algumas excepções a esta inviolabilidade, nomeadamente no que refere a estacionamento (os veículos automóveis serem rebocados quando causem perturbações, mas sem carácter sancionatório) e no que se refere à utilização dos veículos “para efeitos de asilo diplomático (quando admitido) ou de refúgio.”

⁸⁰ NEVES, José César Paulouro das, *op. cit.*, p. 266

⁸¹ MARTINS, Margarida Salema D'Oliveira, *op. cit.*, p. 63

6.3.3. Outras prerrogativas diplomáticas inerentes à missão

Também a correspondência oficial e a mala diplomática gozam de imunidade absoluta, determinada pelo art.º 27º. A mala diplomática, apesar de antigo meio de comunicação entre as missões e o seu Estado, continua a manter, ainda hoje, o seu estatuto privilegiado, não obstante o desenvolvimento tecnológico ao nível das comunicações mas que, por outro lado, revela também “a sua vulnerabilidade (...) em diversas ocasiões através de fugas de informação massivas.”⁸² A mala diplomática poderá assumir diferentes configurações mas, geralmente, resume-se a um saco, ou bolsa, ou pasta, podendo, no entanto, dependendo da dimensão dos objectos que contenha, tratar-se de um contentor.⁸³ De forma a gozar do respectivo estatuto, conforme regulamenta o art.º 27º, nº 4, “os volumes que constituem a mala diplomática deverão ter sinais exteriores visíveis que indiquem o seu carácter e só poderão conter documentos diplomáticos e objectos destinados a uso oficial”, não podendo estes ser abertos ou retidos (art.º 27, nº3).

No respeitante, ainda, às imunidades concedidas à missão diplomática cabe ainda acrescentar que esta goza de imunidade de jurisdição, não podendo ser submetida às leis e tribunais do Estado acreditador. Apesar do assunto não ser explicitamente tratado na CVRD, esta lacuna é colmatada pelo direito internacional costumeiro como declarado, aliás, no Preâmbulo desta mesma Convenção ao afirmar que “as normas de direito internacional consuetudinário devem continuar regendo as questões que não tenham sido expressamente reguladas nas disposições da presente Convenção”.

A missão diplomática goza, também, de imunidade alfandegária, regulada no art.º 36º, que concede à missão total isenção de pagamentos aduaneiros relativamente a objectos destinados ao uso oficial (artº 36º, a), apesar de este artigo não isentar as mercadorias de uma possível inspecção por parte das autoridades do Estado acreditador. A imunidade fiscal é, outrossim, concedida à missão diplomática, ficando livre de quaisquer impostos e taxas, com excepção dos “serviços específicos que lhes sejam prestados” (art.º 23, nº 1), asserção, aliás, deveras ambígua e que, segundo Jaime Valle, “propicia resultados

⁸² VALLE, Jaime, *op. cit.*, p. 50

⁸³ Idem, *Ibidem*

muito díspares consoante o entendimento que é assumido, em cada caso, pelo Estado acreditador”.⁸⁴

Finalmente, quanto aos privilégios atribuídos à missão diplomática, tanto esta como o seu chefe, de acordo com o art.º 20º, têm o direito de usar a bandeira e o escudo do seu Estado.⁸⁵ No concernente ao chefe da missão, este poderá usá-los quer na sua residência, quer no seu meio de transporte.

⁸⁴ Idem, Ibidem, p. 46

⁸⁵ Convirá aqui referir, conforme Paulouro das Neves, que as missões junto da Santa Sé, estando estabelecidas em Roma, “para se distinguirem das suas congéneres acreditadas junto do Estado italiano, ostentam ao lado do escudo nacional o brasão do Papa em funções”, em *Rituais de Entendimento*, p. 269

3ª Parte

A Problemática da Investigação:

**Casos de Violação do Artigo 22º da Convenção de Viena sobre Relações
Diplomáticas**

7. Problema de investigação, hipóteses, objectivos e metodologia adoptada

7.1. O problema de investigação

Como se tem vindo a aclarar, os locais de missão diplomática gozam de inviolabilidade como pressupõe, claramente, o art.º 22º da CVRD. Porém, como qualquer norma, está passível de ser violado. É neste sentido que se pretende analisar casos cujo supracitado art.º tenha sido transgredido. Para tal intento, definiu-se, como ponto de partida, a seguinte questão:

Os Estados signatários da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, de 1961, inclusivamente o Estado português, têm revelado alguma dificuldade no cumprimento do artigo 22º referente à inviolabilidade dos locais da missão?

7.2. As hipóteses colocadas ao problema de investigação

Como tentativas de resposta ao problema de pesquisa supradito, são colocadas hipóteses que se pretendem corroboradas ou declinadas, consoante a linha de investigação a seguir. Assim:

- Hipótese 1: Casos há em que o Estado português tenha violado o art.º 22º da CVRD verificando-se, porém, que Portugal tem sido mais infringido do que infractor.
- Hipótese 2: Constata-se que as violações praticadas contra locais de missões diplomáticas portuguesas, de carácter mais assinalável, ocorreram durante o período político mais controverso de Portugal.
- Hipótese 3: Observa-se alguma propensão, por parte de determinado(s) Estado(s) signatário(s), para a reincidência na infracção do art.º 22º da CVRD.

- Hipótese 4: Apesar das ocorrências que conduzem à violação do art.º 22º da CVRD, raros são os Estados que recorrem ao Tribunal Internacional de Justiça para resolução dos seus diferendos.

7.3. Os objectivos a alcançar

Os objectivos que se querem alcançados, de forma a solucionar as hipóteses colocadas ao problema de pesquisa, são os seguintes:

- Averiguar se, desde a codificação do direito diplomático, com a CVRD, em 1961, o Estado português esteve, de alguma forma, envolvido em casos relacionados com a violação do artigo 22º da referida Convenção e, ao confirmar-se tais casos, apurar se Estado português se revelou mais infringido ou infractor;
- Comprovar se, na eventualidade de terem ocorrido transgressões do artigo 22º da CVRD praticadas contra missões diplomáticas portuguesas, estas ocorreram durante o regime político de Salazar;
- Constatar se há tendência por parte de determinado(s) Estado(s) signatário(s) para a reincidência na infracção do art.º 22º da CVRD;
- Verificar, através do Tribunal Internacional de Justiça, se é prática comum, por parte dos Estados signatários, recorrer a este órgão judicial para resolver diferendos relativos a violações relacionadas com os locais das missões diplomáticas permanente.

7.4. A metodologia adoptada

Os casos que serviram de objecto de análise nesta dissertação foram baseados numa escolha (que se queria o mais imparcial possível) que incidiu sobre um de três critérios: 1º: casos que envolvessem o Estado português (quer como Estado acreditante, quer

como Estado acreditador) com o objectivo de validar, ou não, as duas primeiras hipóteses; 2º: casos que se revestissem de gravidade assinalável (quer material, quer física) e/ou que se revelaram objecto assaz mediático, com o propósito de confirmar-se ou refutar-se a hipótese 3; 3º: casos que integrassem a lista dos casos contenciosos do Tribunal Internacional de Justiça, com o intento de corroborar, ou invalidar, a hipótese 4.

Como em qualquer investigação actual, também esta dissertação contou com o apoio incontornável da *world wide web*, fonte de informação inesgotável. Se, por um lado, é verdade que se reveste de natureza pouco fidedigna, por outro, é inegável que proporciona uma ajuda profícua, e até mesmo fundamental, na obtenção de qualquer informação. Não obstante, nos casos em que se tornou possível o acesso às fontes físicas, tal foi efectuado.

Neste sentido, optou-se, no respeitante à recolha de informação dos casos relacionados com violações a locais de missões diplomáticas portuguesas, por realizar a pesquisa na biblioteca do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE). Após uma consulta ao catálogo electrónico do Arquivo Histórico-Diplomático (AHD), verificou-se existir uma pasta designada de “Congo (ex-belga): Assalto às nossas Embaixadas - Outras manifestações anti-portuguesas”. Estando disponível para consulta, e mediante requisição prévia, procedeu-se, após autorização, ao registo de imagens dos documentos referentes ao assalto à Embaixada de Portugal em Leopoldville (actual Kinshasa), no Congo, em 1966, que se resumiam, maioritariamente, a recortes de jornais que foram publicados à época. Alguns destes recortes estão incluídos nos anexos desta dissertação, após consentimento da directora do AHD do MNE.

A supramencionada pasta, apesar de título plural, reunia apenas informação sobre o caso da embaixada portuguesa em Leopoldville e não sobre o incidente ocorrido na missão diplomática portuguesa em Haia, na década de setenta, que se sabia ter ocorrido devido às referências encontradas na *web*. Deste modo, e não obtendo quaisquer resultados no catálogo electrónico do AHD, optou-se por fazer a pesquisa, mediante ajuda especializada, no catálogo manual do Arquivo mas que acabaria por se revelar, igualmente, infrutífera.

Entretanto, descobriu-se que a Faculdade de Letras da Universidade do Porto gere o Projecto “Novas Cartas Portuguesas 40 Anos Depois” (divulgado através do seu sítio electrónico e em qual colaboram diversos investigadores, nacionais e internacionais) que fornece sólida informação sobre o caso da invasão da Embaixada de Portugal em Haia, em 1974, assim como disponibiliza, outrossim, um separador de imagens sobre o incidente, duas delas em anexo.

Finalmente, e no concernente ao modo como se realizou a pesquisa de informação relativa aos restantes casos, cabe acrescentar que esta regulou-se, manifestamente, pelos endereços electrónicos atinentes ao assunto em questão, ainda que se tenha optado por um ciberjornalismo de referência. Foi também através da *web* que se conseguiu aceder aos documentos referentes ao processo sobre o célebre caso da Embaixada dos EUA no Irão, em 1979, uma vez que o TIJ os disponibiliza no seu *site*, nomeadamente o Acórdão.

8. Casos de violação a locais de missões diplomáticas permanentes

De forma a tornar mais clara e incisiva a análise dos casos a seguir desenvolvidos, será efectuada uma divisão aos parágrafos 1 e 2 do art.º 22º da CVRD,¹ uma vez que a infracção cometida pelo Estado acreditador poderá ser parcial e não abarcar o sentido total do parágrafo em questão, ainda que quando exista violação esta recaia sobre o parágrafo em geral. Assim, optou-se por dividir os parágrafos da seguinte forma:

1. a) *“Os locais da missão são invioláveis. b) Os agentes do Estado acreditador não poderão neles penetrar sem o consentimento do chefe de missão.”*
2. a) *“O Estado acreditador tem a obrigação especial de adoptar todas as medidas apropriadas para proteger os locais contra qualquer intrusão ou dano b) e evitar perturbações que afectem a tranquilidade da missão ou ofensas à sua dignidade.”*

Relativamente ao parágrafo 1, adoptou-se esta divisão pois, como se verificará durante a análise dos casos, poderá haver violação sem que se assista, obrigatoriamente, à entrada de agentes do Estado acreditador nos locais da missão. Por outro lado, se os agentes do Estado acreditador penetrarem nos locais da missão há, forçosamente, violação. Isto se não existir, naturalmente, o consentimento do chefe de missão. Assim, se há infracção da 2ª parte, há também infracção da 1ª; mas poderá haver infracção da 1ª sem que haja, necessariamente, infracção da 2ª. O mesmo se passa com o parágrafo 2. Se há intrusão, há perturbação que afecta a tranquilidade da missão. No entanto, poderá haver perturbações que afectem a tranquilidade da missão sem que haja, forçosamente, intrusão (invasão/assalto/cerco/atentado). Deste modo, se há infracção da 1ª parte, automaticamente a 2ª parte estará também a ser infringida, porém, poderá haver infracção da 2ª sem que haja infracção da 1ª.

Resta ainda advertir para a conversão automática do parágrafo 2 (1ª parte) no parágrafo 1 (1ª parte), ou seja, quando o Estado acreditador não adopta *“todas as medidas apropriadas para proteger os locais contra qualquer intrusão ou dano”*, na qual se incluem os casos de invasão/assalto/cerco/atentado), tal Estado encontra-se a infringir,

¹ Artigo analisado no ponto 6.3.1.

simultaneamente, a primeira parte do parágrafo 1, que assegura a inviolabilidade das missões acreditadas ao declarar que “*Os locais da missão são invioláveis*”. Assim, uma infracção da primeira parte do parágrafo 2 converte-se, concomitantemente, numa transgressão da primeira parte do parágrafo 1.

8.1. Casos relacionados com Embaixadas portuguesas

8.1.1. Embaixada de Portugal em Leopoldville (actual Kinshasa), Congo² (1966)

*“Agora este repentino e desatinado ataque contra Portugal,
esta agressão selvagem contra a sua Embaixada
e contra os seus representantes diplomáticos”*

Jornal La Vanguardia (Barcelona) 25-09-1966³

a) Contextualização e narração dos factos:

Com o processo da descolonização em África e a consequente independência das velhas colónias europeias, os países africanos mostravam dificuldade em encontrar os caminhos para a estabilidade e para a consolidação. Com o Congo ex-belga a situação não foi diferente, apesar de o general Mobutu representar, “uma esperança de ordem, de ponderação e de responsabilidade”.⁴ Mas, a precipitação de incidentes, tais como o ataque contra a Embaixada de Portugal em Leopoldville⁵, mostrava a insegurança que se vivia no continente negro, confirmando “a permanência da desordem”.⁶

² Estado Signatário da CVRD. Ratificação: 19 de Julho de 1965

³ Anexo 1

⁴ Jornal *La Vanguardia*, Barcelona, 25 de Setembro de 1966 (anexo 1)

⁵ Apesar de, já por esta ocasião, a capital da República Democrática do Congo ter sido renomeada de Kinshasa, continuava a ser mais conhecida como Leopoldville, pelo que se manterá a designação, tal como a maior parte dos documentos do MNE a designa, quando se refere aos acontecimentos ocorridos.

⁶ Jornal *La Vanguardia*, Barcelona, 25 de Setembro de 1966 (anexo 1)

Também a crise entre os governos de Portugal e do Congo se fazia sentir. Escassos dias antes da incursão à embaixada portuguesa, consoante imprensa da época, o governo congolês tinha proibido o tráfego aéreo com Angola⁷, isto porque circulava a informação que a província portuguesa detinha um grupo de mercenários europeus⁸ nas cidades angolanas de Henrique Carvalho e Vila Luso⁹ que se preparava para invadir o Congo,¹⁰ sob o comando do ex-primeiro ministro, Tshombe. Sublinhe-se que a cumplicidade entre Tshombe e Salazar era conhecida, baseada num apoio mútuo de interesses, isto é, enquanto Salazar ajudava aquele dirigente africano a atingir os seus objectivos, Tshombe, por seu turno, apoiava Salazar e a sua política colonial.¹¹ O interesse de Salazar revelava-se claro: reprimir que os ideais liberais que começavam a difundir em África – mais concretamente no Congo – se estendessem às colónias portuguesas, principalmente ao território angolano.

Afirmando estar em condições de comprovar a existência de tais mercenários e respectivas intenções, o Congo viria a denunciar Portugal à ONU,¹² baseando-se no art.º 1º (1) da sua Carta que remete para os objectivos e princípios da Organização, sendo que o principal é a manutenção da paz e da segurança internacionais. A mensagem enviada por Justin Bomboko, (Ministro de Assuntos Exteriores do Congo) ao Conselho de Segurança da ONU, dizia que Portugal, à época, utilizava “o seu território como base de operações para os mercenários recrutados em alguns países europeus”¹³ e que estes eram, posteriormente, enviados para Angola ou Cabinda. Bomboko declarava ainda o envolvimento do ex-primeiro ministro Tshombe, dizendo que os mercenários se encontravam sob a sua liderança, “ao serviço da oposição”, “destinados a derramar sangue congolês para combater as autoridades legais e legítimas do Congo” e para “derrubar o regime do tenente general Joseph D. Mobutu”.¹⁴

⁷ Jornal *La Vanguardia*, Barcelona, 22 de Setembro de 1966 (anexo 2)

⁸ Segundo o jornal *La Vanguardia*, de 22-09-1966, estes mercenários eram treinados em campos especiais no sul de Inglaterra e destinados a servir no Congo

⁹ Jornal *Informaciones*, Madrid, 23-09-1966 (anexo 3)

¹⁰ Jornal *La Vanguardia*, Barcelona, 25 de Setembro de 1966 (anexo 1)

¹¹ Sobre Tshombe, Salazar chegara a escrever o seguinte: “achei-o muito realista, muito bem informado, muito lúcido. No meu espírito, promovi-o a estadista branco”, em NOGUEIRA, Franco, *Salazar - Vol. V, A Resistência (1958-1964)*, Livraria Civilização Editora, Porto, 1984, p. 541

¹² Jornal *Informaciones*, Madrid, 23-09-1966 (anexo 3)

¹³ Idem

¹⁴ Idem

Este protesto oficial congolês diante da ONU afirmava tratar-se de uma situação de “ameaça para a paz mundial” referindo que o dia em que os mercenários atacassem o Congo, aquele Estado se consideraria “automaticamente em estado de guerra com Portugal”.¹⁵ Também o representante permanente do Congo junto das Nações Unidas, Jean Nguza, argumentara, numa carta entregue ao Conselho, que “Portugal, desafiando a opinião mundial e a História”, continuava a manter “a sua anacrônica política de dominação do continente africano”,¹⁶ e decidido a não respeitar a autodeterminação dos povos, prevista na Carta das Nações Unidas.

Foi nesta conjuntura que, no dia 24 de Setembro de 1966, a Embaixada de Portugal em Leopoldville foi invadida e saqueada¹⁷ por um grupo de manifestantes, culminando com o sequestro de três dos seus funcionários. O incidente foi comunicado em vários pontos do globo¹⁸ tratando-se do caso mais grave no respeitante a violações praticadas contra locais de missões diplomáticas portuguesas.

É inegável a importância da imprensa, especialmente nesta época em que os jornais eram poucos. No entanto, a exactidão dos acontecimentos é sempre questionável. Daí a alusão para a relevância da informação como uma das funções da missão diplomática, devidamente tratada no ponto 6.2.2., que remete para a fidedigna transmissão dos acontecimentos de forma a evitar falsas afirmações. Isso constata-se, a título de exemplo, no número de assaltantes à embaixada indicado pelo jornal *La Vanguardia* ao afirmar, categoricamente, que “Quatrocentos congolezes e angolanos irromperam violentamente esta manhã na embaixada portuguesa”.¹⁹ Ora, segundo comunicação mais solene, como o telegrama emitido pelo Ministério do Ultramar,²⁰ o número de invasores não se encontra quantificado o que seria, entenda-se, inexequível devido ao caos do momento, remetendo-se, unicamente, para uma previsão e evitando, assim, falsas acepções.

¹⁵ Idem


¹⁶ Idem

¹⁷ Jornal *Arriba*, Madrid, 27-09-1966 (anexo 4)

¹⁸ (v. anexos 5 e 6)

¹⁹ (v. anexo 7)

²⁰ Encontra-se na pág. seguinte



MINISTÉRIO DO ULTRAMAR
GABINETE DO MINISTRO

13-16

699 /D/6/7
AJ/MN
SECRETO

AO GABINETE DOS NEGÓCIOS POLÍTICOS

1246	28/9/66
P. 4. 4-4-13.16	



28.9.66
abj


Em 26 de Setembro de 1966

Por determinação de Sua Excelência o Ministro, transmite-se o seguinte telegrama do Governo-Geral de Angola emitido em 24 e recebido hoje neste Gabinete:

"Em confirmação das minhas comunicações telefónicas, a Embaixada em Kinshasa foi assaltada hoje entre 0900 e 0915 por multidão superior a 100 pessoas. O recheio foi destruído e roubado, as viaturas também danificadas. Os assaltantes levaram o Doutor Ressano Garcia, Doutor Milheirão e funcionária num táxi depois de espancados. Os três elementos referidos foram recuperados pela polícia e levados para o Hospital. Já regressaram à embaixada não estando muito feridos. O Doutor Lorena escapou à multidão e foi ao MNE apresentar protesto, mas só falou ao Chefe de Gabinete. O Decano do Corpo Diplomático pediu também audiência ao MNE. Ressano Garcia refere que os assaltantes falavam francês e dialecto local. Outro funcionário da embaixada julga serem angolanos. Julga-se que não foram roubados arquivos. Estando destruído o recheio não podem os diplomatas ficar no edifício durante a noite. O edifício está guardado pela polícia do exército. Segundo notícia obtida no local está prevista para amanhã uma manifestação contra a Colónia Portuguesa."

A bem da Nação

O CHEFE DO GABINETE,


(Nuno Matias Ferreira)

(Telegrama retirado da pasta "Congo (ex-belga): Assalto às nossas Embaixadas – Outras manifestações anti-portuguesas" pertencente ao AHD do MNE)

b) Análise/Constatação de infracção do artigo 22º da CVRD

Após a narração dos factos pretende-se discutir em que medida o Estado acreditador, ou seja, a República Democrática do Congo, infringiu as suas obrigações internacionais. Para tal, o art.º 22º da CVRD é rapidamente evocado uma vez que remete, precisamente, para a inviolabilidade dos locais da missão diplomática, consoante analisado. Recorde-se que o art.º 22º é composto por três parágrafos sendo que, no caso em questão, a transgressão foi extensível aos dois primeiros:

1. *“Os locais da missão são invioláveis. Os agentes do Estado acreditador não poderão neles penetrar sem o consentimento do chefe de missão.”*
2. *“O Estado acreditador tem a obrigação especial de adoptar todas as medidas apropriadas para proteger os locais contra qualquer intrusão ou dano e evitar perturbações que afectem a tranquilidade da missão ou ofensas à sua dignidade.”*

Poder-se-á começar por invocar o parágrafo 1 que, logo no seu início, conforme supradito, é claro ao prever que *“Os locais da missão são invioláveis.”* Assim, a partir do momento em que se esteja face a uma incursão, face a um acesso forçado e indesejado a um posto diplomático, como a situação ocorrida na Embaixada de Portugal em Leopoldville, no Congo, em 1966, considera-se estar perante uma transgressão àquela que é a prerrogativa mais importante do estatuto dos locais da missão diplomática: a sua inviolabilidade. Deste modo, constata-se que a República Democrática do Congo infringiu a primeira parte do parágrafo 1 do art.º 22º da CVRD.

No respeitante ao parágrafo 2, que assegura que o Estado acreditador tem a obrigação de garantir *total* protecção bem como condições para promover a tranquilidade das missões que se encontram acreditadas no seu território foi, neste caso, integralmente transgredido, uma vez que o Congo não adoptou, tal como lhe incumbia, todas as medidas de protecção adequadas para proteger a Embaixada de Portugal nem conseguiu evitar as perturbações que vieram a afectar a tranquilidade desta incorrendo, assim, em incumprimento internacional.

Convém sublinhar que mesmo no caso de o Congo ter utilizado todos os seus recursos para evitar que a invasão acontecesse, estes não foram suficientes para assegurar a devida protecção ao local. Era da responsabilidade do Estado congolês garantir a protecção absoluta à missão diplomática portuguesa de maneira a evitar que esta fosse invadida, destruída e saqueada. A República Democrática do Congo só estaria isenta de responsabilidade internacional se tivesse efectuado um comunicado, neste caso ao Estado português, prevendo e assumindo a sua falta de condições para garantir a inteira protecção do local. Não acontecendo, cometeu, automaticamente, mais uma violação ao art.º 22º.

Além da clara violação do art.º 22º, conforme observado, e sobre o qual gera todo o enfoque desta dissertação, convém referir (ainda que não seja objecto de análise) que a imunidade do agente diplomático, prevista pelo art.º 29º da CVRD, foi igualmente infringida, uma vez que o Encarregado de Negócios e o Primeiro Secretário, conforme comunicado pelo telegrama e pelo jornal *La Vanguardia*,²¹ foram vítimas de agressão e sequestro.

8.1.2. Embaixada de Portugal em Haia, Holanda²² (1974)

Apesar de não se ter revestido da gravidade do caso supramencionado,²³ sendo que não se verificou, neste caso, destruição, roubo e agressão aos membros do pessoal da missão, a manifestação e ulterior invasão à missão diplomática portuguesa em Haia, em 1974,²⁴ por um grupo de feministas que subiu ao telhado do edifício da chancelaria com o propósito de apoiar as “*Três Marias*”, não deixa de ser considerada uma violação do art.º 22º da CVRD.

²¹ (v. anexo 7)

²² Estado Signatário da CVRD. Ratificação: 7 de Setembro de 1984

²³ Em contrapartida, a cobertura por parte da comunicação internacional (*The Times*, *Le Nouvel Observateur*, etc), relativamente à génese que propiciou a manifestação e consequente invasão à Embaixada de Portugal em Haia, atingiu “proporções inimagináveis”. Informação disponível em: <http://www.novascartasnovas.com/historia.html>

²⁴ (v. anexo 8)

As “*Três Marias*” tratavam-se de três escritoras portuguesas (Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa) que, em 1972, num contexto de repressão em Portugal – durante o Estado Novo – publicaram o livro *Novas Cartas Portuguesas*²⁵ que abordava temas proibidos e censurados, tais como a guerra colonial, o aborto, a violação, o adultério, ou “a questão da mulher enquanto sujeito do desejo”.²⁶ Apesar da promessa de uma abertura política com a morte de Salazar, em 1970, o governo de Marcelo Caetano continuava “a praticar uma idêntica governação ditatorial e repressiva, alheia aos processos de descolonização e às lutas pelos direitos cívicos que haviam eclodido durante toda a década de sessenta na Europa e nos Estados Unidos da América.”²⁷ É neste contexto que surgem as manifestações feministas de apoio ao caso que viria a ficar conhecido como “*Três Marias*”, isto após a apreensão da obra e do processo judicial instaurado às três autoras movido pelo próprio Estado português e com julgamento iniciado em Outubro de 1973. Contudo, e “após sucessivos incidentes e adiamentos”,²⁸ este processo “não teria lugar devido à Revolução de Abril”.²⁹

Esta invasão à embaixada portuguesa na Holanda, no ano de 1974, embora tenha adquirido contornos pouco expressivos, como referido, no sentido de não provocar danos assinaláveis e evitando, dessa forma, reivindicações no que a indemnizações diz respeito, foi, manifestamente, uma infracção ao art.º 22º da Convenção de Viena de 1961, uma vez que a inviolabilidade outorgada aos locais de missão diplomática não foi respeitada.³⁰ O Estado acreditador, ou seja, o Reino dos Países Baixos, materializado

²⁵ BARRENO, Maria Isabel; HORTA, Maria Teresa; COSTA, Maria Velho da, *Novas Cartas Portuguesas* - Edição anotada (Organização de Ana Luísa Amaral), Publicações Dom Quixote, Alfragide, 1998. Edição *online*, disponível em: <https://books.google.pt/books?isbn=9722056298>

²⁶ Disponível na página do CES (Centro de Estudos Sociais) da Universidade de Coimbra, em: <https://ces.uc.pt/pt/agenda-noticias/agenda-de-eventos/2014/novas-cartas-portuguesas-1972-e-significado>

²⁷ Informação disponível em <http://www.novascartasnovas.com/historia.html>, site intitulado de “Projecto - *Novas Cartas Portuguesas* 40 Anos Depois”, cujo objectivo consiste na divulgação da investigação desenvolvida em Portugal (e noutros países ocidentais), em torno das *Novas Cartas Portuguesas*.

²⁸ Idem

²⁹ Idem

³⁰ A Holanda, à altura do incidente, ainda não era um Estado Parte da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, sendo considerada, portanto, como um «*terceiro Estado*», conforme a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (CVDT), de 1969, “*designa um Estado que não é Parte no tratado*” (art.º 2º, alínea h). Portanto, a Holanda, como terceiro Estado, não poderia ter sido responsabilizada pelo incumprimento de um artigo referente a uma Convenção à qual não se encontrava vinculada, como declara, de resto, a CVDT, no art.º 34º, ao declarar que “*Um Tratado não cria obrigações nem direitos para um terceiro Estado sem o consentimento deste*”. Seria somente a partir de 7 de Setembro de 1984, altura em que ratificou a CVRD, que o Estado holandês poderia ser imputado de responsabilidade de violação ao art.º 22º da referida Convenção. Porém, as relações de amizade com Portugal vinham de longe e foi em Haia, precisamente, que Portugal estabeleceu uma das suas primeiras

através das suas forças de segurança, não prestou a devida protecção à embaixada portuguesa permitindo que o grupo de manifestantes irrompesse pelas instalações desta missão diplomática. Poder-se-ia mesmo apontar para um total incumprimento do parágrafo 2 do art.º 22º: a ineficácia por parte das forças de segurança holandesas em travar as manifestantes de invadir aquele espaço e, numa primeira fase, a incapacidade destas em não conseguir pôr termo à manifestação.

As manifestações, por si só, não são interditas, tratando-se, antes, conforme consignado, de um exercício dos direitos fundamentais, de liberdade de expressão. Porém, foi também já referenciado que, tratando-se de manifestações demasiado ruidosas, prolongadas ou que dificultem o acesso aos locais da missão representada, são consideradas como perturbações e desordem uma vez que afectam o normal funcionamento da missão diplomática. Por estas razões, não são admitidas. Deste modo, e considerando que tal manifestação se praticou nos termos descritos, as forças de segurança holandesas tinham a obrigação de ter findado com a mesma, de forma a “evitar perturbações que afectem a tranquilidade da missão ou ofensas à sua dignidade”, conforme prevê a segunda parte do parágrafo 2.

Tem-se vindo a aludir para o total incumprimento do parágrafo 2 da CVRD por parte do Estado holandês. Contudo, também o parágrafo 1 terá sido, evidentemente, infringido, pois é este que garante, no sentido mais preciso, a inviolabilidade concedida aos espaços destinados às missões diplomáticas ao prever, logo no seu início, que “*Os locais da missão são invioláveis*”. Ora, ao efectivar-se uma invasão ao local da missão diplomática portuguesa em Haia, o Estado holandês encontrar-se-ia também a transgredir, em parte, o parágrafo 1 do art.º 22º da CVRD.

representações diplomáticas permanentes logo após a Restauração da Independência, em 1642 (assunto aludido no ponto 3). Neste sentido, Portugal, ao estabelecer uma missão diplomática em território holandês, esperava ver os seus direitos e interesses salvaguardados o que se aplicaria *ipsis verbis* a uma missão diplomática holandesa que se estabelecesse em território português. Ainda que o Estado holandês não fosse um Estado Parte da CVRD à época, como aludido, não estaria, no entanto, isento de responsabilidade internacional, baseada no costume das relações diplomáticas que já há muito que previa a inviolabilidade dos locais da missão diplomática. Para efeitos desta dissertação – já que este incidente se trata de um dos casos (entre apenas dois, pelo menos conhecidos) cuja inviolabilidade das embaixadas portuguesas foi infringida (após a codificação do direito diplomático) – e de forma a proceder-se a uma análise mais concisa, optou-se por analisar o caso com base na infracção do art.º 22º da CVRD não esquecendo, todavia, que para efeitos jurídicos a CVRD não se poderia aplicar ao Estado holandês.

Em síntese, e considerando que à época deste incidente a Holanda era um Estado Parte da Convenção de Viena de 1961, julga-se que o Estado holandês tenha entrado em incumprimento com as suas obrigações internacionais ao infringir os parágrafos 1 e 2 – de forma parcial e integral, respectivamente – do art.º 22º da CVRD.

8.2. Casos perpetrados em território português

8.2.1. Embaixada de Espanha em Lisboa, Portugal³¹ (1975)

A 27 de Setembro de 1975, o Palácio de Palhavã³², em Lisboa, local da Embaixada de Espanha, foi alvo de invasão, assalto e incêndio provocados por um grupo de manifestantes portugueses de extrema-esquerda que protestava contra a execução de cinco fuzilamentos – de cinco militantes antifranquistas – no país vizinho.³³ Recorde-se que a Espanha, à época, vivia sob o regime de Franco que via com grande preocupação o fim da ditadura portuguesa, receando que a democracia se alastrasse ao seu território.

Foi neste ambiente de choque de ideologias políticas que o grupo, em protesto contra as execuções, tomou de assalto o Palácio de Palhavã, destruindo o seu recheio (desde estátuas neoclássicas a obras de arte cedidas pelo Museu do Prado) e provocando um incêndio, naquela que era uma das delegações diplomáticas espanholas mais importantes na Europa. Francisco Franco acabaria por encerrar as fronteiras e suspender as relações diplomáticas com Portugal. O caso não chegaria a tomar outros contornos³⁴

³¹ Estado Signatário da CVRD. Ratificação: 11 de Setembro de 1968

³² Construído no séc. XVI para servir de residência aos filhos bastardos de D. João V.

³³ (v. anexo 9)

Informação disponível nas páginas: <http://media.rtp.pt/memoriasdarevolucao/acontecimento/o-significado-do-assalto-a-embaixada-de-espanha/> e <https://observador.pt/2018/04/26/el-mundo-recorda-a-noite-em-que-a-embaixada-espanhola-em-lisboa-ardeu/>

³⁴ Neste caso, não se verificaria o princípio da reciprocidade. Como afirma Margarida Martins em *Direito Diplomático e Consular*, Universidade Lusíada Editora, Lisboa, 2011, p. 81, “O direito diplomático é um direito que, por excelência, se funda na reciprocidade”, ou seja, as medidas adoptadas pelo Estado acreditador relativamente ao Estado acreditante são, normalmente, em igual proporção, as mesmas medidas que o Estado acreditante adopta para com o Estado acreditador. Deu-se como exemplo, no ponto 3.2., o incidente diplomático em Madrid, em 1735, quando a casa do embaixador Pedro Álvares Cabral foi invadida por soldados e que, perante tal ocorrência, D. João V resolveu adoptar as mesmas medidas,

uma vez que o Governo português emitiu, apressadamente, um pedido de desculpas oficial, garantindo a total recuperação do Palácio.³⁵

Mais uma vez, consoante o explanado, é claramente perceptível estar-se perante mais uma infracção do art.º 22º da CVRD, ao mesmo tempo que as razões de tal violação se prendem, novamente, e à semelhança dos casos analisados, com manifestação seguida de invasão. Portanto, novamente os parágrafos 1 e 2 a serem transgredidos.

Tem-se vindo a aludir para a obrigação do Estado acreditador em evitar que a missão acreditada seja alvo de perturbações que afectem a sua tranquilidade, sendo que a maior parte destes tumultos, normalmente, se traduzem em manifestações, como o caso em questão. Também foi já referenciado e aclarado, no caso anterior, que as manifestações só são consideradas interditivas quando excessivamente ruidosas, prolongadas ou quando limitam o acesso ao local da missão acreditada, o que se crê ter acontecido neste caso. Deste modo, como as forças de segurança não intervieram convenientemente, evitando que a missão diplomática espanhola fosse afectada na sua tranquilidade, considera-se que o Estado português tenha falhado com a sua obrigação internacional.

Posteriormente, também ao não proteger, devidamente, a Embaixada de Espanha de uma invasão e ulterior incêndio, Portugal voltaria a incorrer na infracção do parágrafo 2 do art.º 22º da CVRD quando este assevera que “*O Estado acreditador tem a obrigação especial de adoptar todas as medidas apropriadas para proteger os locais contra qualquer intrusão ou dano*”. Assim sendo, o Estado acreditador – neste caso o Estado português – tinha uma “obrigação de resultado”³⁶ para com o Estado espanhol de forma a evitar que tal incidente ocorresse. Somente através de comunicação oficial, assumindo a sua falta de condições, é que Portugal se poderia ter ilibado de tal obrigação.³⁷

Atribui-se, pois, total incumprimento do parágrafo 2 ao Estado português. Nesse sentido, também o parágrafo 1, ao decretar na sua primeira frase que “*Os locais da*

isto é, também a embaixada de Espanha em Lisboa foi palco de uma invasão levada a cabo por soldados portugueses.

³⁵ Como se verificou, aliás, no ponto 6.3.1., ser prática habitual do Estado receptor assumir a obrigação relativamente ao pagamento de indemnizações por danos causados às missões que se encontrem acreditadas no seu território.

³⁶ Expressão atribuída por Jaime Valle em *Direito Diplomático e Consular I*, AAFDL Editora, Lisboa, 2017, p. 45

³⁷ Consoante elucidado em 6.3.1.

missão são invioláveis” foi, ainda que de forma parcial, automaticamente, transgredido, uma vez que, se há invasão, há violação e esta, por sua vez, contraria a inviolabilidade prevista pelo parágrafo 1. Face ao exposto, constata-se que Portugal violou o art.º 22º da CVRD, concretamente os seus dois primeiros parágrafos.

8.2.2. Embaixada da Turquia em Lisboa, Portugal³⁸ (1983)

Foi a 27 de Julho de 1983 que Embaixada da Turquia em Lisboa foi alvo de um atentado terrorista que fez sete vítimas mortais. Uma viatura, com cinco terroristas arménios, fora projectada contra os portões da Embaixada na tentativa de forçar a entrada. Um deles foi atingido pela segurança e teve morte imediata. Os restantes refugiaram-se na residência oficial que ficava contígua à Embaixada, fazendo reféns a mulher e o filho do Encarregado de Negócios turco. Foi chamado ao local, entretanto, um agente da PSP³⁹ para tentar negociar com o grupo de origem arménia mas, logo após a entrada do agente na residência deu-se uma violenta explosão⁴⁰ – ao que parece, tinham sido detonados, acidentalmente, os explosivos deixados pelos terroristas no 1º andar do edifício – acabando por morrer o agente da PSP, os quatro terroristas e a mulher do Encarregado de Negócios. O atentado foi reivindicado mais tarde, em Paris, pelo Exército Revolucionário Arménio que exigia que a Turquia reconhecesse a sua responsabilidade pelo genocídio do seu povo, em 1915.⁴¹

Ao fazer-se a análise da evidente transgressão dos parágrafos 1 e 2 do art.º 22º da CVRD por parte do Estado português convém aclarar a seguinte situação: o dever de protecção por parte das forças de segurança portuguesas à Embaixada da Turquia foi prestado, quando tentaram impedir a entrada forçada do grupo de terroristas que

³⁸ Estado Signatário da CVRD. Ratificação: 11 de Setembro de 1968

³⁹ Procedimento que, mais tarde, viria a ser criticado pelo facto do agente da PSP ter entrado sozinho quando o Grupo de Operações Especiais (GOE), recentemente criado, tinha sido treinado, precisamente, para intervir neste tipo de situações o que viria a acontecer logo a seguir à explosão que se deu no local. Foi neste contexto que o GOE entrou em acção pela primeira vez.

⁴⁰ (v. anexo 10)

⁴¹ Informação retirada das páginas: <https://www.publico.pt/2001/09/22/jornal/portugal-foi-palco-de-atentados-terroristas-nos-anos-80-162057> e <https://sicnoticias.sapo.pt/programas/perdidos-eachados/2011-06-08-ataque-a-embaixada>

utilizava uma viatura para tal intento (alvejando e matando um deles). No entanto, por outro lado, essa protecção não se mostrou eficaz e apropriada pois o grupo de cidadãos arménios conseguiu penetrar na residência oficial do Chefe de Missão. Nesse sentido, considera-se que o Estado português, corporalizado através das forças de segurança, ao não conseguir adoptar as medidas adequadas para proteger, integralmente, os locais da missão diplomática turca (mais concretamente a residência do Encarregado de Negócios turco) resultando num ataque terrorista fatal, transgrediu o parágrafo 2 do art.º 22º da CVRD.⁴² Convém aqui recordar que a residência do chefe da missão, conforme já abordado, é parte integrante dos designados “locais da missão”⁴³ abrangidos pela CVRD e, como tal, consoante advoga o parágrafo 1 do art.º 22º, é igualmente inviolável, sendo passível da mesma protecção legada à chancelaria.

Viu-se, nos casos anteriormente analisados, que quando o Estado acreditador viola a primeira parte do parágrafo 2 do art.º 22º da Convenção de Viena de 1961 encontra-se a infringir, simultaneamente, a primeira parte do parágrafo 1. Contudo, a segunda parte deste parágrafo não incide sobre esta conversão automática, sendo que prevê uma situação em que a infracção por parte dos Estados acreditadores é menos frequente, ou seja, só acontece quando os agentes do Estado acreditador penetram nos locais da missão sem a aprovação do seu chefe. Neste atentado à Embaixada da Turquia em Lisboa, não se sabe ter existido consentimento expresso do Chefe de Missão em autorizar os agentes do Estado português, nomeadamente a PSP e o GOE, de penetrarem nas suas instalações. Relembre-se que tanto a doutrina como a prática estadual têm manifestado alguma abertura relativamente à intervenção dos agentes do Estado acreditador nos locais da missão sem a permissão do seu chefe. Isto acontece quando se trata de situações de perigo eminente para a integridade física, como são os casos de incêndio, catástrofe natural ou atentado e que não se possa obter, em tempo útil, tal consentimento, ou no caso do chefe de missão estar incontactável. Ainda assim, o consentimento não deve ser dispensado.

⁴² Refira-se, uma vez mais, à semelhança de outros casos já analisados, que a única forma de Portugal se isentar de responsabilidade internacional seria enviar um comunicado oficial à Turquia dizendo que não possuía meios para garantir total protecção à sua missão diplomática.

⁴³ O art.º 1º, i), da CVRD entende que os “«Locais da missão» são os edifícios, ou parte dos edifícios e terrenos anexos, seja quem for o seu proprietário, utilizados para as finalidades da missão, inclusive a residência do chefe da missão”.

Ora, apesar da intervenção da PSP e do GOE ser encarada como uma operação de cariz benevolente, uma vez que se tratou de uma operação de salvamento/resgate da mulher e do filho do Chefe de Missão, o Estado português, ao não ter o consentimento deste último, infringiu, na íntegra, o parágrafo 1 do art.º 22º da CVRD. Face ao exposto, Portugal incorreu em incumprimento internacional ao violar, integralmente, os parágrafos 1 e 2 da CVRD.

8.2.3. Embaixada dos EUA em Lisboa, Portugal⁴⁴ (1986)

Em Fevereiro de 1986 o átrio da Embaixada dos EUA em Lisboa era palco de uma explosão. Uma bomba, que se encontrava no interior de uma das viaturas pertencente àquela missão diplomática, fora detonada. Conforme informação da época, o engenho explosivo terá sido colocado no porta-bagagens do carro quando um funcionário de segurança da Embaixada se encontrava num hotel da capital. O tal engenho explosivo estaria, ao que tudo indica, programado para rebentar cerca de uma hora depois de ter sido introduzido no veículo. Segundo o noticiado, não estaria nos planos deste funcionário regressar à Embaixada durante esse período e só o terá feito porque se esquecera de algo, levando assim a crer que a bomba estaria destinada a vitimar o ocupante do automóvel e só explodira na Embaixada por mero acaso. Chegou-se a constar que o funcionário de segurança da Embaixada tratava-se, na realidade, de um agente da *Central Intelligence Agency* (CIA), o que levou a essas mesmas fontes a acreditarem que as FP-25⁴⁵ pudessem estar na base deste acto.⁴⁶ Felizmente, os seguranças da Embaixada, ao procederem à inspecção da viatura à entrada desta no local (considerado procedimento comum neste tipo de missões), verificaram que um objecto estranho se encontrava no porta-bagagens ao mesmo tempo que notaram que a

⁴⁴ Estado Signatário da CVRD. Ratificação: 11 de Setembro de 1968

⁴⁵ As Forças Populares 25 de Abril, as FP-25, foram uma organização armada clandestina de extrema-esquerda que, entre 1980 e 1987, operou em Portugal. Estas Forças Populares actuavam face a situações que imiscuíssem com o seu descontentamento relativamente à evolução política do país, assente num sistema parlamentar de base partidária e ao qual prefeririam um sistema de assembleias e conselho, modelo de democracia popular. As FP-25 assumiam-se, também, contra a participação de Portugal no grupo dos países alinhados durante a Guerra Fria, uma vez que não apoiavam o sistema político dos dois blocos protagonistas (EUA-capitalismo; URSS-socialismo). Daí a associação deste incidente às FP-25.

⁴⁶ Informação retirada do Jornal Expresso, sábado 22 de Fevereiro de 1986, p. 5

fechadura estaria danificada. A explosão danificaria, totalmente, o veículo⁴⁷ mas sem causar danos pessoais.

Torna-se aqui necessário esclarecer uma questão para se proceder à análise deste caso: apesar de o atentado não ter sido arquitetado contra a Embaixada dos EUA foi no local desta missão diplomática que o mesmo ocorreu. Assim, a partir do momento em que acontece “*qualquer intrusão ou dano*” nos locais destinados às missões acreditadas – como este caso em que a explosão de uma bomba causou danos a uma das viaturas da Embaixada – é o Estado acreditador que incorre em incumprimento internacional, independentemente de ter tomado todas as medidas de que dispõe, conforme assegura o parágrafo 2 do art.º 22º. Apesar da natureza impensável do ocorrido, Portugal não deixou de praticar uma transgressão ao referido parágrafo.

Também o parágrafo 1 do art.º 22º é, imediatamente, invocado, pois é este que garante, nos termos mais precisos, a inviolabilidade destes locais ao asseverar que “*Os locais da missão são invioláveis*”. Apesar de a explosão ter ocorrido no exterior do edifício daquela missão diplomática, também o terreno circundante é parte integrante dos espaços delegados à missão, senão confira-se a alínea i) do art.º 1º da CVRD. Neste sentido, a inviolabilidade que deveria ter sido outorgada à Embaixada dos EUA foi infringida, verificando-se, aqui, por parte do Estado português, uma transgressão à primeira parte do parágrafo 1. Em síntese, e face às violações cometidas contra o art.º 22º da CVRD, concretamente dos seus parágrafos 1 e 2, considera-se que o Estado português não cumpriu com as suas obrigações internacionais.

⁴⁷ (v. anexo 11)

8.3. Casos relativos a outros Estados

8.3.1. Embaixada dos EUA em Teerão, Irão⁴⁸ (1979)

a) Narração dos factos:

Talvez a mais conhecida e aparatosa⁴⁹ violação de imunidade diplomática, praticada contra locais de missão, tenha acontecido com a invasão e apreensão (precedidas de acesa manifestação)⁵⁰ da Embaixada dos EUA em Teerão,⁵¹ no dia 4 de Novembro de 1979, por um grupo de estudantes revolucionários iranianos em retaliação ao apoio dos EUA ao Xá deposto,⁵² fazendo reféns todos os membros da missão⁵³ e cidadãos americanos que se encontravam nos locais, apropriando-se, também, dos bens e arquivos daquela missão. Cinquenta e duas pessoas foram mantidas como reféns durante 444 dias⁵⁴ e foram libertadas, somente, após a posse do novo presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan.⁵⁵

⁴⁸ Estado Signatário da CVRD. Ratificação: 3 de Fevereiro de 1965

⁴⁹ Tendo sido, inclusivamente, inspiração para a realização do filme *Argo*, banido no Irão.

⁵⁰ (v. anexo 12)

⁵¹ Incluindo os seus consulados em Tabriz e Shiraz

⁵² A Revolução Islâmica, que desenrolou em plena Guerra Fria, desencadeou-se devido ao regime autoritário do Xá Reza Pahlevi que era acusado de depender dos poderes ocidentais. Ayatollah Khomeini foi o seu opositor mais directo. Nasceu no Irão e dedicou-se aos estudos teológicos. Mas, os seus discursos inflamados contra o Xá, em 1963, levaram a uma série de motins e à detenção do próprio Ayatollah. Esteve no exílio na Turquia e no Iraque (de onde foi deportado para França). Regressaria ao Irão, em 1979, para abraçar a revolução em curso, tornando-se o Líder Supremo da República Islâmica. Ayatollah Khomeini “incitava os mais desfavorecidos à luta contra a injustiça social e ao estabelecimento de governos islâmicos que contrapusessem a influência do Ocidente”. Em Fevereiro de 1979, as forças revolucionárias depuseram o Xá (que fugiu para os EUA) e assumiram o controlo do governo. A 1 de Abril de 1979, o Irão foi declarado oficialmente República Islâmica, cuja autoridade suprema era o chefe e guia religioso Ayatollah Khomeini. Ficou assim conhecido como o pai da República Islâmica e foi uma das figuras mais importantes do séc. XX. Em https://www.janusonline.pt/arquivo/2007/2007_4_5_1.html

⁵³ Um grupo de 6 americanos terá ainda conseguido fugir refugiando-se na residência do Embaixador do Canadá. Mais tarde, sob disfarce e com passaportes canadianos falsos, terão conseguido enganar a segurança do aeroporto e, desta forma, regressar aos EUA. Como consequência, as relações diplomáticas entre o Canadá e o Irão deterioraram-se e a sua embaixada foi encerrada, sendo reaberta anos mais tarde.

⁵⁴ Jimmy Carter, então Presidente dos EUA, ainda tentou pôr em marcha uma operação especial – *Eagle Claw* – para resgatar os reféns. Mas a operação foi abortada após várias avarias nos helicópteros que culminou com a morte de alguns dos elementos da equipa de resgate.

⁵⁵ ROBERTS, Ivor, *Satow's Diplomatic Practice*, Oxford University Press, UK, 2012, p. 235.

Era dever do Irão proteger a representação diplomática americana que se encontrava acreditada no seu território, conforme decreta o art.º 22º, nº2, da CVRD. Porém, tal protecção não foi efectuada. Foi nesse sentido que os EUA apresentaram, a 29 de Novembro de 1979, ao Tribunal Internacional de Justiça⁵⁶ (doravante TIJ) uma petição para que se tomassem as medidas provisórias necessárias de forma a salvaguardar os seus direitos, em conformidade com o art.º 41º do Estatuto daquele Tribunal.

b) Caso EUA vs. Irão (TIJ)

No seu pedido para a indicação de medidas provisórias de protecção, o Governo dos EUA declarava que o Irão deveria proceder à libertação de todos os reféns (quer dos membros da missão, quer dos restantes cidadãos americanos que tivessem sido sequestrados); à restituição das instalações da sua embaixada (e consulados); e ao pagamento de reparações pelas várias violações cometidas. Estas medidas visavam, assim, preservar “o direito dos seus cidadãos à vida, à liberdade, à protecção e à segurança; o direito de inviolabilidade, imunidade e protecção para todos os membros da missão; e o direito de inviolabilidade e protecção baseado nos princípios das relações diplomáticas e consulares”.⁵⁷

A 15 de Dezembro de 1979, ao requerimento dos EUA para a indicação de medidas cautelares, o TIJ indicou que se procedesse à libertação imediata dos reféns e ao restabelecimento das instalações da embaixada.⁵⁸ Por despacho do Presidente daquele Tribunal, a 24 de Dezembro, foram fixadas as datas de 15 de Janeiro de 1980 e 18 de Fevereiro de 1980 como o prazo limite para a apresentação do *Memorial* dos EUA e do *Counter-Memorial* do Irão, respectivamente, podendo esta última ser passível de

⁵⁶ O Tribunal Internacional de Justiça é o principal órgão judicial das Nações Unidas pelo que os Estados membros se submetem, perante requerimento apresentado por uma das partes, à sua sentença “definitiva e inapelável.” (art.º 60 do Estatuto).

⁵⁷ Em *Request for the indication of provisional measures of protection submitted by the government of the United States of America*, 29 November 1979, p. 11, parágrafo 3, disponível no site do Tribunal Internacional de Justiça (em inglês, *International Court of Justice - ICJ*) em <http://www.icj-cij.org/files/case-related/64/064-19800524-JUD-01-00-EN.pdf>

⁵⁸ Em *Overview of the case*, disponível em <http://www.icj-cij.org/en/case/64>

alguma flexibilidade, se acaso o Irão nomeasse um agente com o propósito de comparecer perante o Tribunal para expor as respectivas observações sobre o caso.

Refira-se que nesta fase dos articulados,⁵⁹ o *Memorial* (ou memória) dos EUA foi apresentado dentro do prazo estabelecido e comunicado ao Governo do Irão como estabelece, de resto, o art.º 43, n.º4, do Estatuto do TIJ (ETIJ). Em contrapartida, nenhum *Counter-Memorial* (ou contramemória) foi apresentado pelo Governo do Irão, “nem nomeado qualquer agente, nem registado qualquer pedido para reconsideração do prazo estipulado”, consoante se pode ler no Acórdão relativo ao caso, proferido pelo TIJ a 24 de Maio de 1980.⁶⁰ Também nas audiências públicas,⁶¹ realizadas nos dias 18, 19 e 20 de Março, o Governo do Irão não se fez representar. Foram, entretanto, enviadas duas comunicações ao TIJ por parte do Governo do Irão alegando que o Tribunal desconhecia as acções de natureza criminosa levadas a cabo pelos EUA naquele Estado pelo que não deveria considerar o caso.⁶²

Nas suas alegações, o Governo dos EUA declarou que o Governo da República Islâmica do Irão ao permitir, “tolerando, encorajando, adoptando”, a conduta descrita na Declaração dos Factos, “violou as suas obrigações legais internacionais para com os EUA”, tendo infringido a CVRD; a CVRC; o Tratado de Amizade, Relações Económicas e Direitos Consulares entre os dois países; assim como a Convenção sobre a Prevenção e Punição de Crimes Contra Pessoas Internacionalmente Protegidas, Incluindo os Agentes Diplomáticos.⁶³

No concernente à CVRD, os EUA alegaram que o Irão tinha violado vários dos seus artigos, concretamente os artigos 22º, 24º, 25º, 26º, 27º, 29º, 31º, 37º, 44º e 47º. O art.º 22º, relativo à inviolabilidade dos locais da missão diplomática será, porém, analisado separadamente no próximo ponto, uma vez que se prende com o tema central desta

⁵⁹ Conforme Jorge Bacelar Gouveia em *Manual de Direito Internacional Público*, Almedina, 5ª Edição, Coimbra, 2017, p. 746, “A fase dos articulados compreende (...) o princípio do contraditório, dada a possibilidade de cada parte contestar o entendimento da outra, evidenciando-se os documentos da memória e da contramemória”.

⁶⁰ O Acórdão do caso (United States of America v. Iran) está disponível em <http://www.icj-cij.org/files/case-related/64/064-19800524-JUD-01-00-EN.pdf>

⁶¹ Os processos constam de duas fases, como prevê o Estatuto: “uma escrita e outra oral” (art.º 43, n.º1)

⁶² Em *Overview of the case*, disponível em <http://www.icj-cij.org/en/case/64>

⁶³ Adoptada em Nova Iorque a 14 de Dezembro de 1973.

dissertação. Quanto ao art.º 24º,⁶⁴ este foi evocado nas alegações dos EUA devido ao facto dos manifestantes, ao invadirem os locais da missão, se terem apropriado dos documentos neles contidos, violando o preceito que “*os arquivos e documentos da missão são invioláveis, em qualquer momento e onde quer que se encontrem*”.

Similarmente aos locais da missão diplomática permanente, também a pessoa do agente diplomático goza de imunidades e privilégios.⁶⁵ “O agente não pode ser detido ou preso, sendo que o Estado de acolhimento deve respeitar a sua pessoa, liberdade e dignidade”.⁶⁶ Ao ter existido uma clara violação da imunidade do agente diplomático,⁶⁷ também os artigos da CVRD referentes ao assunto (artigos 29º, 31º, 37º e 44º) foram, evidentemente, invocados pelos EUA no seu *Memorial*.

O Governo dos EUA reivindicava, ainda, a infracção dos artigos 25º, 26º e 27º por parte do Estado iraniano. As “facilidades para o desempenho das funções da missão”, previstas pelo art.º 25, não foram concedidas por este enquanto Estado acreditador. Ao proibir os membros da missão do acesso à “liberdade de circulação e trânsito” entrara em incumprimento do art.º 26º. Ao impedir “a livre comunicação da missão” transgrediu o art.º 27º. Além de todas estas violações, os EUA acusavam, ainda, a República Islâmica do Irão de “discriminação”, reclamando para a infracção do art.º 47º.

No julgamento sobre o caso, a 24 de Maio de 1980, o TIJ concluiu que o Irão tinha violado (e continuava a violar) as suas obrigações para com os EUA – assentes nas convenções em vigor entre os dois Estados – bem como as normas do Direito Internacional. Nesse sentido, o Governo iraniano ficava obrigado a garantir a imediata libertação dos reféns, a restituir as instalações da embaixada e a pagar as reparações pelos danos causados ao Governo dos EUA. Todavia, como consta no resumo do caso, o TIJ “não foi chamado a proferir mais uma sentença sobre a reparação do dano causado

⁶⁴ Abordado no ponto 6.3.2.

⁶⁵ As prerrogativas do agente diplomático têm, inclusivamente, origem consuetudinária mais antiga do que aquelas outorgadas à missão diplomática, conforme referido ao longo do ponto 2.

⁶⁶ FREITAS, Pedro Caridade de, *História do Direito Internacional Público: Da Antiguidade à II Guerra Mundial*, Princípa Editora, Cascais, 2015, p. 151

⁶⁷ Recorde-se que foram mantidos como reféns durante 444 dias

ao Governo dos Estados Unidos, uma vez que, por despacho de 12 de maio de 1981, o caso foi retirado da Lista após desistência”.⁶⁸

Segundo Ivor Roberts, a contenda entre os EUA e o Irão foi negociada através do Governo argelino, que serviu de intermediário. Nos termos dos Acordos, assinados em Janeiro de 1981, “os EUA libertaram 8 biliões em activos iranianos congelados que foram usados para a resolução de reclamações de cidadãos dos EUA” – incluindo os próprios reféns – “e comprometeram-se a não intervir nos assuntos internos do Irão”.⁶⁹ Embora o caso tenha criado choques políticos entre os dois Estados afectados, foi considerado pela comunidade internacional como um insulto aos princípios mais básicos do Direito Internacional.⁷⁰

c) Análise/Constatação de infracção do artigo 22º da CVRD

Apesar de este caso violar vários artigos da CVRD, conforme designado na alínea anterior, importa aqui analisar, separadamente, a violação praticada ao art.º 22º. Não se pretende discutir se houve, ou não, ingerência⁷¹ nos assuntos internos do Irão por parte dos EUA ao imiscuírem na política daquele Estado, ao apoiarem e darem asilo ao Xá deposto, quando era vontade do povo iraniano que este fosse extraditado. Não está aqui em causa em saber-se qual o Estado detentor da razão até porque, como referido, os EUA ao comprometerem-se a não mais interferir nos assuntos internos do Irão revelem alguma anuência de culpabilidade. Importa aqui analisar, unicamente, a violação cometida contra a missão diplomática americana e, nesse sentido, poder-se-á assegurar que o art.º 22º foi, claramente, infringido pela República Islâmica do Irão.

Contrariamente às situações analisadas anteriormente, esta invasão delongou-se não apenas por umas horas mas, conforme referido, por mais de um ano, tratando-se, antes,

⁶⁸ Em *Overview of the case*, disponível em <http://www.icj-cij.org/en/case/64>

⁶⁹ ROBERTS, Ivor, *op. cit.*, p. 235

⁷⁰ Idem, *Ibidem*

⁷¹ Um dos princípios de direito internacional é, precisamente, “a não-intervenção de um Estado nos assuntos de outro” em FREITAS, Pedro Caridade de, *História do Direito Internacional Público: Da Antiguidade à II Guerra Mundial*, Príncípia Editora, Cascais, 2015, p. 74

de uma usurpação declaradamente consentida por parte do Estado acreditador, caso contrário, as forças de segurança do Irão teriam intercedido e protegido o local da missão diplomática americana. Por vezes, quando ocorrem invasões repentinas, pode dar-se o caso dos agentes do Estado acreditador não conseguirem, em tempo útil, impedir tais ofensivas (ainda que o Estado acreditador não se isente de culpabilidade, consoante já apurado noutros casos). Porém, neste caso, com as manifestações a prolongaram-se durante dias em frente à Embaixada dos EUA, a ideia de que uma incursão pudesse acontecer a qualquer momento era evidente. É, neste sentido, que se afirma que o Irão não só não protegeu a missão diplomática americana como anuiu e tolerou a sua invasão.

Face ao exposto, o parágrafo 2 do art.º 22º da CVRD foi, integralmente, desrespeitado pelo Irão. Numa primeira fase, por não conseguir pôr termo às manifestações de forma a evitar que aquelas causassem perturbações e afectassem a tranquilidade da missão americana. Numa segunda fase, por não intervir de maneira proficiente, permitindo que a Embaixada dos EUA fosse apossada por um grupo de revolucionários, quebrando a sua *“obrigação especial de adoptar todas as medidas apropriadas para proteger os locais contra qualquer intrusão ou dano”*. Desta forma, a prerrogativa mais importante do estatuto dos locais da missão diplomática – a sua inviolabilidade – foi, nitidamente, infringida pelo Estado iraniano. Esta infracção cometida ao parágrafo 2 transformou-se, outrossim, numa infracção à primeira parte do parágrafo 1 que prevê, nos termos mais estritos, que *“Os locais da missão são invioláveis”*, conduzindo o Irão à prática de mais uma violação do art.º 22º.

Também o parágrafo 3 remete para a inviolabilidade dos locais da missão e respectivos bens (onde se poderá incluir os arquivos/documentos), e onde seria aplicável, à primeira vista, ao caso em questão, uma vez que os manifestantes se apropriaram dos bens, dos arquivos e dos documentos da missão americana no Teerão. Contudo, esta violação insere-se, antes, no art.º 24º (artigo alegado, aliás, pelos EUA nas suas alegações contra o Irão), e não no parágrafo 3 do art.º 22º, uma vez que este é mais voltado para o campo legal / jurídico ao declarar que os bens da missão *“não poderão ser objecto de busca, requisição, embargo ou medida de execução”* e, portanto, não adequado à situação. Em modo de conclusão, e à semelhança dos casos anteriores, os parágrafos 1 e 2 do art.º 22º

da CVRD a serem, novamente, transgredidos pelo Estado acreditador, manifestado aqui através da República Islâmica do Irão.

8.3.2. Embaixada do Irão em Londres, Reino Unido⁷² (1980)

Enquanto a missão diplomática americana no Irão, caso anteriormente analisado, estava tomada por iranianos – que protestavam contra o apoio dos EUA ao Xá deposto, Reza Pahlevi, mantendo reféns 52 americanos,⁷³ – a Embaixada do Irão em Londres era invadida⁷⁴ por seis separatistas e atiradores iranianos que protestavam, por seu turno, contra a opressão de Ayatollah Khomeini, recentemente chegado ao poder. Vinte e seis pessoas foram feitas reféns (membros da missão e visitantes), apesar de cinco delas terem sido libertadas logo nos primeiros dias, após negociações entre as partes.⁷⁵ Este grupo de iranianos exigia que os presos políticos do seu país fossem libertados ao mesmo tempo que requeriam a independência do Khuzistão, uma zona no sul do Irão.

Já no sexto dia do cerco, e na ausência de resposta face às exigências dos invasores, um dos diplomatas era executado e o seu corpo arremessado para o exterior da embaixada. Ameaças foram feitas no sentido de novas execuções, o que levou à imediata mobilização de forças antiterroristas britânicas e o *Special Air Service* (SAS) tomou de assalto a embaixada⁷⁶. Cinco dos seis terroristas foram mortos, registando-se, ainda, a morte de um dos reféns, entretanto assassinado. Os restantes reféns foram libertados em segurança.⁷⁷ Este incidente⁷⁸ culminou, assim, com a morte de 7 pessoas.

O Governo da República Islâmica do Irão, que continuava a negar protecção diplomática à embaixada dos EUA em Teerão, vinha agora reclamar o direito a esta, alegando que a protecção que deveria ter sido concedida à sua missão naquele Estado tinha sido inadequada, reivindicando, conjuntamente, indemnizações pelas instalações

⁷² Estado Signatário da CVRD. Ratificação: 1 de Setembro de 1964

⁷³ A crise de reféns começara em Novembro de 1979 e só viria a terminar em Janeiro de 1981

⁷⁴ O cerco à Embaixada iraniana ocorreu de 30 de Abril a 5 de Maio de 1980

⁷⁵ ROBERTS, Ivor, *op. cit.*, p. 236

⁷⁶ (v. anexo 13)

⁷⁷ ROBERTS, Ivor, *op. cit.*, p. 236

⁷⁸ Que foi tema de realização de um filme - *6 days* - à semelhança do caso anterior com *Argo*

entretanto incendiadas. O acordo entre os Governos britânico e iraniano relativo às compensações chegaria, somente, segundo Ivor Roberts, cerca de uma década mais tarde.⁷⁹

Por mais satírica que a exigência possa parecer, face à situação que estava a decorrer com a Embaixada dos EUA em Teerão, o Estado iraniano está perante um direito que é intrínseco a todos os Estados signatários da Convenção de Viena de 1961: a inviolabilidade concedida aos seus locais de missão diplomática. Portanto, a República Islâmica do Irão está com a razão ao reclamar que não foram tomadas todas as medidas necessárias para proteger a sua missão, acabando por provocar danos e perturbações à mesma. Dessa forma, o Governo Britânico transgrediu, na íntegra, o parágrafo 2 do art.º 22º da CVRD que garante que o Estado acreditador deve assegurar uma protecção adequada/total aos locais da missão diplomática permanente que se encontram acreditadas no seu território.

No concernente à intervenção do SAS na Embaixada do Irão em Londres, apesar de se achar ajustada e, até mesmo, determinante, não deixa de ser considerada uma transgressão à Convenção de Viena de 1961. Recorde-se que os direitos outorgados aos locais da missão diplomática – com especial destaque para o art.º 22º que assegura a sua inviolabilidade – estão salvaguardados pela CVRD. O parágrafo 1 do supradito artigo declara que “*Os agentes do Estado acreditador não poderão neles penetrar sem o consentimento do chefe de missão*”. Não possuindo o SAS uma autorização expressa do chefe daquela missão (que provavelmente estaria entre os reféns e, como tal, inábil para o fazer), o Governo Britânico encontra-se, dessa forma, a cometer mais uma violação ao art.º enumerado, apesar de ter agido de forma competente. Face ao exposto, constata-se que este incidente conduziu o Governo Britânico para a prática da infracção do art.º 22º da CVRD, fundamentada nos seus parágrafos 1 e 2 que foram violados na sua totalidade.

⁷⁹ ROBERTS, Ivor, *op. cit.*, p. 236

8.3.3. Embaixada dos EUA em Beirute, Líbano⁸⁰ (1983)

A 18 de Abril de 1983, um ataque terrorista contra a Embaixada dos EUA em Beirute, no Líbano, matou 63 pessoas. O ataque foi realizado com um carro-bomba suicida que terá atravessado o portão da Embaixada e atingido o prédio da missão diplomática americana.⁸¹ Dessa explosão, para além de mais de uma centena de feridos, resultou a morte de 32 trabalhadores libaneses, 17 americanos (entre os quais 8 membros da CIA)⁸² e 14 outros cidadãos. O ataque foi reivindicado pelo grupo xiita Hezbollah⁸³. O Líbano, devastado pela guerra, contava à altura com uma missão de paz multinacional – que incluía forças americanas, francesas, italianas e britânicas – com o intuito de negociar um cessar-fogo entre o Estado libanês e o Estado israelita (que tinha invadido o Líbano). Mas o Hezbollah era um forte opositor à presença de forças internacionais⁸⁴ no território, o que o terá motivado a concretização de um acto desta natureza.⁸⁵

Face ao narrado, e num local onde a imunidade diplomática subsiste, constata-se estar perante uma transgressão à inviolabilidade concedida aos locais de missão que está prevista no art.º 22º da Convenção de Viena de 1961. É este artigo que garante, logo no nº 1, que “*Os locais da missão são invioláveis*”. As forças de segurança ao permitirem, ainda que de forma não intencional, a entrada de um carro-bomba no espaço reservado à Embaixada dos EUA em Beirute conduziram o Estado libanês à prática da violação do parágrafo 1 do art.º 22º da CVRD. Mesmo que a segurança da Embaixada americana

⁸⁰ Estado Signatário da CVRD. Ratificação: 16 de Março de 1961

⁸¹ (v. anexo 14)

⁸² O atentado terrorista contra a Embaixada dos EUA em Beirute foi, até então, o incidente mais letal na história da Agência, onde se perdeu o maior número de agentes. Em <https://www.cia.gov/news-information/featured-story-archive/2014-featured-story-archive/flashback-april-18-1983-u-s-embassy-bombed-in-beirut.html>

⁸³ Organização política e paramilitar fundamentalista islâmica xiita, sediada em Beirute. Se, por um lado, uma boa parte do mundo islâmico e árabe legitima o grupo por este ser responsável por inúmeros serviços sociais, operando em escolas e hospitais, por outro, países como os EUA e a UE consideram o grupo de organização terrorista. O Hezbollah surgiu, inicialmente, em resposta à invasão de Israel no Líbano em 1982, ainda como milícia, inspirado pela Revolução Iraniana e pelas ideias de Ayatollah Khomeini. Portanto, à altura do ataque à Embaixada dos EUA em Beirute, em 1983, o Hezbollah tinha sido criado há relativamente pouco tempo.

⁸⁴ Meio ano após o atentado à Embaixada dos EUA, o mesmo grupo xiita levaria a cabo mais um atentado, desta vez contra os quartéis militares americano e francês, matando 220 *Marines* dos EUA e 58 paraquedistas franceses. Seria classificado, pelos investigadores do FBI, como “*a maior explosão não nuclear desde a 2ª Guerra Mundial e certamente o mais poderoso carro-bomba alguma vez detonado*”. Em <https://www.history.com/this-day-in-history/u-s-embassy-in-beirut-hit-by-massive-car-bomb>

⁸⁵ Informação retirada da página <https://www.britannica.com/event/1983-United-States-embassy-bombing>

fosse garantida por cidadãos americanos (uma vez que é frequente o Estado acreditante recorrer às suas próprias forças de segurança para assegurar a protecção das suas missões), ainda assim, o Estado acreditador, neste caso o Líbano, não ficaria isento de responsabilidade internacional, uma vez que é seu dever garantir a protecção adequada às missões diplomáticas representadas no seu território. Neste sentido, também o parágrafo 2 foi infringido pelo Estado libanês ao não tomar todas as medidas adequadas para evitar tal incidente – e que era uma obrigação de resultado – que causou sérios danos e perturbações à missão, conforme advoga tal parágrafo, incorrendo, assim, em incumprimento internacional. Perante tais constatações, o Estado libanês revela-se responsável pela violação cometida à missão diplomática americana ao violar dois dos parágrafos do art.º 22º da CVRD, concretamente o nº1 (parcialmente) e o nº2 (totalmente).

8.3.4. Embaixada do Japão em Lima, Peru⁸⁶ (1996)

A missão diplomática permanente do Japão no Peru, em 1996, foi cenário de uma das tomadas de reféns mais longas em locais de missões diplomáticas (que durou 126 dias),⁸⁷ ultrapassada, apenas, por aquela que teve lugar na Embaixada dos EUA no Irão, em 1979, que só terminou 444 dias após terem ocupado aquele posto diplomático.⁸⁸ Militantes do Movimento Revolucionário Túpac Amaru (MRTA)⁸⁹ invadiram e ocuparam, a 17 de Dezembro de 1996, a residência oficial do embaixador japonês ameaçando matar as centenas de pessoas que ali se encontravam⁹⁰ – entretanto feitas reféns – caso as suas exigências não fossem atendidas⁹¹. Estes militantes penetraram nas instalações de forma cinematográfica (mascarados e armados) depois de conseguirem,

⁸⁶ Estado Signatário da CVRD. Ratificação: 18 de Dezembro de 1968

⁸⁷ Na realidade, a tomada de reféns aconteceu na residência oficial do Embaixador do Japão. Porém, ainda hoje os meios de comunicação continuam a referir-se ao incidente como tendo acontecido na embaixada japonesa (chancelaria).

⁸⁸ Caso analisado em 8.3.1.

⁸⁹ Um grupo guerrilheiro peruano de ideologia Marxismo-Leninismo que, à altura deste incidente, julgava-se extinto

⁹⁰ Em comemoração do aniversário do imperador Akihito, ainda o actual imperador do Japão

⁹¹ Exigiam a libertação de 440 membros do MRTA condenados a prisão perpétua, inclusivamente o seu líder máximo: Victor Polay Campos

com recurso a explosivos, perfurar o muro que guardava a residência.⁹² Entre os reféns estariam embaixadores de vários países, dezenas de diplomatas entre outras personalidades. Logo nas primeiras horas as mulheres foram libertadas. Também a maioria dos estrangeiros foi libertada logo no quinto dia após o início da ocupação. Quanto aos restantes reféns, estes só seriam libertados no dia 22 de Abril de 1997, após as Forças Armadas peruanas tomarem de assalto a residência.⁹³ Esta operação culminaria com a morte de todos os militantes do MRTA, de um dos reféns⁹⁴ e de dois dos comandos das Forças Armadas.⁹⁵

A operação levada a cabo pelas Forças Armadas peruanas foi compreendida pela maioria dos cidadãos peruanos e aplaudida na cena internacional. Não obstante, e do ponto de vista jurídico, tratou-se de uma violação praticada contra os preceitos da Convenção de Viena de 1961, nomeadamente contra o art.º 22º que evoca a inviolabilidade dos locais das missões diplomáticas. Apesar de o Japão ter compreendido a necessidade da intervenção das forças peruanas na residência oficial do seu embaixador, para tentar salvaguardar a integridade física dos reféns que ali se encontravam; apesar do próprio Estado peruano ter apresentado um pedido de desculpas ao Japão “por não o ter informado previamente da operação, que o Japão, sem deixar de lamentar o facto, aceitou,”⁹⁶ não isenta o Peru de incumprimento internacional.

Importa, antes de se prosseguir com a análise do caso, fazer aqui um apontamento: a inviolabilidade garantida às embaixadas/chancelarias pelo art.º 22º é, conforme já enunciado, extensível às residências oficiais dos chefes de missão bem como aos terrenos pertencentes àquelas senão, recorde-se o que a CVRD define por locais da missão: “*são os edifícios, ou parte dos edifícios e terrenos anexos, seja quem for o seu proprietário, utilizados para as finalidades da missão, inclusive a residência do chefe*

⁹² Também este caso, à semelhança dos analisados em 8.3.1. e 8.3.2., foi adaptado para cinema com o filme *Bel Canto* que, por sua vez, foi baseado no livro de Ann Patchett com o mesmo título, um best-seller de 2001. Foi também tema para o livro *41 Seconds to Freedom*, da autoria de Luis Giampietri, um ex-comandante de campo de forças de operações especiais que combateu grupos terroristas, incluindo o MRTA.

⁹³ (v. anexo 15)

⁹⁴ Tratava-se de Carlos Giusti, juiz do Supremo Tribunal que sofrera um ataque cardíaco. Em <https://www.theguardian.com/world/1997/apr/23/japan.alexduvalsmith>

⁹⁵ Informação retirada da página:

https://www.washingtonpost.com/archive/politics/1996/12/19/peruvian-guerrillas-hold-hundreds-hostage/12e5467a-6e2e-4baa-9e07-3f4dff3f6d9a/?noredirect=on&utm_term=.097b76ff9e7f

⁹⁶ VALLE, Jaime, *op. cit.*, p. 43

da missão.” (art.º 1º, alínea i). Ora, se a residência do chefe da missão faz parte dos locais da missão e se o art.º 22º garante que “*Os locais da missão são invioláveis*”, as infracções cometidas contra a residência do chefe da missão são vistas como sendo infracções à própria chancelaria, logo, também reguladas pelo art.º supracitado. Esclarecido este ponto, poder-se-á então proceder à análise dos parágrafos infringidos.

As forças de segurança peruanas ao penetraram no local da missão diplomática japonesa infringiram, na totalidade, o parágrafo 1 que garante a inviolabilidade destes espaços e proíbe os agentes do Estado acreditador de entrarem nos mesmos sem o consentimento do seu chefe. Neste caso, a autorização não poderia ser concedida pelo chefe da missão japonesa uma vez que este se encontrava entre os reféns. Portanto, a decisão da intervenção das Forças Armadas peruanas no local da missão diplomática do Japão, apesar de essencial, converter-se-ia, sempre, numa transgressão à qual o Estado peruano não tinha como isentar-se. Ainda assim, teria sido simpático por parte deste ter informado o Japão da operação que tinha em mente para pôr termo à tomada de reféns o que, conforme referido, não aconteceu.

Também o parágrafo 2 do art.º 22º da CVRD foi, integralmente, violado pela República do Peru. Conforme garante este parágrafo, é da responsabilidade do Estado acreditador adoptar todas as medidas de segurança de forma a garantir a protecção adequada às missões diplomáticas. Esta obrigação é de resultado e, como tal, mesmo quando o Estado acreditador emprega todas as medidas que tem ao seu dispor e as mesmas não se revelam eficientes, é o Estado acreditador que é responsabilizado pela transgressão (exceptuando as situações em que este informa – oficialmente – o Estado acreditante assumindo a falta de meios para garantir tal protecção). Assim aconteceu com o Peru que, ao não conseguir evitar a invasão e a apropriação da residência oficial do Embaixador do Japão em Lima, causando perturbações à tranquilidade da missão, foi imputado pela violação do nº2 do art.º 22º da CVRD, tendo sido também responsável, consoante analisado, pela total transgressão do nº1.

8.3.5. Embaixada dos EUA em Nairobi, Quénia⁹⁷ (1998)

Dos atentados terroristas arquitectados contra locais de missões diplomáticas este foi o mais mortífero. Aconteceu a 7 de Agosto de 1998 quando um camião-bomba explodiu junto à Embaixada dos EUA em Nairobi, no Quénia, provocando colossal destruição,⁹⁸ matando 213 pessoas⁹⁹ e ferindo mais de 5000.¹⁰⁰ O ataque foi atribuído à Al-Qaeda.¹⁰¹

As missões diplomáticas bilaterais permanentes têm sido, já por diversas vezes, objecto de atentados terroristas, muitos deles suicidas. Para se analisar este caso será importante esclarecer e diferenciar duas situações: os ataques terroristas praticados nos locais de missão diplomática, isto é, que acontecem na área reservada à missão diplomática que se encontra acreditada num determinado território; e os ataques terroristas perpetrados fora dos locais da missão, ou seja, que ocorrem no perímetro exterior do espaço dedicado àquela. São situações, portanto, diferentes. No concernente a esta última situação não haverá, pois, intrusão (porque ninguém penetrou no local) mas haverá, muito provavelmente, danos, que, ao acontecerem, estão a quebrantar a inviolabilidade e a protecção concedidas a estes locais, pelo que existirá violação por parte do Estado acreditador. Assim aconteceu com o ataque terrorista bombista que atingiu a Embaixada dos EUA em Nairobi, no Quénia, em que não houve intrusão mas que, em contrapartida, originou sérios danos, quer materiais quer, mormente, físicos.

Geralmente, as transgressões adjudicadas aos Estados acreditadores (sujeitos de Direito Internacional) em situações de intrusão a locais da missão diplomática são materializadas através das suas forças de segurança – quando estas não adoptam “*todas as medidas apropriadas para proteger os locais contra qualquer intrusão ou dano*”

⁹⁷ Estado Signatário da CVRD. Ratificação: 1 de Julho de 1965

⁹⁸ (v. anexo 16)

⁹⁹ 44 das quais eram funcionários da Embaixada

¹⁰⁰ Informação retirada da página <https://www.state.gov/m/ds/rls/284888.htm>

¹⁰¹ Quase em simultâneo, em Dar es Salaam, na Tanzânia, outro camião explodira perto da Embaixada norte americana, matando mais 11 pessoas. Estes dois ataques marcaram a entrada da organização terrorista Al-Qaeda (organização fundamentalista islâmica) no cenário internacional. Mas seria três anos mais tarde, em 2001, com os ataques terroristas de 11 de Setembro, nos EUA, que mataram cerca de 3000 pessoas, que o líder desta organização terrorista, Osama bin Laden, tornar-se-ia mundialmente conhecido (entretanto capturado e morto por tropas americanas em 2011, no Paquistão). Em <https://www.dn.pt/lusa/interior/nairobi-assinala-20-anos-de-atentado-contra-embaixada-dos-eua-e-recorda-vitimas-9689551.html>

(art.º 22º, nº2, da CVRD). Todavia, neste caso, a infracção não deverá corporizar-se nestas forças, uma vez que não houve intrusão e, como tal, a intervenção destas não se poderia ter efectivado. Ainda assim, o Estado queniano não poderá desobrigar-se de responsabilidade internacional nem isentar-se dos danos causados à missão diplomática americana acreditada naquele território.

Quando o parágrafo 2 do art.º 22º da CVRD decreta que “*O Estado acreditador tem a obrigação*” de proteger os locais da missão, esta protecção deverá ser total, uma obrigação de resultado absoluto do Estado acreditador para com o Estado acreditante. Por não ter cumprido esta premissa, o Quénia infringiu o parágrafo 2 na sua totalidade. À parte deste, o Estado queniano transgrediu, conjuntamente, a primeira parte do parágrafo 1 que, conforme aludido, tem ligação inequívoca à primeira parte do parágrafo 2 que garante, no termo mais exacto, a inviolabilidade consignada aos locais da missão diplomática ao declarar que “*Os locais da missão são invioláveis*”.

Apesar de julgar-se a situação algo injusta, na medida em que o incidente processou-se no perímetro exterior da embaixada americana e cujas forças de segurança não tiveram um papel activo, esta missão diplomática não deixou de ser violada. Deste modo, constata-se que a República do Quénia ao transgredir os parágrafos 1 e 2 do art.º 22º da Convenção de Viena de 1961, é responsável pelo incidente ocorrido na Embaixada dos EUA em Nairobi caindo, assim, em incumprimento internacional ao compromisso assumido na Convenção de Viena de 1961.

8.3.6. Embaixada da China em Belgrado, Jugoslávia¹⁰² (1999)

Em Maio de 1999, no dia 7, enquanto as forças da OTAN¹⁰³ realizavam ataques aéreos com o objectivo de deter o genocídio no Kosovo,¹⁰⁴ a Embaixada da China na

¹⁰² Estado Signatário da CVRD. Ratificação: 1 de Abril de 1963

¹⁰³ Também conhecida pelo acrónimo em inglês NATO: North Atlantic Treaty Organization

¹⁰⁴ Província jugoslava que lutava pela sua autonomia pois a composição étnica e religiosa da população era muito diferente: enquanto a esmagadora maioria dos kosovares era de origem albanesa e muçulmana, a restante população da Jugoslávia era de origem servia e ortodoxa. Mas Milosevic, presidente jugoslavo, não aceitava perder a província, enviando tropas para a região com ordem para aniquilar rebeliões. Os

Jugoslávia¹⁰⁵ (actual Sérvia) era atingida por um míssil, matando 3 jornalistas chineses e ferindo cerca de 20 pessoas.¹⁰⁶ Os EUA asseguraram que o bombardeamento foi accidental e que as instruções tinham sido baseadas num mapa desactualizado. Outras fontes, porém, afirmaram que a NATO tinha bombardeado a Embaixada da China intencionalmente, depois de descobrir que aquela estaria a ser usada como estação de comunicações entre o Presidente Milosevic e o exército jugoslavo. Apesar de terem lamentado o sucedido, quer o porta-voz da NATO, quer o Presidente dos EUA, Bill Clinton, as justificações não foram aceites pelo governo chinês. Como forma de protesto, manifestantes chineses apedrejaram a Embaixada dos EUA em Pequim.¹⁰⁷

Este caso, contrariamente aos analisados, revela-se, duplamente, singular: primeiro, por não ter sido perpetrado por manifestantes ou militantes mas, sim, por forças da NATO; segundo, porque a Embaixada foi atingida por meio aéreo (apesar de tratar-se, supostamente, de um acidente) e não por ofensiva terrestre, como os demais casos.

Antes de se remeter o caso para a análise, propriamente dita, dos parágrafos que constituem o art.º 22º da CVRD, torna-se aqui necessário esclarecer a seguinte situação: os Estados, para além do espaço terrestre e marítimo (quando existe orla marítima), gozam de espaço aéreo¹⁰⁸ que se encontra, igualmente, sob sua jurisdição. Nesse sentido, como será de senso comum, sempre que uma aeronave pretenda atravessar aquele espaço terá de ter o consentimento do respectivo Estado.

Aqui, neste caso, a aeronave que disparou o míssil que atingiu a Embaixada da China não poderá ser, contudo, considerada uma aeronave em contexto habitual tratando-se, antes, de uma aeronave da OTAN que realizava uma intervenção militar, alegadamente,

ataques aéreos mataram um grande número de pessoas, daí que um ultimato da OTAN não tenha demorado a surgir, ordenando a suspensão destes ataques militares no Kosovo. Face a uma recusa da proposta de cessar-fogo do presidente jugoslavo, as forças da OTAN não demoraram a intervir. No final do conflito, a 9 de Junho de 1999, Milosevic foi preso, acusado de cometer crimes contra a humanidade. Actualmente, o Kosovo é um país de reconhecimento limitado desde que declarou a sua independência, em 2008. A UE continua a não ter uma posição unânime sobre a questão mas Portugal foi um dos países que reconheceu a independência kosovar sem que isso tenha afectado as suas relações com a Sérvia. Informação disponível em <https://www.britannica.com/event/Kosovo-conflict> e <https://www.publico.pt/2018/02/17/mundo/noticia/dez-anos-depois-da-independencia-ha-razoes-para-celebrar-1803423>

¹⁰⁵ (v. anexo 17)

¹⁰⁶ Informação retirada da página: <http://content.time.com/time/specials/packages/article/0,28804,1842608,1842698,1842696,00.html>

¹⁰⁷ Em <https://www.theguardian.com/world/1999/oct/17/balkans>

¹⁰⁸ Espaço que se estende acima do território de determinado Estado (incluindo o território marítimo). Em <https://www.britannica.com/topic/air-space-air-law>

apoiada pela ONU. A ser verdade, a Jugoslávia, como Estado membro desta Organização, ao cometer o genocídio kosovar estaria a romper com os seus compromissos internacionais.¹⁰⁹ Dessa forma, a ONU, através do Conselho de Segurança, tinha poderes para “*levar a efeito, por meio de forças aéreas, navais ou terrestres, a acção que julgar necessária para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais*” (art.º 42º da Carta das Nações Unidas), acabando por pô-los em prática através da intervenção militar da NATO. Portanto, os bombardeamentos na Jugoslávia (com a óbvia excepção do bombardeamento à Embaixada da China em Belgrado) foram consequência do seu incumprimento internacional não se tratando, por isso, de uma violação do Direito Internacional àquele Estado.

No concernente ao art.º 22º da CVRD cabe dizer o seguinte: a República Popular da China ao estabelecer uma missão diplomática permanente na Jugoslávia esperava ver os seus interesses salvaguardados, nomeadamente a nível de questões de segurança. Ao ser atingida por um míssil – ainda que o incidente não tenha sido praticado pela República Federal da Jugoslávia – e ao encontrar-se naquele território, é o Estado jugoslavo que incorre em incumprimento internacional ao não respeitar a Convenção de Viena de 1961, nomeadamente o seu art.º 22º.

O parágrafo 2, que garante que o Estado acreditador tem a obrigação de proteger, inteiramente, os locais da missão, isto é, uma obrigação de resultado para com o Estado acreditante, foi, assim, infringido pelo Estado jugoslavo ao não conseguir proteger a Embaixada da China dos danos causados pelo míssil. Este episódio originou, evidentemente, perturbações que afectaram a tranquilidade da missão chinesa constituindo, dessa forma, uma infracção integral do parágrafo 2 por parte daquele Estado. Também a 1ª parte do parágrafo 1, ao assegurar da maneira mais clara que “*Os locais da missão são invioláveis*”, mostrou-se prevaricada por parte do Estado jugoslavo quando este permitiu que a Embaixada da China fosse passível de ser violável.

Face ao narrado, verifica-se que a República Federal da Jugoslávia foi responsável pelas infracções dos parágrafos 1 e 2 do art.º 22º da Convenção de Viena de 1961 ao permitir

¹⁰⁹ O de respeitar os direitos humanos “sem distinção de raça, sexo, língua ou religião”, conforme os objectivos e princípios previstos na Carta das Nações Unidas (art.º 1º)

que a missão diplomática chinesa em Belgrado fosse bombardeada, ainda que o incidente tenha sido condenado pelo próprio Estado jugoslavo.

8.3.7. Embaixada da Índia em Cabul, Afeganistão¹¹⁰ (2008)

A 7 de Julho de 2008 uma viatura armadilhada atingiu a Embaixada da Índia no Afeganistão,¹¹¹ matando 41 pessoas e ferindo mais de uma centena. Entre as vítimas estaria o adido de defesa indiano, um conselheiro político e dois funcionários da Embaixada.¹¹² A explosão destruiu os muros daquela missão diplomática e dois dos veículos danificando, ainda, edifícios e janelas.¹¹³ O Afeganistão acusou os agentes paquistaneses aliados do Talibã¹¹⁴ de serem os responsáveis pelo atentado.¹¹⁵

A Embaixada da Índia em Cabul, à semelhança do que aconteceu com a Embaixada dos EUA em Nairobi, no Quênia, em 1998, caso já analisado, foi igualmente atingida por uma explosão perpetrada no seu exterior. Apesar de ambos os atentados suicidas terem ocorrido no exterior destas missões diplomáticas é inegável que estas não tenham sofrido graves danos, quer materiais, quer físicos.

¹¹⁰ Estado Signatário da CVRD. Ratificação: 6 de Outubro de 1965

¹¹¹ (v. anexo 18)

¹¹² Informação retirada da página <https://www.nytimes.com/2008/07/08/world/asia/08afghanistan.html>

¹¹³ Informação disponível em <https://www.reuters.com/article/us-afghan-blast/bomb-at-indian-embassy-kills-41-in-afghanistan-idUSISL12974820080707>

¹¹⁴ O Talibã (grupo fundamentalista islâmico nacionalista), que actua no Paquistão e no Afeganistão, é considerado uma organização terrorista pelos EUA, Rússia, UE e pela maioria dos países ocidentais. É muitas vezes confundido com a Al-Qaeda mas, ao contrário desta, que perpetua ataques nos países ocidentais, o Talibã age apenas na sua região. Apesar de ideologias distintas, os grupos não deixam de ser aliados. O talibã chegou a governar o Afeganistão entre 1996 e 2001 até ser deposto pelos EUA – que invadiram o país em consequência do 11 de Setembro por este dar asilo a Osama bin Laden – apesar de aquele governo ter sido reconhecido, apenas, por três países, inclusivamente pelo Paquistão. Em <https://www.britannica.com/topic/Taliban>

¹¹⁵ E pelos demais ataques que tinham acontecido nas semanas anteriores, levando o Presidente afgão, Hamid Karzai, a ameaçar o Paquistão com o envio de tropas através da fronteira para atacar os militantes, caso não fossem tomadas medidas. Hamid Karzai acusava os agentes paquistaneses aliados do Talibã de serem inimigos da paz no Afeganistão e de quererem prejudicar as relações amistosas de Cabul com a Índia. É conhecida a longa rivalidade entre o Paquistão e a Índia e, à altura, os laços entre o Afeganistão e a Índia seriam estreitos, pois esta estaria a financiar vários projectos de infraestruturas naquele país. Em <https://www.nytimes.com/2008/07/08/world/asia/08afghanistan.html>. Já em Outubro de 2009, a Embaixada da Índia em Cabul voltaria a ser alvo (não atingido) de atentado pelo mesmo grupo terrorista que utilizara o mesmo método de acção. A explosão de um carro-bomba matou 17 pessoas e feriu dezenas. Em https://www.rtp.pt/noticias/mundo/carro-armadilhado-explode-perto-da-embaixada-da-india-em-cabul_n285223

Também já aqui foi referido que, por pouco justa que possa parecer a situação – uma vez que se trata de um acto concretizado no exterior do espaço dedicado à missão e onde as forças de segurança não têm responsabilidade atribuída – o Estado acreditador não consegue desobrigar-se da sua responsabilidade internacional, pois a inviolabilidade atribuída aos locais da missão diplomática, prevista pelo art.º 22º da CVRD, terá de ser, inteiramente, garantida às missões representadas. Assim, a primeira parte do parágrafo 1, que garante que “*Os locais da missão são invioláveis*” foi, notoriamente, transgredida pelo Estado afegão que não conseguiu cumprir com a sua obrigação internacional ao permitir que a Embaixada da Índia fosse atingida e, por isso, violada.

Concomitantemente, também o parágrafo 2 do supracitado artigo foi, de forma integral, infringido pela República Islâmica do Afeganistão: ao não garantir total protecção à missão indiana; ao não impedir que aquela missão fosse danificada; ao possibilitar que os danos causassem perturbações à tranquilidade da mesma, conforme prevê o parágrafo 2 do art.º 22º da CVRD “*O Estado acreditador tem a obrigação especial de adoptar todas as medidas apropriadas para proteger os locais contra qualquer intrusão ou dano e evitar perturbações que afectem a tranquilidade da missão ou ofensas à sua dignidade.*”

Em suma, constata-se que o Afeganistão, como Estado signatário da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, de 1961, é responsável pelos danos causados à Embaixada da Índia em Cabul, ao infringir o art.º 22º daquela Convenção, especificamente os seus parágrafos 1 e 2.

8.3.8. Embaixada dos EUA em Sanaa, Iémen¹¹⁶ (2008)

A 7 de Setembro de 2008, militantes (disfarçados de militares) do grupo autodenominado Jihad Islâmica,¹¹⁷ arremessaram granadas contra o posto de controlo da Embaixada dos EUA em Sanaa, no Iémen, disparando também contra os seguranças que aí se encontravam. Dois carros-bomba terão sido ainda detonados destruindo parte dos

¹¹⁶ Estado Signatário da CVRD. Ratificação: 10 de Abril de 1986

¹¹⁷ Filial iemenita da Al-Qaeda, conhecida pela sua ideologia anti-americana.

muros do complexo da Embaixada. Este incidente matou no total 16 pessoas, incluindo os 6 seguranças iemenitas que asseguravam a protecção da Embaixada americana, 6 dos atacantes e 4 civis. Nenhum dos funcionários daquela missão sofreu qualquer dano.¹¹⁸

Ao contrário dos dois casos anteriormente analisados (Embaixada dos EUA em Nairobi, no Quênia, em 1998, e a Embaixada da Índia em Cabul, no Afeganistão, em 2008) em que ambas as embaixadas foram alvo de atentados terroristas (também perpetrados no seu exterior) e sofreram danos assinaláveis nos seus edifícios/estruturas, aqui, neste atentado contra a Embaixada dos EUA no Iémen, também ele concretizado no perímetro exterior daquela missão, os danos materiais foram, praticamente, inexistentes. Não obstante, considera-se este último caso interessante do ponto de vista de análise sendo que representa o caso limite daquilo que é considerado uma infracção ao art.º 22º da CVRD.

Conforme tantas vezes aludido, durante a análise dos casos integrados nesta dissertação, a protecção delegada às missões diplomáticas deverá ser total, uma obrigação de resultado, não dando espaço à existência de qualquer tipo de dano que, ao acontecer, o Estado acreditador estará a actuar de forma contrária à sua obrigação internacional de *“proteger os locais contra qualquer intrusão ou dano e evitar perturbações que afectem a tranquilidade da missão”* (art.º 22º, nº2, da CVRD). Neste sentido, e não havendo lugar a excepção – só justificável com um comunicado oficial ao Estado acreditante assumindo a sua falta de meios para garantir a protecção adequada ao local da missão – o Estado iemenita transgrediu, integralmente, o parágrafo 2 do art.º 22º da CVRD, devendo assumir total responsabilidade pelo ocorrido com a missão diplomática americana bem como proceder à indemnização (ainda que irrisória) pelos danos causados.

Como resultado da infracção do parágrafo 2, também a primeira parte do parágrafo 1, já tantas vezes invocada e que garante que *“Os locais da missão são invioláveis”*, foi, outrossim, transgredida pelo Estado iemenita pois os danos causados à Embaixada dos EUA vão contra a inviolabilidade conferida por tal parágrafo. Deste modo, ainda que o objecto da infracção tenha sido pouco expressivo, a República Democrática do Iémen não consegue absolver-se da prática transgressora realizada contra a CVRD.

¹¹⁸ Informação disponível em <https://www.nytimes.com/2008/09/18/world/middleeast/18yemen.html>

9. Conclusões sobre a investigação desenvolvida

9.1. Principais conclusões do estudo

Ao problema de pesquisa [“Os Estados signatários da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, de 1961, inclusivamente o Estado português, têm revelado alguma dificuldade no cumprimento do artigo 22º referente à inviolabilidade dos locais da missão?”] chegou-se, através das hipóteses previamente facultadas, à seguinte conclusão:

Hipótese 1: [“Casos há em que o Estado português tenha violado o art.º 22º da CVRD verificando-se, porém, que Portugal tem sido mais infringido do que infractor.”]

Hipótese não validada. Após a codificação do direito diplomático em 1961, pela Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, e segundo o indagado, foram apurados e analisados três casos cujo Estado português assumiu-se como Estado infractor ao transgredir o art.º 22º da CVRD: no caso da Embaixada de Espanha, em 1975, ao permitir que esta fosse alvo de invasão, assalto e incêndio provocados por um grupo de manifestantes portugueses de extrema-esquerda que protestava contra a execução de cinco fuzilamentos de militantes antifranquistas no país vizinho; no caso da Embaixada da Turquia, em 1983, ao possibilitar que cinco terroristas arménios penetrassem na residência oficial do chefe da missão turca e detonassem explosivos que acabariam por matar 6 pessoas; e no caso da Embaixada dos EUA, em 1986, ao proporcionar a entrada de um engenho explosivo através de uma viatura pertencente àquela missão mas que acabaria por não causar quaisquer danos pessoais. No concernente a situações cujo Estado português tenha sido infringido, foram apurados e analisados dois casos: o primeiro, em 1966, quando a Embaixada portuguesa em Leopoldville, no Congo, foi invadida e saqueada por um grupo de manifestantes (que era contra a política colonialista de Salazar e contra o apoio deste ao ex-primeiro ministro congolense, Tshombe, pró-ocidental), culminando com o sequestro de três dos funcionários da Embaixada portuguesa naquele território; o segundo caso ocorreu em

1974 quando a Embaixada portuguesa em Haia, na Holanda, foi invadida por um grupo de manifestantes feministas que subiu ao telhado do edifício da chancelaria para apoiar o movimento das “*Três Marias*”. Assim, face ao narrado, considera-se que o Estado português, ao ser infractor em três situações e infringido em apenas duas, tem sido mais infractor do que infringido contrariando, dessa forma, a hipótese facultada que previa “*que Portugal tem sido mais infringido do que infractor*”. Neste sentido, constata-se que a hipótese 1 não foi validada.

Hipótese 2: [“Constata-se que as violações praticadas contra locais de missões diplomáticas portuguesas, de carácter mais assinalável, ocorreram durante o período político mais controverso de Portugal.”]

Hipótese validada. O incidente ocorrido na Embaixada de Portugal em Leopoldville (actual Kinshasa), no Congo, no dia 24 de Setembro de 1966, foi o caso mais grave no respeitante a violações praticadas contra locais de missões diplomáticas portuguesas. Tal violação ocorreu, precisamente, na sequência do regime político de Portugal na época. Recorde-se que Portugal era dominado por um regime ditatorial, representado por António de Oliveira Salazar, uma ditadura alheia ao processo de descolonização e que insistia, a todo o custo, na preservação das suas províncias ultramarinas. Foi durante este delicado contexto político português que este incidente teve lugar, revelando-se numa clara violação do art.º 22º da CVRD. Foi um caso considerado grave pois, para além da invasão e da destruição causadas ao local, também a integridade física de alguns dos membros da missão esteve em causa, uma vez que agressões e sequestro fizeram parte do quadro. Apesar dos danos causados, a situação não conheceu um trágico desfecho. Também a invasão ocorrida na Embaixada de Portugal em Haia, na Holanda, em 1974, embora não se tenha revestido de tão grave natureza, esta ocorreu, outrossim, motivada pela ditadura fascista e pela repressão que se vivia à época. Apesar da morte de Oliveira Salazar, em 1970, a política de Marcello Caetano seguia as mesmas linhas. Esta invasão à missão diplomática portuguesa por um grupo de feministas aconteceu na sequência do caso das “*Três Marias*”. Recorde-se que as três autoras portuguesas haviam publicado o livro *Novas Cartas Portuguesas* que abordava temas proibitivos para a política portuguesa repressiva daquele tempo. Estas mulheres, que irromperam pela Embaixada de Portugal, reivindicavam a liberdade de expressão daquelas autoras assim como os seus direitos cívicos impulsionados pelo movimento

que tinha já eclodido nos EUA e na Europa mas que Portugal, teimosamente, continuava a marginalizar. Apesar da “ligeireza” do incidente, este não deixou de ser considerado uma violação do art.º 22º da CVRD. Apela-se, ainda, para a eventualidade de outros incidentes, praticados contra locais de missões diplomáticas portuguesas, terem ocorrido. No entanto, e perante tal constatação, tratar-se-á de casos de índole pouco assinalável. Deste modo, e perante o exposto, conclui-se que a hipótese 2, que previa *“que as violações praticadas contra locais de missões diplomáticas portuguesas, de carácter mais assinalável, ocorreram durante o período político mais controverso de Portugal”*, encontra-se validada.

Hipótese 3: [“Observa-se alguma propensão, por parte de determinado(s) Estado(s) signatário(s), para a reincidência da infracção do art.º 22º da CVRD”]

Hipótese validada. Constatou-se que em metade dos casos analisados – que não os concernentes ao Estado português – os Estados que mais incorreram na infracção do art.º 22º da CVRD eram Estados situados no Médio Oriente: Irão, Líbano, Afeganistão e Iémen. Por outro lado, verificou-se que os EUA foram o Estado mais infringido, aquele cujas missões diplomáticas mais violações sofreram. Num contexto de oito casos, as embaixadas americanas foram quatro vezes alvo de invasão e/ou assalto e/ou cerco e/ou atentado: em Teerão, no Irão (1979); em Beirute, no Líbano (1983); em Nairobi, no Quénia (1998) e em Sanaa, no Iémen (2008). Face ao descrito, verificou-se que há uma tendência para a reincidência da infracção do art.º 22º da CVRD não, concretamente, por parte de um Estado mas, sim, por parte de alguns Estados signatários que apresentam uma característica em comum: o facto de estarem localizados no Médio Oriente. Opta-se, assim, por validar a hipótese 3.

Hipótese 4: [“Apesar das ocorrências que conduzem à violação do art.º 22º da CVRD, raros são os Estados que recorrem ao Tribunal Internacional de Justiça para resolução dos seus diferendos.”]

Hipótese validada. Desde a criação do Tribunal Internacional de Justiça até ao presente, somente um caso foi submetido àquele que é o principal órgão judiciário da ONU. Tratou-se do diferendo entre os EUA e o Irão originado pela invasão da

Embaixada dos EUA em Teerão, em Novembro de 1979, por um grupo de revolucionários iranianos que manteve reféns, durante 444 dias, 52 diplomatas americanos e que só foram libertados após Ronald Reagan se ter tornado Presidente dos EUA. Foi um caso assaz mediático e é, ainda hoje, classificado como a mais flagrante violação de imunidade praticada contra locais de missão diplomática. Apesar da violação do art.º 22º da CVRD ter sido uma das mais óbvias, o TIJ, no julgamento sobre o caso, a 24 de Maio de 1980, concluiu que o Irão tinha violado uma série de artigos da citada Convenção. Embora esta contenda tenha sido submetida ao TIJ por parte do Governo dos EUA, este acabaria por desistir do caso e o diferendo entre os dois Estados foi negociado através do Governo argelino. À parte do caso referido, e na ausência de outros casos relacionados com o incumprimento do art.º 22º da CVRD por parte dos Estados signatários na listagem dos casos contenciosos do TIJ, considera-se a hipótese 3 validada.

Conclusão

Importa referir que a investigação realizada não se circunscreveu, unicamente, à 3ª parte desta dissertação, ainda que esta seja a sua componente mais visível. A investigação deverá ser encarada como um todo, uma vez que para se analisar, a título de exemplo, as violações cometidas contra os locais de missões diplomáticas portuguesas, tornou-se necessário compreender o contexto histórico-político em que as mesmas foram praticadas. Apesar de ocorrerem já desde a época de D. João IV, estes incidentes adquiriram um carácter mais gravoso – quando se compreende, apenas, o período pós-codificação do direito diplomático, com a CVRD – durante o regime político de Salazar mas que diminuíram findo aquele regime ditatorial que se traduziu, outrossim, conforme indagado, no alargamento da rede diplomática portuguesa.

Dos dois casos relacionados com transgressões a locais de missões diplomáticas portuguesas, o incidente ocorrido na Embaixada de Portugal em Leopoldville (actual Kinshasa), no Congo, no dia 24 de Setembro de 1966, foi aquele que se qualificou como o mais grave, pois, para além da invasão e da destruição causadas ao local, também alguns membros da missão foram agredidos e sequestrados. No caso da invasão da Embaixada de Portugal em Haia, na Holanda, em 1974, mais do que a violação propriamente dita do art.º 22º da CVRD, tratou-se de uma ocorrência que foi, claramente, evidenciada pelo motivo que a provocou e não tanto pela infracção cometida, tratando-se de um incidente com resultados pouco graves mas de motivação complexa – derivadas da repressão que era apanágio o regime vivido na época – cujo contexto histórico se projectou mais do que a consequência jurídica, ainda que não deixasse de ser considerado uma infracção àquele artigo.

Por outro lado, constatou-se que o Estado português, além de infringido, conforme supradito, revelou-se, também, um Estado infractor ao permitir que três missões diplomáticas acreditadas no seu território fossem alvo de incursões e/ou danos: a Embaixada de Espanha em Lisboa, em 1975; a Embaixada da Turquia em Lisboa, em 1983 e a Embaixada dos EUA em Lisboa, em 1986. Nesse sentido, Portugal, como Estado signatário da Convenção de Viena de 1961, desde 11 de Setembro de 1968, chegou por três vezes a transgredir o art.º 22 daquela Convenção.

No concernente aos casos relacionados com outros Estados comprovou-se que metade dos que transgrediram o art.º 22º da CVRD eram Estados situados no Médio Oriente. Por outro lado, constatou-se que os EUA foram o Estado mais infringido, cujas embaixadas mais violações sofreram. Verificou-se, outrossim, que as violações foram orquestradas por motivos políticos e/ou religiosos; que estas materializaram-se por meio de invasões e/ou assaltos e/ou cercos e/ou atentados terroristas; e que os casos de maior gravidade foram perpetrados por grupos terroristas (de salientar o atentado terrorista da Al-Qaeda contra a Embaixada dos EUA em Nairobi, no Quênia, em 1998, que matou 213 pessoas).

Outra das constatações retiradas de uma das hipóteses fornecidas revelou que o Tribunal Internacional de Justiça somente foi instado para a resolução de uma divergência relacionada com a transgressão do art.º 22º da CVRD. Tratou-se do diferendo entre os EUA e o Irão causado pela invasão da Embaixada dos EUA em Teerão, em Novembro de 1979, por um grupo de manifestantes iranianos que manteve reféns, durante 444 dias, 52 pessoas. Este caso, classificado como uma das mais flagrantes violações de imunidade diplomática praticada contra locais de missão foi considerado, pela comunidade internacional, como um insulto aos princípios mais básicos do Direito Internacional.

Em suma, e em resposta ao problema de investigação colocado [“Os Estados signatários da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, de 1961, inclusivamente o Estado português, têm revelado alguma dificuldade no cumprimento do artigo 22º referente à inviolabilidade dos locais da missão?”], este acabou por ser validado. Efectivamente há Estados signatários, incluindo o Estado português, a infringir o art.º 22º da CVRD, ainda que as infracções cometidas por parte deste último datem há mais de 30 anos. Constatou-se, outrossim, que os parágrafos 1 e 2 do supradito artigo foram os mais transgredidos, não se registando transgressões do parágrafo 3. Apurou-se, ainda, que as violações adjudicadas ao Estado acreditador revelam-se, não raras as vezes (ainda que caiba a este garantir *total* protecção aos locais da missão diplomática) algo ingratas, na medida em que é este que incorre, quase sempre – salvo raras excepções – em incumprimento internacional. Exemplos houve em que o Estado acreditador, ao não obter em tempo útil o consentimento expresso do chefe da missão, optou pela invasão – e inequívoca transgressão – para proceder ao resgate de reféns.

Apesar de julgar-se suficientes os casos aqui analisados, de forma a propiciar um resultado sólido e conclusivo ao problema de pesquisa, poder-se-ia, contudo, e no respeito aos casos relacionados com outros Estados, ter investigado mais situações. O reduzido número de páginas estipulado, aliado ao escasso período de tempo destinado ao desenvolvimento desta dissertação não permitiu maior delonga. Fica, contudo, o contributo.

Referências bibliográficas

- BANOND, Isabel, *Diplomacia e Diplomatas: 'Mentores' Joaninos do Josefismo*, Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, vol. L-nº 1 e 2, Coimbra Editora, 2009
- BERRIDGE, G.R. et al., *Diplomatic Theory from Machiavelli to Kissinger*. Palgrave, New York, 2001
- BLIN, Arnaud, *La Paix de Westphalie*, Editions Complexe, Bruxelas, 2006
- BRANDÃO, Fernando de Castro, *Cronologia da História Diplomática Portuguesa*, Europress, Lisboa, 2013
- BRAZÃO, Eduardo, *A Diplomacia Portuguesa nos séculos XVII e XVIII*, Vol. 1, Editorial Resistência, Sarl, Lisboa, 1979
- BRITO, Wladimir, *Direito Diplomático*, IDI-MNE, Lisboa, 2007
- BOCAGE, Carlos Roma du, *Relações Exteriores de Portugal em Seguida á Restauração (1640-1649)*, Volume I, Academia das Sciencias de Lisboa, 1916
- CAHIER, Philippe, *Le Droit Diplomatique Contemporain*, 2ª Édition, Librairie Droz, Paris, 1964
- CALLIÈRES, François de, *De la Manière de Négocier avec les Souverains*, [Reproduction – Bibliothèque Nationale de France], Pour la Compagnie, Amsterdam, 1716
- COHEN, Raymond e WESTBROOK, Raymond, *Amarna Diplomacy: The beginnings of International Relations*, The Johns Hopkins University Press, Baltimore, 2000
- COUTINHO, Luís P. Pereira, *A Realidade Internacional – Introdução à Teoria das Relações Internacionais*, AAFDL Editora, 2ª Edição, Lisboa, 2017
- DINH, Nguyen Quoc, *Direito Internacional Público*, Fundação Gulbenkian, Lisboa, 2003

- EBAN, Abba, *The New Diplomacy*, Random House, New York, 1983
- FARIA, Ana Leal de, *Arquitectos da Paz – A Diplomacia Portuguesa de 1640 a 1815*, Tribuna, Lisboa, 2008
- FELTHAM Ralph George, *Diplomatic Handbook*, Longman, 5th edition, New York, 1988
- FERREIRA, José Medeiros, *Cinco Regimes na Política Internacional*, Col. Fundamentos, Editorial Presença, Lisboa, 2006
- FREITAS, Pedro Caridade de; *História do Direito Internacional Público: Da Antiguidade à II Guerra Mundial*, Princípia Editora, Cascais, 2015
- GOUVEIA, Jorge Bacelar, *Manual de Direito Internacional Público*, Almedina, 5^a Edição, Coimbra, 2017
- GROSS, Leo, “The Peace of Westphalia, 1648-1948”, *The American Journal of International Law*, Vol.42, Nº 1, Cambridge University Press, 1948
- HAMILTON, Keith; LANGHORNE, Richard, *The Practice of Diplomacy: Its Evolution, Theory and Administration*, Routledge, New York, 2011
- HOMEM, António Barbas, *História das Relações Internacionais*, Almedina, Coimbra, 2003
- KISSINGER, Henry, *Diplomacia*, Gradiva, 3^a Edição, Lisboa, 2007
- MACEDO, Jorge Borges de, *História Diplomática Portuguesa – Constantes e Linhas de Força*, Volume I, Tribuna, 2^a edição, Lisboa, 2006
- MAGALHÃES, José Calvet de, *A Diplomacia Pura*, Bertrand Editora, 2^a Edição, Venda Nova, 1996
- MAGALHÃES, José Calvet de, *Manual Diplomático – Direito Diplomático, Prática Diplomática*, Editorial Bizâncio, 5^a Edição, Lisboa, 2005
- MAQUIAVEL, Nicolau, *O Príncipe: um tratado clássico sobre a política ou a arte de bem governar*, Bertrand Editora, Lisboa, 2016

- MARESCA, Adolfo, *La Missione Diplomatica*, A. Giuffrè, Milano, 1967
- MARQUES, Oliveira, A. H. de, *Breve História de Portugal*, Editorial Presença, 4ª Edição, Lisboa, 2001
- MARTINEZ, Soares, *História Diplomática de Portugal*, Almedina, 3ª Edição, Coimbra, 2010
- MARTINS, Margarida Salema D'Oliveira, *Direito Diplomático e Consular*, Universidade Lusíada Editora, Lisboa, 2011
- MATTINGLY, Garret, *Renaissance Diplomacy*, Penguin Books, Baltimore, 1964
- MOITA, Luís, “Uma releitura crítica do consenso em torno do «sistema vestefaliano» ”, *JANUS.NET e-journal of International Relations*, Vol. 3, Nº 2, 2012
- MONGIARDIM, Maria Regina, *Diplomacia*. Almedina, Coimbra, 2007
- MOREIRA, Adriano, *A Circunstância do Estado Exíguo*, Diário de Bordo, 2ª Edição, Loures, 2009
- MOREIRA, Adriano, *Teoria das Relações Internacionais*, Almedina, 7ª Edição, Coimbra, 2011
- MORGENTHAU, Hans J., *A Política Entre as Nações*, Editora UnB, São Paulo, 2003
- NEVES, José César Paulouro das, *Rituais de Entendimento – Teoria e Prática Diplomáticas, Apontamentos*. Instituto Diplomático, Lisboa, 2016
- NICOLSON, Harold, *Diplomacy*. Oxford University Press, London, 1942
- NICOLSON, Harold, *The Congress of Vienna*, Methuen, London, 1961
- NICOLSON, Harold, *The Evolution of Diplomatic Method*, University of Leicester, Leicester, 1998
- NOGUEIRA, Franco, *Salazar - Vol. V, A Resistência (1958-1964)*, Livraria Civilização Editora, Porto, 1984

- NUMELIN, Ragnar, *The Beginnings of Diplomacy: a Sociological Study of Intertribal and International Relations*. Oxford University Press, London, 1950
- OLIVEIRA, Luís Soares de, *História Diplomática: O Período Europeu 1580-1917*, PF, Lisboa, 1994
- PEREIRA, Bernardo Futscher, *A Diplomacia de Salazar (1932-1949)*, Publicações D. Quixote, Alfragide, 2012
- PINTOS, Eduardo Vilariño, *Curso de Derecho Diplomático y Consular*, Tecnos, 4ª ed., Madrid, 2011
- ROBERTS, Ivor, *Satow's Diplomatic Practice*, Oxford University Press, UK, 2012
- SATOW, Ernest, *A Guide to Diplomatic Practice*. Longmans, Green and Co., London, 1932
- SILVA, G. Nascimento e, *A Missão Diplomática*, Cª Editora Americana, Rio de Janeiro, 1971
- TELO, António José, “As Relações Externas da Transição para a Democracia”, *Janus 99-2000 – Anuário de Relações Exteriores, Público & UAL*, Lisboa, 1999
- VALLE, Jaime, *Direito Diplomático e Consular I*, AAFDL Editora, Lisboa, 2017
- WATSON, Adam, *Diplomacy: The Dialogue Between States*, Routledge, New York, 1982
- ZAMOYSKI, Adam, *Rites of Peace – The Fall of Napoleon & The Congress of Vienna*, Harper Perennial, London, 2008

Endereços Eletrónicos

Relacionados com a rede diplomática portuguesa:

- <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/rede-diplomatica/a-rede-diplomatica-em-numeros> (consultado em 12-04-2018)
- <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/rede-diplomatica/mapa-da-rede-diplomatica> (consultado em 12-04-2018)
- <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/area-de-governo/negocios-estrangeiros/informacao-adicional/-representacoes-diplomaticas-portuguesas-.aspx> (consultado em 12-04-2018)

Relacionados com o caso da Embaixada dos EUA em Teerão, Irão (1979)

- https://www.janusonline.pt/arquivo/2007/2007_4_5_1.html (consultado em 09-06-2018)
- <http://www.alfredyaghobzadehphoto.com/-/galleries/gallery/iran/1979-takeover-of-the-us-embassy-in-tehran/-/medias/8f0c2bdc-56e4-4e52-b2ad-5dd4c14691bb-1979-takeover-of-the-u-s-embassy-in-tehran> (consultado em 23-01-2019)
- <http://www.alfredyaghobzadehphoto.com/-/galleries/gallery/iran/1979-takeover-of-the-us-embassy-in-tehran/-/medias/dac38d84-d887-4242-8fdd-261f02d2cf7a-1979-takeover-of-the-u-s-embassy-in-tehran> (consultado em 23-01-2019)
- <https://edition.cnn.com/2014/10/27/world/ac-six-things-you-didnt-know-about-the-iran-hostage-crisis/index.html> (consultado em 23-01-2019)
- <http://www.alfredyaghobzadehphoto.com/-/galleries/gallery/iran/1979-takeover-of-the-us-embassy-in-tehran/-/medias/5563eac5-0692-4ce0-a7e0-bbde252c24dc-1979-takeover-of-the-u-s-embassy-in-tehran> (consultado em 23-01-2019)

Referente ao Tribunal Internacional de Justiça

- <http://www.icj-cij.org/en> (consultado em 10,11,12 de Junho de 2018)

Relacionados com o caso da Embaixada de Portugal em Haia, Holanda (1974)

- <http://www.novascartasnovas.com/historia.html> (consultado em 23-06-2018)
- <https://ces.uc.pt/pt/agenda-noticias/agenda-de-eventos/2014/novas-cartas-portuguesas-1972-e-significado> (consultado em 23-06-2018)
- <https://books.google.pt/books?isbn=9722056298> (consultado em 23-06-2018)

Relacionados com o caso da Embaixada de Espanha em Lisboa, Portugal (1975)

- <http://media.rtp.pt/memoriasdarevolucao/acontecimento/o-significado-do-assalto-a-embaixada-de-espanha/> (consultado em 17-01-2019)
- <https://observador.pt/2018/04/26/el-mundo-record-a-noite-em-que-a-embaixada-espanhola-em-lisboa-ardeu/> (consultado em 17-01-2019)

Relacionados com o caso da Embaixada da Turquia em Lisboa, Portugal (1983)

- <https://www.publico.pt/2001/09/22/jornal/portugal-foi-palco-de-atentados-terroristas-nos-anos-80-162057> (consultado em 18-01-2019)
- <https://sicnoticias.sapo.pt/programas/perdidosachados/2011-06-08-ataque-a-embaixada> (consultado em 18-01-2019)

Relacionado com o caso da Embaixada dos EUA em Lisboa, Portugal (1986)

- <http://www.30anoslusa.pt/foi-noticia-em-1986-fevereiro/> (consultado em 19-01-2019)

Relacionado com o caso da Embaixada do Irão em Londres, UK (1980)

- <https://www.nam.ac.uk/explore/SAS> (consultado em 27-01-2019)

Relacionados com o caso da Embaixada dos EUA em Beirute, Líbano (1983)

- <https://www.britannica.com/event/1983-United-States-embassy-bombing> (consultado em 28-01-2019)
- <https://www.cia.gov/news-information/featured-story-archive/2014-featured-story-archive/flashback-april-18-1983-u-s-embassy-bombed-in-beirut.html> (consultado em 28-01-2019)
- <https://www.history.com/this-day-in-history/u-s-embassy-in-beirut-hit-by-massive-car-bomb> (consultado em 28-01-2019)
- <https://www.independent.co.uk/news/world/americas/us-supreme-court-rules-families-of-victims-of-terror-attacks-blamed-on-iran-can-claim-2bn-from-its-a6993611.html> (consultado em 28-01-2019)

Relacionados com o caso da Embaixada do Japão em Lima, Peru (1996)

- <https://www.livinginperu.com/japanese-embassy-hostage-crisis-16-years-later-60126/> (consultado em 30-01-2019)
- <https://www.theguardian.com/world/1997/apr/23/japan.alexduvalsmith> (consultado em 30-01-2019)

- https://www.washingtonpost.com/archive/politics/1996/12/19/peruvian-guerrillas-hold-hundreds-hostage/12e5467a-6e2e-4baa-9e07-3f4dff3f6d9a/?noredirect=on&utm_term=.097b76ff9e7f
(consultado em 30-01-2019)

Relacionados com o caso da Embaixada dos EUA em Nairobi, Quênia (1998)

- <https://www.state.gov/m/ds/rls/284888.htm>
(consultado em 31-01-2019)
- <https://www.dn.pt/lusa/interior/nairobi-assinala-20-anos-de-atentado-contra-embaixada-dos-eua-e-recorda-vitimas-9689551.html>
(consultado em 31-01-2019)

Relacionados com o caso da Embaixada da China em Belgrado, Jugoslávia (1999)

- <https://www.britannica.com/event/Kosovo-conflict>
(consultado em 04-02-2019)
- <https://www.publico.pt/2018/02/17/mundo/noticia/dez-anos-depois-da-independencia-ha-razoes-para-celebrar-1803423>
(consultado em 04-02-2019)
- http://content.time.com/time/specials/packages/article/0,28804,1842608_1842698_1842696,00.html
(consultado em 04-02-2019)
- <https://www.theguardian.com/world/1999/oct/17/balkans>
(consultado em 04-02-2019)
- <https://www.britannica.com/topic/air-space-air-law>
(consultado em 04-02-2019)
- <http://belgradespots.com/listings/tresnjnog-cveta-monument-to-the-u-s-bombing-of-the-chinese-embassy/>
(consultado em 04-02-2019)

Relacionados com o caso da Embaixada da Índia em Cabul, Afeganistão (2008)

- <https://www.nytimes.com/2008/07/08/world/asia/08afghanistan.html>
(consultado em 01-02-2019)
- <https://www.reuters.com/article/us-afghan-blast/bomb-at-indian-embassy-kills-41-in-afghanistan-idUSISL12974820080707>
(consultado em 01-02-2019)
- <https://www.britannica.com/topic/Taliban>
(consultado em 01-02-2019)

- https://www.rtp.pt/noticias/mundo/carro-armadilhado-explode-perto-da-embaixada-da-india-em-cabul_n285223
(consultado em 01-02-2019)
- <https://www.dailybreeze.com/2008/07/07/bomb-blast-kills-41-at-indian-embassy-in-kabul/>
(consultado em 01-02-2019)
- <https://indianexpress.com/article/world/asia/2008-indian-embassy-attack-in-kabul-sanctioned-by-isi-according-to-british-journalist/>
(consultado em 01-02-2019)

Relacionado com o caso da Embaixada dos EUA em Sanaa, Iémen (2008)

- <https://www.nytimes.com/2008/09/18/world/middleeast/18yemen.html>
(consultado em 02-02-2019)

Anexo 1

Jornal *La Vanguardia* (Barcelona)

25 de Setembro de 1966

UNA MANIOBRA DESCARADA

EL CONGO Y PORTUGAL

Los acontecimientos del Congo no pueden ser más deplorables ni más peligrosos. Difícil y angustioso problema este de la permanente crisis y la constante zozobra de los pueblos africanos cuyas naciones, surgidas como por arte de birlibirloque de la simple independencia de las viejas colonias europeas, no encuentran caminos de estabilidad y de consolidación de unas estructuras que cada día demuestran más claramente su artificialidad. La sangrienta historia del Congo ex-belga, desde los días trágicos de Lumumba hasta la actual sublevación katanguesa y los brutales desmanes contra la Embajada portuguesa en Leopoldville, es como una patética pesadilla paradigmática de la angustiosa inseguridad que atormenta el continente negro. En un momento determinado, el general Mobutu pudo representar una esperanza de orden, de ponderación y de responsabilidad. En estas mismas páginas se registró su llegada al poder con la expresión de tales deseos. Nadie más lejos que este periódico de cualquier complejo «colonialista» y la mejor prueba de ello es que todos los resquicios de paz laboriosa y democrática que se hayan podido entrever en la cotidiana realidad africana han sido saludados por nosotros siempre con alborozo sincerísimo. Pero todas las beaterías son peligrosas y conducen al error y a la ceguera. Y ceguera sería no ver la peligrosa y burda maniobra del Congo, iniciada con la acusación contra Portugal en las Naciones Unidas. Ya el margen de confianza, la tregua de atención y respeto que se había abierto a la llegada de Mobutu al Gobierno, se quebró gravemente cuando las horripilantes ejecuciones de la actual Kinshasa que merecieron la repulsa asqueada del mundo entero. Ahora este repentino y desatinado ataque contra Portugal, esta agresión salvaje contra su Embajada y contra sus representantes diplomáticos, confirma desgraciadamente la permanencia del desorden, de la irresponsabilidad y de la amenaza grave contra la paz africana. Y no se olvide que la paz de aquel continente es hoy uno de los condicionantes de la paz universal.

Afirmar que en Angola los portugueses tienen campos de instrucción donde se adiestran comandos y guerrillas para asaltar el Congo y adueñarse del poder es, en realidad, la última de las necedades que cabía escuchar en las Naciones Unidas. Son demasiado recientes los acontecimientos de la invasión del norte de Angola por las hordas reclutadas e instruidas en el Congo y la dantesca matanza de millares de portugueses, negros y blancos, acuchillados con una ferocidad infra-

humana por aquella masa de seres siniestros, enloquecidos por el alcohol y las hechicerías, para que pueda prevalecer a los ojos de ninguna persona responsable una calumnia tan cinica y tan estúpida. Quien estas líneas escribe, como se escriben siempre los comentarios periodísticos, al borde mismo de las noticias y sin tiempo para la aportación de datos y estadísticas, visitó muy recientemente Angola y de una manera especial los distritos fronterizos con el Congo, entre ellos el de Uige y su capital Carmona, escenario inolvidable de los atroces acontecimientos de marzo de 1961. Tan grave fue aquella delirante agresión contra el pueblo angolano que a pesar de que, como es sabido, en los años de 1962 y 1963 regresaron a Angola, por cientos de miles, las poblaciones que huyeron del terror y fueron arrastradas por él en los primeros momentos, hoy todavía se mantiene un estado de guerra que aun adoptando más el carácter de un bandolerismo de partidas aisladas que el de una acción ofensiva y conjunta propiamente dicha, representa una obligación de alerta y defensa constante para las autoridades portuguesas y sigue teniendo sus bases de partida y sus núcleos de lanzamiento, de enlace y de ayuda en el territorio del sur congoleño. El trabajo para reparar los estragos fabulosos de la destrucción de 1961 todavía continúa y representa un esfuerzo impropio y sin tregua que sólo hombres de temple duro y el talante animoso de los que yo he visto laborar día y noche en aquellas tierras serían capaces de llevar adelante. Y en esas condiciones, ¿cabe imaginar en Angola la instalación de campos de instrucción para «comandos» contra el Congo? ¿Cabe imaginar que sea el Congo quien se permita acusar a Portugal?

La maniobra, repetimos, es clara. La situación interna allí sigue siendo caótica. Ahora es la sublevación de Katanga, mañana será otra explosión, la número mil, de las luchas y los odios tribales. Echarle la culpa a los portugueses es fácil y cómodo. Ahora bien, lo que es explicable en las selvas centroafricanas no debe serlo en el seno de las Naciones Unidas. Entre el racismo blanco y el racismo negro, entre la violencia y el fanatismo de todos los colores, Portugal lucha en Africa por mantener una política humana de integración racial que constituye la única —y la última— posibilidad de paz y de evolución ordenada y civilizada en el continente. Y el más alto Organismo internacional del mundo tiene la obligación de saber esto y de no olvidarlo.

X. de E.

Anexo 2

Jornal *La Vanguardia* (Barcelona)

22 de Setembro de 1966

Jornal **LA VANGUARDIA**

Día 22 - IX - 66

Classificação

Subclassificação

EL CONGO PROHIBE TODO TRAFICO AEREO CON ANGOLA

LA MEDIDA SE DEBE A LA SUPUESTA PRESENCIA DE MERCENARIOS BLANCOS EN LA PROVINCIA PORTUGUESA

Kinshasa (Congo), 21. — El Gobierno congoleño ha decidido prohibir todo tráfico aéreo entre el Congo y el vecino territorio portugués de Angola, se anuncia hoy en Kinshasa.

Un anuncio del Ministerio de Transportes señala que la decisión ha sido adoptada para garantizar la seguridad del Estado, que se dice está amenazada por la presencia en Angola de mercenarios reclutados para servir en el Congo. — EFE-Reuters.

Lo asegura un portavoz congoleño ¿CAMPO DE ENTRENAMIENTO DE MERCENARIOS EN INGLATERRA?

Londres, 21. — El enviado especial del presidente Mobutu, del Congo, señor Marcel Lengema, dijo hoy aquí que existe un campo de entrenamiento de mercenarios en el sur de Inglaterra.

Hablando en una conferencia de prensa, el señor Lengema dijo que se rogaba al Gobierno británico por los medios diplomáticos normales para que comprobase la existencia de dicho campamento y su recluta para servir a las órdenes del ex primer ministro congoleño señor Tshombe. Añadió que actualmente hay unos 500 mercenarios en el Congo.

Un portavoz del «Foreign Office» dijo que no se había recibido ninguna petición del Congo en tal sentido, y añadió que tampoco el Gobierno británico sabía nada del campo de entrenamiento en cuestión.

El señor Lengema en otro momento de su conferencia de prensa declaró también que los mercenarios se concentraban en un punto cercano a la frontera con Angola, y que, a tal efecto, su Gobierno presentaría la oportuna queja contra Portugal al Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas. — EFE.

Manifestaciones de Bomboko en Bruselas acerca de Tshombe

Bruselas, 21. — Las declaraciones hechas por el ministro congoleño de Asuntos Exteriores, Justin Bomboko, sobre el asunto del pasaporte del ex primer ministro Moïse Tshombe, que ha sido anulado por las autoridades congoleñas han sido ampliamente comentadas por la prensa belga.

Justin Bomboko dijo a la prensa: «Cuando un país anula un pasaporte da pie a que otros puedan facilitarlo. Que

se le dé un pasaporte belga a Moïse Tshombe y será la consagración a las querellas entre flamencos y valones».

El ministro declaró, sin embargo, que está satisfecho de las conversaciones «de sondeo y oficiosas» que había tenido, durante su estancia en Bélgica, con diferentes personalidades belgas, sobre todo con el primer ministro, Vanden Boeynants, y con el de Asuntos Exteriores, Harmel. Con respecto a este último, Justin Bomboko añadió que no excluía la posibilidad de volverle a encontrar para discutir de otros asuntos, ya que las numerosas relaciones existentes entre el Congo y Bélgica necesitan confrontaciones frecuentes.

Refiriéndose a las relaciones entre ambos países, el ministro congoleño declaró: «A pesar de la agitación de algunos sectores belgas, la población está profundamente ligada a la amistad belga-congoleña y sabe guardar su sangre fría. He tenido ocasión de apreciarlo personalmente y creo que es un motivo de esperanza». — EFE.

La protesta portuguesa ante la O. N. U.

Bruselas, 21. — «Ser el blanco de una protesta portuguesa en el seno del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas será un honor para el Congo.» Esta declaración del primer ministro congoleño, Bomboko, ha producido gran expectación en los círculos políticos de la capital belga.

«Esta protesta —dijo el ministro congoleño— planteará de nuevo el problema de las colonias portuguesas, y, al mismo tiempo, el Congo podrá volver a traer a la actualidad el de la concentración en Angola de mercenarios reclutados por Tshombe.»

En Bélgica han producido también gran impresión las siguientes palabras: «Los mercenarios de Tshombe provienen de países con los cuales la República del Congo mantiene buenas relaciones, y que han pretendido, siempre, defender la integridad de los Estados africanos».

La idea de que todos los europeos residentes y que viajan a través del continente africano puedan correr un gran peligro se han planteado al Gobierno y pueblo belga. Las palabras del ministro congoleño de Asuntos Exteriores son bien explícitas a este respecto: «Muchos mercenarios han llegado a Angola. Otros les seguirán. Todo esto, si no se pone fin rápidamente, puede engendrar un conflicto racial en África, en donde, si el pueblo africano llega a considerar que cualquier extranjero puede ser un mercenario, la vida será prácticamente imposible para un europeo». — EFE.

Anexo 3

Jornal *Informaciones* (Madrid)

23 de Setembro de 1966

Jornal **INFORMACOES**

Día 23 - IX - 66

Classificação

Subclassificação

El Congo denuncia a Portugal ante la O.N.U.

ALEGA QUE HAY EN ANGOLA MERCENARIOS EUROPEOS QUE PREPARAN UNA INVASION

KINSAHSA (Congo). (AP-EFE).—El Congo ha enviado a las Naciones Unidas una protesta oficial alegando que las actividades de los mercenarios en la vecina Angola portuguesa representan una amenaza para la seguridad del Congo.

El texto del mensaje enviado al Consejo de Seguridad fue dado a conocer ayer por el ministro de Asuntos Exteriores. Se cree que el ministro del ramo, Justin Bomboko, saldrá hoy en avión con dirección a Nueva York para presentar la protesta.

El mensaje dice que Portugal "utiliza ahora su territorio como base de operaciones para los mercenarios reclutados en algunos países europeos, que son enviados a Angola o Cabinda, via Lisboa".

Angola es un vasto territorio situado al sur del Congo. Cabinda es un pequeño enclave portugués radicado al norte, en la desembocadura del río Congo en el océano Atlántico.

TSHOMBE

"Estos mercenarios están al servicio de la oposición, encarnada en la persona del ex primer ministro Tshombe —dice el mensaje—, y están destinados a verter sangre congoleña para combatir a las autoridades legales y legítimas del Congo. Portugal podrá negar esto, pero ya es bien sabido que las autoridades lisboetas son maestras consumadas en el arte de servir y actuar como agentes de mercenarios y de empresas subversivas."

"Cuando las fuerzas de las Naciones Unidas pusieron fin a la secesión de Katanga

—encabezada por Tshombe durante los años 1960 al 1962—, más de cuatro batallones de mercenarios se refugiaron en Angola con todo su bagaje de combate, armas, camiones, aviones y municiones."

El Congo invitó a Portugal a que diera pruebas de su sinceridad pidiendo a aquellos batallones que abandonaran Angola.

RECLUTADOS EN EUROPA

La nota congoleña dice que posee información en la que se demuestra que los mercenarios son reclutados en Europa, embarcados con destino a Angola y que ahora aguardan la señal para tratar de derribar el régimen del teniente general Joseph D. Mobutu.

El Congo afirma que está en condiciones de demostrar la existencia de tales campamentos en las ciudades angoleñas de Henrique Carvalho y Vila Luso.

La nota congoleña agregó que esta situación es una amenaza para la paz mundial. "El día que estos mercenarios ataquen el Congo, nos consideraremos automáticamente en estado de guerra con Portugal."

"El Congo pide al Consejo de Seguridad que invite a Portugal a poner fin a lo que se puede calificar realmente de agresión contra el Congo. El Congo, por otra parte, no cesará de mantener su acusación a todo lo largo de las sesiones de la Asamblea."

Una carta al Consejo firmada por Jean Nguza, representante permanente congoleño en las Naciones Unidas, dice que "Portugal, desafiando a la opinión mundial y a la Historia, mantiene su anacrónica política de dominación en el continente africano".

Anexo 4

Jornal *Arriba* (Madrid)

27 de Setembro de 1966

Jornal "ABRIBA" De Madrid, 27 de Setembro de 1966

SIMPLEMENTE: BARBARIE



Después del asalto y el saqueo de la Embajada portuguesa en Kinshasa, la antigua Leopoldville, capital del Congo, patrullas de Policía vigilan los alrededores, con evidente retraso. Una manifestación, excitada por las noticias de la Prensa, atacó la representación diplomática lusitana, y después de destrozarla, arrastró y secuestró al encargado de negocios y otros funcionarios de la Embajada. Se olvida que Portugal prestó grandes servicios salvando vidas humanas—de congoleños y extranjeros—durante la etapa del terrorismo «simba»

Anexo 5

Jornal *The Standard* (Hong Kong)

25 de Setembro de 1966

Hong Kong Standard
25-9-66

Portugal protests to Congo govt, asks for UN help

Mob storms embassy in Kinshasa

KINSHASA, Sat.

AN unruly mob sacked the Portuguese embassy here today, setting fire to files and furniture and throwing equipment out of windows.

Eye-witnesses said the mob consisted largely of refugees from Portuguese Angola.

They also broke into the private offices of the ambassador and dragged away the Charge d'Affaires, Senhor Antonio Rosano Garcia, who was later freed and taken to hospital suffering from shock and bruises.

Portugal lodged a vigorous protest with the Congolese government and called for United Nations help in securing protection for foreigners in the Congo.

The protest demanded the immediate release of the Portuguese Charge d'Affaires and other embassy staff in Kinshasa, and said Portugal had asked the UN Secretary-General U Thant for his "humanitarian intervention."

Reports said Senhor Rosano Garcia had been kidnapped by the mob and taken to another house where he was found and freed by police.

Police and firemen arrived at the three-storey embassy as the mob was beginning to disperse after some 20 minutes of wild rioting.

Cars set ablaze

A large crowd of onlookers had gathered to watch smouldering piles of papers outside the building which is next door to the American embassy here in the city, formerly called Leopoldville.

Three cars parked outside the Portuguese embassy here were set ablaze.

Police made several arrests and firemen put out the blaze within an hour of the demonstrators breaking into the building. Later police cleared the area and set a cordon round the building as partly burnt Portuguese passports and secret documents were flying in the wind some 50 yards from the scene.

The embassy building itself, its windows broken and most of the furniture removed, looked like an empty shell. Embassy officials said the offices were closed when the mob broke into the building and only some domestic staff were present. They were not molested.

Radio Kinshasa reported the demonstrators were African refugees from Angola who had fled from the colonial regime in their country. — Reuter

Anexo 6

Jornal *Sunday Post Herald* (China)

25 de Setembro de 1966

HOWLING CONGOLESE MOB RANSACK PORTUGUESE EMBASSY: KIDNAP ENVOY

Kinshasa, Sept. 24.

A mob of 400 Congolese youths screaming, "Down with Portugal," stormed the Portuguese Embassy here today, ransacked the building and kidnapped Sr Ressano Garcia, the Charge d'Affaires.

The youths, protesting against alleged Portuguese support for the deposed Premier, Mr Moise Tshombe, dragged Sr Garcia from his embassy bedroom, beat him and drove him away in a waiting car, witnesses reported.

The Congo President, General Joseph Mobutu, immediately called for the diplomat's return.

The shouting youths dragged Sr Garcia through the street

outside the embassy before dumping him into the car, witnesses said.

They said his beating appeared serious.

Three other members of the

embassy staff were also abducted.

The mob surged through the main gate, battered their way into the building, smashed furniture into pieces and hurled the broken chunks through windows in a cascade of more smashing glass.

Three cars parked outside the embassy were set ablaze.

The embassy itself, its windows broken and most of the furniture removed, looked like an empty shell.

Embassy officials said the offices were closed when the mob broke into the building and only some domestic staff were present. They were not molested.

Sr Garcia and the others were later found confined in a house and freed by the police. They were taken to a hospital for treatment.

(Mr Tshombe, former President of Katanga Province and Congo's one-time controversial Premier, is at present in exile in Spain).

In Lisbon, Portugal said she would protest to the United Nations Security Council on the sacking of her embassy in Kinshasa.

Appeal to UN

D.
riu-
ones
del
gran
leard
y, al
uali-
re-
las
cua-
man-
de-
via-
gran
Les
son
han
so se
acial
side-
o, la
p. —

Anexo 7

Jornal *La Vanguardia* (Barcelona)

25 de Setembro de 1966



Consulado de Portugal

Barcelona-España

"LA VANGUARDIA ESPAÑOLA" de 25-IX-1966



Kinshasa: VIOLENCIAS ANTIPTUGUESAS

ASALTO A LA EMBAJADA Y AGRESION Y SECUESTRO DEL ENCARGADO DE NEGOCIOS, DEL PRIMER SECRETARIO Y DE UNA MECANOGRÁFA

KINSHASA, 24. (EXCLUSIVA DE EUROPA PRESS PARA LA VANGUARDIA.)

Cuatrocientos congoleños y angolanos han irrumpido violentamente esta mañana en la embajada portuguesa, destruido sus dependencias y rapiado al encargado de negocios portugués, Antonio Ressano Garcia, después de golpearle violentamente, así como al primer secretario y a una mecanógrafa.

A las nueve horas de la mañana de hoy varios grupos armados con garrotes y barras de hierro, derrumbaron por la fuerza la puerta de la embajada portuguesa. Unas seiscientas personas contemplaron el saqueo y destrucción que siguió al asalto.

Vandálico asalto

Los asaltantes penetraron por el vestíbulo rompiendo los muebles, ventanas, cristales y todo lo que encontraron a su paso. Tras capturar en las oficinas al primer secretario y a una mecanógrafa, se dirigieron hacia las habitaciones privadas del encargado de negocios, señor Ressano Garcia, a quien encontraron en su dormitorio.

Según se ha informado en fuentes de crédito, los agresores golpearon bárbaramente al señor Ressano, le arrojaron del lecho y lo llevaron arrastrando hasta la escalera principal. Unos minutos después el grupo que parecía dirigir el ataque desapareció en un taxi, llevando consigo al diplomático portugués, el cual, según testigos presenciales, sangraba abundantemente por la cara. Otros declararon que vieron cómo la sangre manaba de una brecha abierta en la cabeza, a la altura de la oreja izquierda.

La policía tardó media hora en llegar

La policía llegó media hora después de producirse el bárbaro saqueo. Parece ser que podían haber intervenido antes, según han informado testigos del incidente.

La policía detuvo a una docena de asaltantes, aunque en fuentes oficiales no ha habido respuesta hasta el momento a las preguntas relacionadas con el incidente.

La embajada ha quedado casi completamente destruida. Los asaltantes se llevaron consigo, al parecer, documentación diplomática. Pero la mayoría de los documentos, que sacaron de mesas y armarios de oficina, estaban esparcidos por el suelo, rotos y destrozados, cuando la policía llegó al edificio.

Eventual intervención de exiliados angolanos

El general Mobutu ha ordenado que se tomen las medidas necesarias encaminadas a descubrir el paradero del señor Ressano y a devolverle su libertad.

Circulan rumores de que los asaltantes podrían pertenecer al llamado Gobierno Revolucionario de Angola en el exilio, dirigido por el tristemente famoso Holden Roberto. Pero de momento no existen pruebas en este sentido.

En medios bien informados se ha comentado que el Gobierno del general Mobutu podría estar sobre la pista de los cabecillas asaltantes después de la detención de Gaston Seng, que actualmente es el presidente de los voluntarios de la República del Congo. La policía se ha negado a comentar la detención del doctor Seng, pero es sabido que en las últimas semanas elementos del grupo de Seng han intervenido en manifestaciones antiptuguesas.

Los secuestrados, puestos en libertad

"Angolanos y no congoleños", dice Radio Kinshasa de los asaltantes

Kinshasa, 24. — Noticias de última hora dicen que el encargado de Negocios portugués Antonio Ressano Garcia, junto con otros tres funcionarios portugueses de la Embajada, han sido rescatados de las manos de la muchedumbre amotinada y se encuentran bajo tratamiento y asistencia en un hospital de la ciudad.

No se conoce la importancia de las lesiones.

Los otros acompañantes han sido identificados como el primer secretario de la Embajada y una mecanógrafa. El anuncio se ha facilitado en el despacho del teniente coronel Bangala, gobernador militar de Kinshasa.

Entretanto, Radio Kinshasa ha dicho que los africanos que irrumpieron en el asalto e incendio de la Embajada portuguesa esta mañana eran angolanos y no congoleños.

Curados de sus heridas y devueltos a sus hogares

Un portavoz de la Embajada portuguesa ha informado que los heridos han sido curados y devueltos a su domicilio.

El encargado de Negocios y el primer secretario, Carlos Milheirao, se informa

que sufren heridas leves. La mecanógrafa Maria Helena Silva se informa que sufre, en cambio, heridas de mayor importancia, aunque no se han facilitado más detalles sobre las mismas. — AP-EFE.

(Mas información en la página 19)

Se recuerda de diversas maneras que el Estado congoleño está política y legalmente a la altura de la sociedad internacional

Anexo 8

Invasão à Embaixada de Portugal em Haia, Holanda (1974)



Vrouwen bezetten Portugese ambassade

Ongeveer vijftientig vrouwen, die behoren tot een beweging met de naam Vrouwen Bevrijdingsfront, hebben vanmorgen de Portugese ambassade aan de Bazarstraat in Den Haag bezet. De vrouwen zeggen dat zij de ambassade hebben

bezet uit solidariteit met drie Portugese vrouwen, die donderdag voor een rechtbank in Lissabon terecht moeten staan wegens het schrijven van feministische boeken.

De bezetters hebben span- doeken uit de ramen gehangen

waarop teksten als „hun proces, ons proces“, „Maria's vrij“ en „Bezet“. Zij eisen de komst van de Portugese ambassadeur. De vrouwen vinden dat de ambassadeur hun eisen moet overbrengen aan het Portu- gese persbureau.

Anexo 9

Invasão à Embaixada de Espanha em Lisboa, Portugal (1975)



Fonte: imagens retiradas da página: <https://observador.pt/2018/04/26/el-mundo-recorda-a-noite-em-que-a-embaixada-espanhola-em-lisboa-ardeu/>

Anexo 10

Atentado terrorista contra a Embaixada da Turquia em Lisboa, Portugal (1983)



Fonte: imagens retiradas da página: <https://sicnoticias.sapo.pt/programas/perdidoseachados/2011-06-08-ataque-a-embaixada>

Anexo 11

Explosão na Embaixada dos EUA em Lisboa, Portugal (1986)



Fonte: imagem retirada da página: <http://www.30anoslusa.pt/foi-noticia-em-1986-fevereiro/>

Anexo 12

Invasão e tomada da Embaixada dos EUA em Teerão, Irão (1979)



Fonte: imagem retirada da página <http://www.alfredyaghobzadehphoto.com/-/galleries/gallery/iran/1979-takeover-of-the-us-embassy-in-tehran/-/medias/8f0c2bdc-56e4-4e52-b2ad-5dd4c14691bb-1979-takeover-of-the-u-s-embassy-in-tehran>



Fonte: imagem retirada da página <http://www.alfredyaghobzadehphoto.com/-/galleries/gallery/iran/1979-takeover-of-the-us-embassy-in-tehran/-/medias/dac38d84-d887-4242-8fdd-261f02d2cf7a-1979-takeover-of-the-u-s-embassy-in-tehran>



Fonte: imagem retirada da página <https://edition.cnn.com/2014/10/27/world/ac-six-things-you-didnt-know-about-the-iran-hostage-crisis/index.html>



Fonte: imagem retirada da página <http://www.alfredyaghobzadehphoto.com/-/galleries/gallery/iran/1979-takeover-of-the-us-embassy-in-tehran/-/medias/5563eac5-0692-4ce0-a7e0-bbde252c24dc-1979-takeover-of-the-u-s-embassy-in-tehran>

Anexo 13

Cerco à Embaixada do Irão em Londres, Reino Unido (1980)



Fonte: imagens retiradas da página <https://www.nam.ac.uk/explore/SAS>

Anexo 14

Atentado terrorista contra a Embaixada dos EUA em Beirute, Líbano (1983)



Fonte: imagem retirada da página <https://www.independent.co.uk/news/world/americas/us-supreme-court-rules-families-of-victims-of-terror-attacks-blamed-on-iran-can-claim-2bn-from-its-a6993611.html>

Anexo 15

Invasão e tomada da Embaixada do Japão em Lima, Peru (1996)



Fonte: imagens retiradas da página <https://www.livinginperu.com/japanese-embassy-hostage-crisis-16-years-later-60126/>

Anexo 16

Atentado terrorista contra a Embaixada dos EUA em Nairobi, Quénia (1998)



Embaixada dos EUA (edifício que se encontra à esquerda nas imagens)
Fonte: imagens retiradas da página <https://www.state.gov/m/ds/rls/284888.htm>

Anexo 17

Bombardeamento à Embaixada da China em Belgrado, Jugoslávia (1999)



Fonte: imagens retiradas da página <http://belgradespots.com/listings/tresnjnog-cveta-monument-to-the-u-s-bombing-of-the-chinese-embassy/>

Anexo 18

Atentado terrorista contra a Embaixada da Índia em Cabul, Afeganistão (2008)



Fonte: imagem retirada da página <https://www.dailybreeze.com/2008/07/07/bomb-blast-kills-41-at-indian-embassy-in-kabul/>



Fonte: imagem retirada da página <https://indianexpress.com/article/world/asia/2008-indian-embassy-attack-in-kabul-sanctioned-by-isi-according-to-british-journalist/>